

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

1978

REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DE GOIÁS

7

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

- Fundado em 1933 e considerado de utilidade pública pelo decreto-lei n.º 2.593 de 21 de novembro de 1939.

DIRETORIA

Presidente: Prof. Colemar Natal e Silva

1.º Vice-Presidente: Prof. Basileu Toledo França

2.º Vice-Presidente: Prof. José Lopes Rodrigues

3.º Vice-Presidente: Prof. Modesto Gomes

Secretário Geral: Prof. Luiz Gonzaga de Faria

Tesoureiro: Prof. Augusto da Paixão Fleury Curado

Orador Oficial: Dr. Altamiro de Moura Pacheco



ENDEREÇO:

Rua 82, nº 455 — Centro

Caixa Posta 1.002

74.010 — Goiânia — Estado de Goiás — BRASIL

Programação visual: *Alzery A. Silva*

Artes: *Donizeth e Venceslau*

Impresso e Editado: *Gráfica O Popular*

Av. Portugal, 457, Setor Oeste - Fone: 225-2660

Goiânia

—

Goiás

— 1978 —

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Ano 6

N.º 7

Junho - 1978

Goiânia

irreg.

981 (05)

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS

====N.º 7====

JUNHO DE 1978

ENDEREÇO:

Rua S.º nº 458 - Centro

Caldas Novas - GOIÁS

PRIMEIRO - TÍTULO - Fundação Getúlio Vargas - PRAS/1

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Diretor:

Basileu Toledo França

Colaboradores: todos os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Aceitamos permuta com publicações de cunho cultural
Só publicamos colaboração quando solicitada.



ENDEREÇO:

Rua 82, nº 455 — Centro

Caixa Postal 1.002

74.010 — Goiânia — Estado de Goiás — BRASIL

Í N D I C E

EVANGELINO MEIRELES NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	13
Joaquim Gilberto	
PÁGINAS DO FOLCLORE GOIANO.....	21
Antônio Americano do Brasil	
O SUDOESTE TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO.....	31
Basileu Toledo França	
OS VALES DOS GRANDES RIOS.....	65
Dalísia E.M. Doles	
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS AULAS RÉGIAS EM GOIÁS.	75
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	
UMA VIDA E UM EXEMPLO.....	99
José Normanha Oliveira	
SAUDAÇÃO A JAIME CÂMARA.....	107
Waldir Luiz Costa	
A LEI RIVADÁVIA: sua aplicação em Goiás.....	119
Lena Castelo Branco Ferreira Costa	
ATA DA INSTALAÇÃO SOLENE DO DEP. DE HIST. E GEOGRÁ- FICO DA CIDADE DE GOIÁS.....	159
RELATÓRIO DE ATIVIDADES: março de 77/maio de 78.....	167

EVANGELINO MEIRELES NO TEMPO E NO ESPAÇO

Joaquim Gilberto

O espaço, Santa Luzia, que depois se chamou Luziânia; o tempo, duas datas, 10 de fevereiro de 1882 e 1.º de dezembro de 1922. No espaço e no tempo, a história. A história de um homem que se chamou EVANGELINO MEIRELES, cuja memória, há uma semana, vem sendo evocada entre a mocidade estudentil desta terra. Esta evocação é um imperativo de nossa consciência social, pois no culto à tradição, nos valores do homem, na ação e nos fatos exponenciais é que a história deita as raízes de seu prestígio e tempera o seu caldo de cultura. Todo povo, para se afirmar e se identificar, precisa de uma história, que se coordena entre o elemento vivo — o homem — o espaço geográfico e o tempo. Da ação e intercessão destes fatores, surge, então, a memória da raça. Esta memória torna-se perene e imortal na medida da grandeza, da atuação do homem justificando-se, assim, a cristalina verdade dos versos Camoneanos, quando falam daqueles que “por suas obras valerosas se vão da própria lei da morte libertando...”.

Constantemente, Luziânia é citada como centro de tradições. Formou-se aqui, como em Vila-Boa, Jaraguá e Pirenópolis, pontos de ressonância de fatos nacionais. Do tropel das Bandeiras, da atividade dos garimpos, do lamento dos escravos e da nostalgia de grupos consideráveis desgarrados de velhos troncos de nobreza empobrecida, vindos da metrópole lusa, estratificou-se, aqui, uma cultura especial e singular, como projeção distante e interiorana da própria cultura nacional. Por isso, podemos afirmar que a pré-história do Planalto e de Brasília está em Luziânia e em sua projeção nas comunidades vizinhas. Espíritos superficiais e levianos acham que, quando Brasília se ergueu no Planalto, aqui era o vazio e o caos, obscurecendo desta arte mais de dois séculos de história no Planalto goiano. No entanto, esta história existe e podemos dizer que ela se desenvolveu no seu período heróico. Foram os lances do homem com a natureza agreste e bravia, cercado por toda sorte de hostilidade e sem os recursos da ciência e da técnica. A direção das águas e o curso dos astros no céu, orientavam os caminhos. As viagens a São Paulo ou Rio de Janeiro gastavam três meses ou mais. Apesar disso, a povoação cresceu, expandiu-se,

construíram-se igrejas, canais, erigiram-se habitações no mais puro estilo manuelino e dotadas do conforto exigido pela época. Houve o ordenamento jurídico para presidir e disciplinar as relações da sociedade então formada. Criou-se o Julgado de Santa Luzia, abrangendo os atuais territórios dos Municípios de Formosa, Planaltina, Cristalina, Padre Bernardo e o atual Distrito Federal. Os atos e fatos jurídicos se processavam normalmente, segundo as regras e normas das Ordenações Filipinas. Onde estão, pois, o vazio e o caos e a ausência de regras jurídicas de que falam os cronistas e comentadores apressados da Nova Capital?

Os homens que fizeram a história do Planalto, vale dizer, a pré-história de Brasília, devem estar sempre lembrados. Exaltemos as memórias de ANTONIO BUENO DE AZEVEDO, o fundador, irmãos GUIMARÃES, MANOEL e JOÃO, MANOEL RIBEIRO DA SILVA, e VENTURA ALVES PEDROSA, MANOEL BASTOS NERVA, engenheiro de minas, JOSÉ PEREIRA LISBOA, construtor do canal de Saia Velha, PADRE JOÃO TEIXEIRA ALVARES, ancestral da família Teixeira, hospedeiro dos cientistas EMMANUEL POHL e SAINT HILAIRE, que se notabilizou como homem de letras e de cultura ao lado de seus misteres de sacerdote. Professores de escolas latinas como foram Joaquim Felix Nogueira e Manoel Tertulino de Abreu, o primeiro afamado como ousado espadachim e esgrimista, a ponto de, certa vez, pôr fora de forma e escorraçar toda uma escolta que fora prendê-lo. Manoel Tertulino de Abreu se dedicava ao ensino nesta cidade. Levado por ciúmes doentios, assassinou a esposa, que era uma formoxíssima mulher, razão por que teve que fugir desta cidade, indo homiziar-se em Cuiabá – Mato Grosso.

Ali, graças aos seus dotes intelectuais, alcançou especial destaque na sociedade cuiabana, tornando-se amicíssimo do Juiz de Direito daquela comarca. A Justiça de Goiás, sabedora de seu paradeiro, pediu, por precatória, a sua prisão à Justiça de Mato Grosso. O Juiz a quem competia dar cumprimento à precatória, chamou um escravo, colocou uma pena de passarinho dentro de um envelope e determinou que o escravo entregasse a Manoel Tertulino de Abreu. Recebida a mensagem, Tertuliano abriu o envelope e, quando viu nele somente uma pena de passarinho, inteligente e culto como era, concluiu: – “Quem tem pena voa” ...

Quando o Oficial de Justiça com a escolta foi à sua procura ele já não mais se encontrava em Cuiabá. Como bom passarinho, voara...

Nesta memorização, encontramos pela ordem do tem-

po, as figuras venerandas de Gabriel Fernandes Roriz, português emigrado da aldeia dos Roriz, em Portugal e tronco da família Roriz nesta cidade, seguido de Manoel José da Costa Meireles, originário, também, de nobre estirpe lusa, cuja vida e atuação muito se destacou em nossa terra. É de sua linhagem toda a família Meireles, em Luziânia. Padre Antonio Joaquim de Araujo Melo é o ancestral dos Melos, em Luziânia, onde vamos deparar com a figura invulgar de José de Melo Álvares, intelectual de grande porte, advogado, historiador, homem de letras, a quem se deve grande parte da história de Santa Luzia. Contamos, ainda, como agentes de nossa história, os ancestrais dos Machados, Elias dos Reis, Carneiro de Mendonça e Braz de Queiroz. Todas essas venerandas figuras fincam indissolúvelmente, suas raízes na pré-história do Planalto. Nas próprias lutas em defesa da soberania nacional, participaram os filhos de Luziânia. Assim, tomaram parte na guerra do Paraguai, em 1865, Manoel Jerônimo, José Eugenio Nogueira e Manoel Guardiano.

Na última grande guerra de 1939 a 1945, os filhos de Luziânia lutaram em solo europeu, nas famosas batalhas de Monte Castelo e Montese, lá morrendo em luta, o expedicionário JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA e ALDEMAR FERRUGEM, este, apesar ser filho de Catalão, aqui residia quando foi convocado para a luta, e REALINO RODRIGUES DE CARVALHO.

A semana, que hoje está se findando, foi dedicada em homenagem a uma figura exponencial na vida e na história de Luziânia: EVANGELINO MEIRELES.

Seu ciclo de vida foi de, apenas, 40 anos. Nasceu em 1882 e faleceu em 1922. Para bem compreender a relevância da personalidade de Evangelino Meireles, temos que nos prender com certos detalhes ao tempo e ao espaço de sua situação. Quanto ao tempo, vamos tomar como ponto de partida o ano de 1900, isto é, a passagem do Século XIX para o Século XX, quando atingiu seus 18 anos, já tendo assim bem delineadas as qualidades típicas e as coordenadas de sua personalidade. Foi um autodidata. Hauriu conhecimentos mercê de sua vocação para as letras, devendo, então, ter recebido forte influência de José de Melo Álvares, o maior talento e cultura de Luziânia, naquela época, tendo franco acesso à sua vasta biblioteca, onde pôde se achegar aos compêndios da ciência, língua, história e literatura. Aqui, podemos imaginar o drama psicológico vivido pelo jovem estudante. De um lado, a ânsia de conhecer e saber, o espírito indagativo; de outro lado, as influên-

cias mesológicas, a cidade pequena, a ausência de centro de cultura, a falta de roda literária, onde pudessem haver debates e intercâmbio de idéias, mas, ao contrário, vivendo sempre no convívio com gente simples, a conversa quase que girando sobre o cotidiano, o dia a dia, as influências do tempo, a pequena atividade do comércio, as festas religiosas, os bate-papos nas lojas e à porta da igreja. As manifestações de vida artística, na ocasião das festas religiosas, consistiam em assistir ou representar pequenas peças de comédias ou dramas, corridas de cavalhadas, serestas, as procissões à noite para levantamento do mastro subindo ou descendo o ROSÁRIO como uma enorme serpente ou cobra grande com dorso iluminado por milhares de luminárias acendidas em mechas de algodão no azeite, em cumбуquinhas de cascas de laranjas da terra. Tudo rescendia ao cheiro do azeite de mamona e ao rolo queimado besuntado de cera de abelha.

Por fim, a banda de música tocando, o mastro, com a bandeira do Divino, levantando-se com o crepitar das fogueiras, o foguetório, girândolas e busca-pé. Da meia noite em diante, o baile sempre se iniciando com números de quadrilhas. E, assim, ao ritmo da influência deste ambiente bucólico e sertanejo e nas nuances deste folclore é que se plasmou e fixou a personalidade do adolescente EVANGELINO MEIRELES. No entanto, este moço não veio à vida para se obscurecer e apagar. Seu próprio nome, derivado dos Evangelhos, portava o sentido de mensagem, de boas novas, do líder, do condutor, sempre preocupado e absorvido pelo progresso e desenvolvimento de sua terra. E, neste afã, vimo-lo no espaço de sua breve existência.

Com tão marcantes qualidades, era óbvio que a administração pública convocasse o moço EVANGELINO MEIRELES para seus quadros. Assim, foi ele nomeado para o cargo de 1.º tabelião desta cidade, cargo que exerceu de 1906 até 1922, quando faleceu.

Consumiu os dias de sua existência, no mais intenso labor intelectual. Sua vocação jornalística o leva a fundar o primeiro jornal em nossa terra. — O PLANALTO — semanário que, por mais de um lustro, levou a mensagem e os anseios de Luziânia aos centros de cultura e decisões dos Países. Propagou e estimulou o ensino e a instrução, aqui fundando curso secundário e amparando o "ATHENEU GOIANO", sob a direção do saudoso professor ALARICO TORRES VERANO. Foi nesse estabelecimento de ensino que a minha geração teve dele a mais forte impressão.

Certa vez, foi visitar o nosso Colégio. Entrou na classe, impondo a sua personalidade serena e simpática. Voz firme e vibrante.

te, de pronto nos conquistou a confiança. Estimulou-nos a prosseguir nos estudos para a conquista de um cabedal que nunca perderíamos. Explicou-nos que a grandeza e progresso das nações era obra de instrução e conhecimentos. Tinha uma fé viva no progresso de nossa terra. Falou sobre a interiorização da Capital do País. E, na sua previsão, recitou uma página literária do grande AFONSO ARINOS — o “Buriti Perdido”, como antevisão da Nova Capital, dizendo, sob o silêncio profundo, com voz pausada e cheia de fé.

“VELHA palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista, que de majestade e tristura não exprimes, venerável epônimo dos campos!...

Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho buriti perdido...

Então, talvez uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas, uma página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que referve na mente de cada um dos filhos desta terra”.

Na brevidade dessa recitação, sentimos e nos contagiamos de um verdadeiro lirismo cívico.

Este foi o testemunho de nosso contato pessoal com EVANGELINO MEIRELES e a imagem apostolar que dele nos ficou.

A messe jornalística, literária e tribunícia de Evangelino não é vasta, mas supera pela qualidade. Sua expressão poética se deu no fim do romantismo gongórico e já fortemente influenciado pelo parnasianismo.

Em “Paixão Visionária”, o poeta engolfado no mais profundo romantismo, se aproxima de Castro Alves, Fagundes Varela e de Félix de Bulhões.

Evidentemente, o ritmo e a imagem poética de “Paixão Visionária” nos evoca o poema SÓ, de Felix de Bulhões, com o seu

“Parei. Chegado havia ao cimo da montanha
Aspérrima e tamanha; o sol morria além.¹

Parei: sentei-me só à beira do caminho,

Sentei-me ali sozinho,
Eu só, sem mais ninguém...

Olhei atrás e avante. Os largos horizontes
Debruçavam-se nos montes — longes por além...
De branco, azul e fogo e púrpura toucados,

Diziam contristados
“Tu só, sem mais ninguém...”

Já, em CAÇADA DE PERDIZ nós vimos a explosão do
parnasianismo impressionista:

“O cão serpeando como regato-De beijorra lesmenta pela
terra — A língua fina e cor de rosa — A dentuça alva e brutal”...

Estas expressões têm a agudeza do punhal e a sonoridade do
martelo malhando o ferro.

Ingressando na política, nela se conduziu dentro dos
princípios liberais e conservadores e no âmbito municipal era o
conciliador, o conselheiro. Representou Luziânia como Deputado
no Congresso Estadual, desenvolvendo uma brilhante ação
parlamentar, ao ponto de ser guindado ao posto de líder do
Governo na Câmara dos Deputados.

De par com as atividades políticas, se tornou também
homem de empresa. Patrocinou a chegada do primeiro automóvel
nesta cidade em 1920, trazido pelo austríaco Adolfo Hertz, e
deu andamento e organização da Empresa AUTO VIAÇÃO
PLANALTO CENTRAL Ltda. e promoveu a nossa ligação, por
estrada de rodagem, à ponta dos trilhos da Estrada de Ferro
Goiás, em Roncador.

Como parlamentar, representou o Congresso do Estado de
Goiás, em 7 de setembro de 1922, a ereção, no Planalto Goiano, da
pedra fundamental da Nova Capital da República. Como orador
oficial, em nome do Congresso Estadual e de Americano do Brasil,
então Deputado Federal, fez ouvir, em pleno sítio da Nova Capital,
a sua voz profética, clamando:

“Filho desta Canaã radiosa, onde cantam primaveras sem
fim; nascido sob a proteção imensa deste céu paradisíaco, é-me
sumamente grato significar aqui o transbordar festivo do meu
contentamento e a jubilosa alegria de todos os goianos, cuja
vontade está politicamente cristalizada nos órgãos de sua
soberania, um dos quais, o Poder Legislativo, a que tenho a honra
de pertencer, cabe-me representar. O auspicioso fato de hoje é o
encaminhamento natural de uma idéia, essencialmente brasileira;
ele obedece como que a um determinismo político-social, que há

mais de um século nos vem conduzindo para a finalidade máxima da nossa ambição patriótica: — A mudança da sede do Governo para um ponto central do país, a fim de que o progresso se irradie do centro para a periferia e haja o aproveitamento desse hinterland arquiportentoso e pagão, reserva fabulosa da grandeza que nos espera em futuro cujo alvorecer começa a dar matizes de ouro e pérolas ao horizonte da nossa Pátria estremecida; e também para que os Poderes Públicos, fora do barulhar das turbas, livres do anarquismo, das comichões interesseiras e do mercantilismo cosmopolita das grandes cidades, possa, com suavidade e bem aplicada sabedoria, cuidar das altas cogitações nacionais, rumando para a perfeição, em busca do beneficiamento geral da coletividade”.

Outras facetas da personalidade de EVANGELINO MEIRELES já foram focalizadas na série de conferências que se fez, nesta semana.

Agora, só resta conclamar a mocidade de minha terra para imitar os exemplos de EVANGELINO e levar às gerações que hão de vir, a sua imagem plena de virtudes e as mensagens que dela emanam, porque ele é um daqueles: — “...que por suas obras valerosas, se vão da própria lei da morte libertando”...

(Palestra proferida aos 28/11/1972, em Luziânia)

PÁGINAS DO FOLCLORE GOIANO

Antônio Americano do Brasil

Algumas páginas recolhidas pelo notável estudioso da cultura popular de Goiás, na década de 20.

ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS

Há nesta página um misto de lenda e religiosidade, revelando-se o inteiro espírito supersticioso desta vasta zona de ensalmos e folclore. A encomendação das almas, com o mesmo ritual aqui descrito, pode ainda ser observada no centro do Brasil, em longínquas localidades goianas ou nas sossegadas fazendas do florido Araxá, nos dias maiores, à meia noite, da Semana da Paixão.

À hora aprazada, uma pessoa sai com a matraca a reunir as almas boas para a encomendação das almas dos mortos em acidentes. Risca a matraca junto à parede da habitação e canta:

Alerta, alerta, irmão meu
desse sono de ventura,
o sono é irmão da morte
e a cama é a sepultura.

Alerta, alerta, irmão meu
desse sono em que está,
alerta, alerta, pecador,
levanta e venha rezá.

Eu vos peço meu irmão
Padre-nosso e Ave-Maria
para as almas do deserto
que dormem na campa fria.

Levanta-se o dono da casa e acompanha o homem da matraca. Visitam sucessivamente todas as demais residências, cantando os mesmos versos e ajuntando os crentes que vão orar pelas almas

do deserto. À porta de todas as casas, à saída dos moradores, entoam este Bendito:

Bendito louvado seja
a paixão do Redentor;
da raiz nasceu a rama,
da rama nasceu a flor,
e da flor nasceu Maria,
mãe de nosso Redentor.

E vai seguindo a extensa e pitoresca procissão pelas ruas da cidade, ou pelos atalhos, se é na roça que se realiza a cerimônia popular. O traje é característico: traz cada um, à guisa de vestes de além túmulo, um lençol branco, estendido da cabeça aos pés, dando aspecto trágico, próprio a incutir pavor.

Ninguém pode pronunciar uma palavra; o silêncio deve ser absoluto; ninguém do cortejo tem permissão para olhar atrás. Se o fizer é o primeiro a morrer, dentre os da companhia. O momento é de orações: só os cantos da fúnebre celebração é que devem cair na calma da hora morta.

Se lhes acontece deparar uma habitação, onde velem um cadáver, o canto é este:

Deus te salve, ó irmão meu,
se tu já foste como eu,
inda serei como vós,
e rogai a Deus por mim,
eu rezarei para vós.

Formando o cortejo, segue em direção ao cemitério ou a uma encruzilhada, lugar escolhido para invocar as almas dos mortos em acidentes.

Chegado à encruzilhada, por exemplo, o cortejo, silenciosamente, estende-se na relva, tendo cada pessoa a frente em terra e o corpo coberto pelo lençol.

A uma voz calma a companhia:

Ó almas da Montanha!
Ó almas dos afogados!
Ó almas dos desertos!
Ó almas dos enforcados!
Ó almas dos que morreram queimados!
Ó almas dos que morreram degolados!
Ó almas dos que morreram nas ondas do mar!
Ó almas dos cativos!
Ó almas dos que morreram a ferro frio!

Antes da invocação rezam sete Padre-Nossos e sete Ave-Marias, e após cada chamamento de almas apenas uma Ave-Maria.

Terminado o ato, supõe o cortejo que todas as almas requeridas estão presentes. Levanta-se e toma o caminho da cidade, cantando:

É tempo chegado
de nossa paixão,
Jesus está no horto
fazendo oração.

Já ponderando
que houvera passar,
ele viu de sangue
seu rosto suar.

Pilato prendeu,
mandou açoitar,
cinco mil açoites
mandaram lhe dar.

Depois de açoitado
furam o coração,
pra maior tormenta
de nossa paixão.

O amado em juízo
que tombo levou,
S. Pedro de medo
três vezes negou.

E foi condenado
sofrer na prisão,

com tanta paciência,
maior mansidão.

Já não satisfeito
da sede cruel,
vos **dero** a beber
vinagre mais fel.

Já não satisfeito
de ver padecer,
mandaram que fôsse
na cruz a morrer.

Com braços abertos
e lado ferido,
sangue derramado,
Senhor Jesus Cristo.

Uma cruz de cedro
mandaram-lhe **pô**,
um Filho de Deus
nela que **penô**.

No dia da sexta,
o padre clamou,
pra nos dar a vida
Jesus esperou.

E até o romper do dia vai a misteriosa procissão em percurso de todas as ruas da cidade. As almas invocadas vão à retaguarda, mas ninguém se volta para vê-las.

Contam que certa vez uma velha abelhuda ficou a olhar pelo buraco da fechadura a passagem da fantástica comitiva, na esperança de ver as próprias almas dos mortos. De repente lhe chega uma pessoa e murmura fanhosa: "Guarda-me esta vela". No dia seguinte a velha foi procurar a dádiva da véspera e encontrou um osso de canela em seu lugar. Compreendeu então que falara com uma alma.

Outra vez, um ferreiro foi convidado a acompanhar o cortejo das almas e se negou. À espreita, porém, ficou de sua travessia do mesmo. Aí encontrou-o um embuçado em lençol: "Vamos seguir a encomendação das almas? "

— "Não vou não, seu fanhoso. Que é de seu nariz? "

— A "terra fria comeu".

O ferreiro desmaiou.

A ONÇA, O VEADO E O COELHO

A imaginação popular sempre coroou de êxito a habilidade do coelho, mas com semelhante procedimento apenas mostrou não seus louvores ao animal que dorme com os olhos abertos, porém, o capricho moral de apresentar o orgulho do mais forte suplantado pela fraqueza do adversário.

Detalhemos o conto.

A onça e o veado fizeram o contrato de viajar juntos, trabalhar e prover as exigências da vida. Começaram a peregrinação pelas matas escuras e pelas serras desabitadas. No primeiro pouso a Onça matou uma cotia e o Veado uma perdiz.

De madrugada entraram a caminhar; o sol estava quente. De repente a Onça avista uma Cobra.

— Seu Veado, faz favor de apanhar aquela fita verde de minha filha.

O Veado abaixou-se para segurar a fita e foi mordido pela Cobra. A Onça riu-se da tolice do Veado, mas este tratou a ferida com folhas verdes e ficou logo bem curado.

Puseram-se a caminho de novo. Chegaram num fazendeiro e ambos compraram leite para a merenda. A Onça mandou o Veado buscar lenha para aquecer a preciosa bebida e na ausência do mesmo bebeu todo o leite, dizendo ao companheiro que se derramara. Foram dormir um sono; a Onça levantou-se; matou um Porco do fazendeiro e passou o sangue no Veado. Pôs-se a caminho.

O fazendeiro, dando falta do Porco, procura a Onça, mas vê o sinal do delito nas costas do Veado. Mata logo o Veado.

Tempos depois a Onça encontra o Coelho e propõe-lhe o mesmo negócio. Viajariam juntos e levariam vida folgada.

O Coelho coçou o cavanhaque e aceitou a proposta de sua amiga não sem refletir nas possíveis maldades que poderiam advir daquela aliança, por parte da Onça.

No caminho topam a mesma cobra: a Onça pede ao Coelho que lhe traga a fita que é da filha. O Coelho, gemendo com dor de barriga, agacha-se atrás de uma touça de capim e diz à Onça que vá ela mesmo apanhar a fita verde. Nisto a Cobra caminha e a Onça despeitada diz ao companheiro que se enganara.

Na fazenda compraram leite. A Onça mandou mestre Coelho buscar lenha para fazer o almoço, mas o esperto animal, pretextando gostar de leite cru, bebeu sua parte antes de ir.

A Onça matou outro Porco do fazendeiro; trouxe um pedaço, ainda sangrando, embrulhado numas folhas e, vendo o Coelho com os olhos fechados, esfregou o sangue no delicado pêlo.

A velhaca da Onça mandou o Coelho agradecer a hospedagem ao bom fazendeiro. O Coelho foi e contou ao homem o acontecido. O fazendeiro matou a Onça e o vingativo Coelho levou os quartos às filhas da desventurada.

As Onças perseguem de morte o valente Coelho. Um dia, fugindo à sanha das inimigas, é obrigado a entrar em um buraco. A Onça deixa o sapo de vigia e vai buscar a enxada para desmanchar a loca. O Coelho engana o sapo, pondo-o cego com uma pitada de rapé, sai do buraco e põe o anfíbio em seu lugar. A Onça aparece com o instrumento; alarga a abertura do buraco; mete o corpo, mas fica emprensada. O Coelho que espiava a cena de longe, surge de repente, estaqueia a entrada, acende fogo e mata a Onça, sufocada pela fumaça.

Restava uma filha da Onça morta. Esta convocou um conselho de todos os bichos para estudar um meio de acabar com o Coelho. Combinam a feitura, em segredo, de um grande lago, onde o terrível Coelho viria algum dia beber, sendo então morto, sem compaixão pela Onça que ficaria de guarda permanente.

As águas secaram em todas as partes e só havia no lago dos bichos, o Coelho teve de ir à armadilha que lhe fora armada. Aproveitou a companhia de uma vaca. A Onça saltou no Coelho, mas a vaca apanhou a fera com os chifres e atirou dentro do lago. O Coelho soltou-se das garras de sua inimiga, subiu em um morro que havia perto, uma das represas d'água, e lá de cima atirou uma grande pedra na cabeça da Onça, matando-a imediatamente.

E ficou vencedor e livre dos inimigos.

O HOMEM QUE LOGROU O DIABO

Há muitos anos, nas quebradas do Paranã, houve uma grande fazenda, hoje reduzida aos alicerces carcomidos pelo cupim; nada lhe resta da antiquada grandeza; a mão do tempo passou por ali devastadora, amontoando ruínas, onde há cem anos brilhavam os fastos de uma família rica.

Começou pobre o edificador da famosa herdade e seu proprietário; morava em acanhada choupana; vivia de suas plantações e por mais que se dedicasse ao trabalho nada lhe saía a contento, nem prosperava nas terras de sua posse. O chão parecia safar; os cardos brotavam das barrancas; a muito custo prosperavam raros plantios de cereais, destinados a manter a subsistência da pobre família. Entretanto esta crescia e o infeliz homem já completara oito pimpolhos magriços e duas moças amarelentas. Gasto era de há muito o minguado pecúlio deixado por seu pai; não tinha parentes a quem recorrer.

E num despender titânico de energia mourejava o desesperado fazendeiro no pequeno roçado, último reduto em que refugiava sua sorte futura, quando lhe sobreveio uma tremenda desgraça.

Caíra uma aterradora geada sobre a plantação: milharal, arrozal, feijoal, tudo foi reduzido a um montão informe, quando, dias depois, um furacão completou a obra ingrata da natureza. O quadro desolador da miséria apresentou-se em completa nudez; fugiu o último riso dos lábios do infeliz; a fome rodava a pobre choupana como hediondo espectro.

Uma profunda descrença avassalou a alma do morador das quebradas do Paranã, ante a visão inexprimível de sua desdita: num assomo de loucura invocou o auxílio do Moleque, ele, o paciente Job das selvas, agora cheio de raiva e impotência. Qual não foi o pasmo do desalentado trabalhador, vendo na sua frente, como por encantamento, o espírito mau, o diabo em carne e osso, olhando-o astuciosamente, carinhosamente!? Dominou a custo seu espanto e escutou as macias falas do Moleque que lhe propunha o pacto maldito, pintando-lhe as vantagens da riqueza e da vida próspera.

Mas, tão enorme era o desalento, a dor e o quadro da miserabilidade do lar que fechou com o Demônio a terrível transação: à custa da própria alma o Moleque lhe facultaria todas as riquezas e gozos pelo prazo de 20 anos, findos os quais, realizada pelo vil demônio a última vontade que o contratante manifestasse, acabado o pacto, portanto, o senhor das trevas reclamaria seu quinhão. Se, porém o último desejo não fôsse cumprido, o diabo perderia o direito no contrato.

Selado o documento com o sinete da infernal chancelaria, e feito com pena virgem molhada no sangue do mortal contratante, subscrito por ambas as partes, cada qual se foi para sua vida: um voltou às caldeiras e outro foi aguardar as venturas. Pouco tempo depois, todos se admiravam da prosperidade que reinava na morada do declive da Serra do Paranã: outra era a casa, os campos se povoavam de rebanhos, as terras se fertilizaram por encanto, os cardos transformados eram em frondosos arbustos. Depois foi a riqueza em sua plenitude.

O ouro aparecia a um simples desejo do já riquíssimo fazendeiro; de longe vinham presentes ao poderoso senhor da herdade; festas caríssimas foram oferecidas aos vizinhos.

Tantas venturas fizeram nosso herói esquecido do infernal pacto e os vinte anos corriam acelerados.

Finalmente veio a inesperada realidade: uma tarde descansava no alpendre, cercado de brilhante companhia, quando lhe avisaram que um estrangeiro encapotado, de aspecto medonho, desejava lhe falar imediatamente.

Para lá se dirigiu o rico fazendeiro e entre o medo e o espanto reconheceu o visitante de vinte anos atrás, com quem celebrara a misteriosa combinação. E num momento a verdade lhe apareceu desnuda ante os olhos: era sua alma que o tenebroso visitante procurava.

Rápido, porém, lembrou-se da cláusula final; veio-lhe uma inspiração superior; entreviu a salvação e mandou buscar uma peneira grossa em sua farta cozinha.

Meu último desejo é que vás em dez segundo buscar esta peneira cheia d'água naquele poço do cercado, disse o fazendeiro.

O Moleque correu ao poço tirou um balde d'água, encheu a peneira e dirigiu-se muito contente ao fazendeiro sem reparar que o curioso recipiente se esvaziara, desaparecendo o líquido por seus numerosos crivos.

Rompia-se o pacto; o Moleque não satisfizera o último pedido do velhaco ou inspirado contratante, o senhor dos infernos deitando chispas medonhas, num estouro terrível, arrancando cabelos, sumiu-se no chão. Um cheiro de enxofre invadiu a sala.

Mas, a vingança do dominador do Mal foi à altura do logro. Centuplicou a imensa fortuna do nababo e deu-lhe o amor do ouro que ainda não o preocupara. As pilhas do luzente metal cresciam assombrosamente e durante dias, meses e anos o rico fazendeiro estava condenado a contar seu ouro que parecia multiplicar-se diante dos avarentos olhos.

Mas, quando as pilhas estavam prestes a serem concluídas eis que se desmoronavam obrigando-o a nova contagem.

Um dia o famoso fazendeiro das quebradas do Paraná foi encontrado morto: sua cor era a do ouro, seus olhos esgazeados estavam voltados para os montes de ouro, que tentara em vão empilhar. . . E as moedas tiniam num riso diabólico.

A herdade foi deixada pelos filhos do morto porque de então em diante ninguém podia suportar o barulho incessante de moedas de ouro, tinindo, depois do primeiro canto de galo, no mesmo quarto outrora habitado pelo homem que logrou o diabo. . .

O SUDOESTE

TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO

Basileu Toledo França

A TERRA

No século passado, em 1865, o então segundo tenente das Forças Expedicionárias Brasileiras, Alfredo d'Escagnolle Taunay, assinalava no diário das tropas, que iam combater os paraguaios, o seguinte acerca da geologia do Sudoeste:

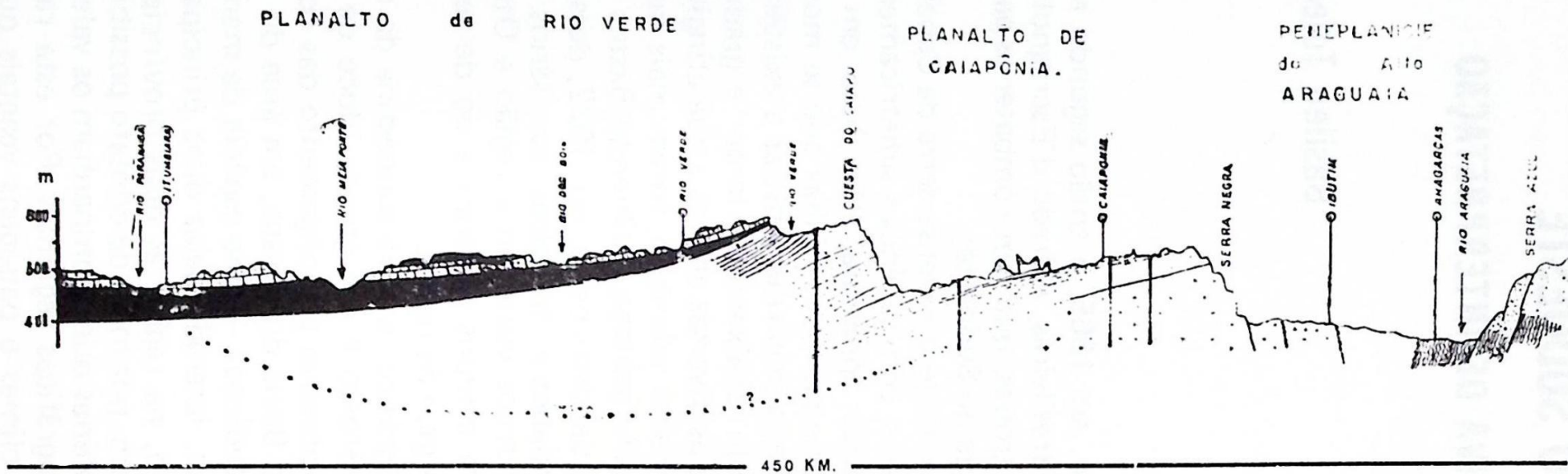
“Corre-lhe paralelamente a extensa serra da Cabeleira, constituída de cabeços regulares, com saliências simetricamente colocadas a modo de contrafortes: apresenta, além disso, em toda a superfície, traços contínuos e paralelos, linhas que se mostram também em píncaros isolados e parecem demonstrar a existência de um grande lago geológico, cujo rebaixamento lento e gradual deixou indelevelmente impressas as diversas alturas a que atingiu”.(1).

Na área primitivamente submersa, foram mais tarde constatados fósseis marinhos pelo geólogo Guilherme Bastos Milward, a quem cabe a prioridade da descoberta, em 1922, desses terrenos em Goiás, a seu ver **permianos** e **triássicos**, com sérios indícios de petróleo. (2) Outros técnicos visitaram a região e Othon Henry Leonardos, com base em estudos próprios e no de seus colegas, organizou um mapa geológico da região.

Sob o aspecto geográfico, a terra sudoestina da mesma forma que o sul de Mato Grosso é um grande bloco de chapadões suaves, representando expressivo prolongamento das condições estruturais e geológicas da Bacia do Paraná, em área do Brasil Central. É — no dizer de estudiosos — uma espécie de mancha gigante de cerrados e campestres, laterada pelas duas principais áreas de matas do Brasil. De fato, na região as duas províncias florestais brasileiras apenas se tocam, por meio de contato possibilitado pela rede sinuosa de matas-galerias que acompanham os vales e “dales” das duas vertentes hidrográficas regionais. Por esta razão, o Sudoeste de Goiás possui climas e paisagens vegetais que escapam









SECÇÃO GEOLÓGICA DO SUDOESTE DE GOIÁS

1950



NOTA: Este trabalho foi feito pelo geólogo Aziz
Nacib Ab'Sáber, da Universidade de São Paulo.

(Ilustração n.º 1)

	CARBONÍFERO Arenito Tôres		CRETÁCEO Serie Baurú
	DEVONIANO Arenitos de Furnas		RETICO Eruptivas Básicas
	PRÉ CAMBRIANO Granitos		TRIÁSSICO Arenitos Botucatu
	PROTEROZOICO Serie Cuiabá		PERMIANO Serie Passa Bois

totalmente à área fisiográfica equatorial amazônica, como também à província tropical atlântica. Constitui, por assim dizer, a porção mais individualizada de nossa área de savanas, lembrando em muito o ritmo do clima sudanês.(3)

Esta a opinião dos geógrafos Aziz Nacib Ab Sáber e Miguel Costa Filho em 1948, quando observaram que o povoamento da zona descaía de 5 para 0,5 habitantes por km², da fronteira com o Triângulo Mineiro às regiões do Garças e Araguaia, na divisa com Mato Grosso.

Um dos característicos importantes do Sudoeste, que merece ser registrado, é a sua **individualidade** dentro da geografia geral do Centro-Oeste brasileiro. Isto decorre da sua posição intermediária das zonas pioneiras do Oeste de S. Paulo e Triângulo Mineiro e dos sertões do Araguaia, Mortes e Xingu.

Apesar das semelhanças com o Sul de Mato Grosso, difere dele no entanto pelos seguintes motivos:

- a) não é servido por trilhos de ferro, com função econômica e vivificadora;
- b) não constitui zona de fronteira internacional com grandes rios navegáveis;
- c) não possui uma área geobotânica comparável à dos ervais;
- d) não conta com uma sub-região de pastagens naturais equiparáveis à de Vacaria em extensão e significado.

Território imenso, com cerca de oitenta mil km², o Sudoeste de Goiás está compreendido entre os rios Paranaíba, Araguaia e Aporé, terminando ao Norte em uma linha reta que vai de Itumbiara a Aragarças. Nessa vastidão, onde aparecem solos de vários tipos e diferentes níveis de uberdade, encontramos largas manchas de terreno roxo, próprio para café; zonas de mata, especialmente próximas dos grandes mananciais; invernadas com numerosos rebanhos e pastagens fracas em chapadões intermináveis. De tal modo variam as características geográficas e o tipo de vida daí decorrente, que em uma tentativa de sistematização para melhor estudá-lo, podemos dividir o Sudoeste nas seguintes subregiões:

1. do PARANAÍBA

Plantações extensas de arroz, início de agricultura mecanizada, abundância de energia elétrica e fazendas de engorda e exportação de gado vacum.

2. do ARAGUIA

Garimpos de diamante, faiscação de ouro e navegação fluvial em barcos primitivos.

3. do APORE

Zona de famosas águas termais, areia monazítica e minérios diversos, próxima aos trilhos da E. F. Araraquara, com inúmeras fazendas de recria e exportação de gado.

4. das PASTAGENS

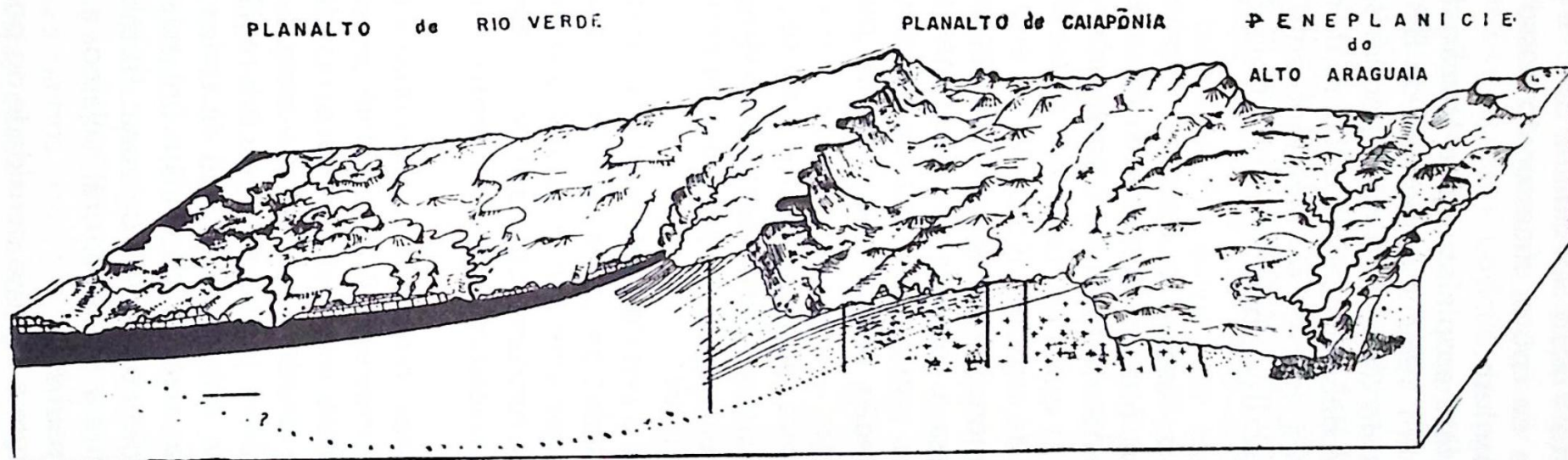
É o império do boi. Área cental, cortada pela BR—31, presumivelmente petrolífera, com grandes florestas de madeira de lei nos vales dos rios Claro e Paraíso.

Vamos ver separadamente cada uma delas:

1. A sub-região do Paranaíba, hoje fazendo parte da área de estudo de uma comissão inter-estadual de navegação do Paraná, pela sua colocação geográfica de zona limítrofe com o Triângulo Mineiro, foi a primeira a se povoar e dele sempre recebeu as melhores influências, através de constante intercâmbio econômico, social, político e cultural.

Com exceção das bandeiras paulistas (4) que cruzaram o território do Paranaíba, bem como da tentativa dos piracicabanos que no governo de D. João VI navegaram o rio dos Bois (5), a influência de S. Paulo aí tem sido mais indireta, pelo comércio via Uberlândia ou Uberaba, os dois grandes entrepostos do antigo Sertão da Farinha Podre, desmembrado do nosso Estado no 1.º quartel do século 19 em virtude do imposto de 600 réis sobre cada rês. (6)

No mais é a presença dos mineiros em tudo. Os primeiros povoadores na sua maioria, os compradores de gado que vieram depois, os “cometas”, professores, jornalistas, engenheiros e outros. E dessa influência prolongada poderíamos destacar como dos mais úteis e benéficos o exemplo do automóvel. Graças à iniciativa do Triângulo, que por volta de 1915 criou uma sociedade anônima para explorar comercialmente linhas de auto, em Itumbiara o fato repercutiu e foi imitado pelos srs. Ronan Borges, sócio da conhecida Casa Branca, e o sr. Sidney Pereira, então Prefeito Municipal. Era 1918 e eles realizaram a façanha de excursionar até Jataí, com o chofer José Sabino de Oliveira — “Zé Cachimbo” — tendo por



Trabalho do Prof. Aziz N. Ab'Sáber

Bloco — diagrama
Sudoeste de Goiás
SE — NW

(Ilustração n.º 2)

objetivo criar a "Auto-Viação Sul-Goiana S/A" e propagar o automóvel como veículo da época, sucessor do nosso carro de boi. A idéia obteve êxito absoluto.

Depois deste fato auspicioso, só a criação da hidrelétrica de Cachoeira Dourada, em 1952, e a abertura da BR-31, em fase de construção na ponte do Canal S. Simão, podem ser comparadas a ele em importância econômica e efeitos sociais da mais alta valia. E a respeito da primeira, merece ser lembrado aqui um belo trecho de Camilo Chaves, escritor uberabense de "Caiapônia", que assim se expressou:

"Impressiona a força e o trabalho erosivo das águas nos destroços da muralha, que, ao desmoronar-se se esfacela em enormes pedras, de centenas de toneladas, espalhadas à margem e dentro do golfo, sobre as quais se atarraxam audazes pescadores, envolvidos em rajadas de neblina. No canto ao alto do ferrador, na muralha progressivamente erodida, num descanso de banquetas de pequenos saltos, passa a torrente turbilhonante de espuma, num fervedouro infernal, a contornar o estrado de pedra, esmagando-se de encontro ao paredão oposto, de cima do qual se derramam branquíssimos lençóis.

Névoas finíssimas, douradas pela luz do sol, formam inúmeros arco-íris em miniatura. Diante daquele cenário grandiloquente a alma se transfigura e explode em arroubos de entusiasmo.

Cachoeira Dourada!

Como é solene a voz da cachoeira! Ela rumoreja, em sonhos premonitórios, arremedos de todos os ruídos do movimento e do trabalho. Tem o fragor dos dínamos e dos geradores; resfolega como as locomotivas, ronrona como os fusos, retine como as oficinas e entoa todas as ressonâncias dos motores e dos maquinismos". (7)

A voz do escritor, que antes soava como a de uma profecia remota, hoje tem o timbre natural de quem anuncia fatos consumados. A cachoeira realmente está proporcionando abundância de energia elétrica, que aliada à riqueza da terra e do trabalho do homem, transformará em pouco tempo a sub-região do Paranaíba.

Ali, onde já se nota para gáudio de todos os goianos uma incipiente agricultura mecanizada, existe um núcleo urbano que concentra as atividades comerciais da zona: Itumbiara. E para caracterizar melhormente a sua área rural, vejamos a opinião abalizada de dois geógrafos paulistas:

"Lembramos que a relativa densidade do povoamento rural,

na região situada entre Itumbiara e o Rio Meio Ponte, liga-se a um grupo de fatos geográficos que não podem ser esquecidos. Exceção feita para as questões ligadas à posição da região, situada em área contígua ao Triângulo Mineiro, há a notar, ainda, fatos puramente de ordem fisiográfica. O relevo não revela ali tabularidade marcante, devido ao estágio pronunciado de dissecação das plataformas inter-fluviais, fato que, provavelmente, se liga à unidade das regiões próximas ao Paranaíba. A movimentação e diversificação da topografia é completada ainda pela presença de um grande número de morros-testemunhos, na forma de "baús", "cruzeiros" e "serrotes", não muito tabulares. Por outro lado, trata-se de uma região onde tudo indica que a cobertura vegetal primária era predominantemente florestal e não campestre. Esses fatos todos conjugados teriam sido os responsáveis pela diversificação das atividades econômicas da região". (8)

2. a **Sub-região** do Araguaia, que tem o histórico rio como ponto de atração dominante, apresenta aspectos curiosos na sua geografia, na sua história e na sua economia.

Sob o ponto de vista geográfico, a primeira particularidade a se registrar é que lá nasce o notável curso d'água. E somente para ter o prazer de contemplar essa paisagem, em 1904 o engenheiro Crispiniano Tavares viajou a cavalo de Uberaba e assim se expressou depois, no livro "Contos Inéditos", editado em 1910 naquela cidade:

E por isso vou contar que de Irara a Monte Alegre percorrem-se 20 léguas e meia, passando pelo Evaristo, Bebedouro, Panga, João Vieira e Babilônia. De Monte Alegre ao porto do Sumidouro, no Paranaíba, 11 léguas, passando por Córrego Fundo e valeriano. Isto em Minas, porque o Paranaíba faz a divisa com Goiás.

Do porto do Sumidouro ao Rio Verde, 40 léguas e meia, passando por Patos, Boavereda, Peregrino, Bom Jesus, Pastinho, Rio dos Bois, Boa Esperança, João Major e Bálsamo. De Rio Verde a Jataí, 16 léguas passando pelas Covas, Bom Sucesso, Porfiro da parte do Rio Doce e Garapa. De Jataí a Mineiro, 21 léguas. De Mineiro à cabeceira do Buracão, que é a mais alta nascente do Araguaia, 16 léguas. Do Buracão à segunda nascente mais alta, chamada do Araguaia, que é um galho que forma com o galho do Buracão um lindo pontal de campo limpo, 2 léguas. Total, 125 léguas. Estes dois galhos, que são as duas nascentes mestras do caudaloso Araguaia, nascem no campo limpo, tendo a cavaleiro

delas um taboleiro colossal ou chapada em terra vermelha e campos limpos, lindíssimos. Mede essa chapada 12 léguas de Leste a Oeste e 4 de Norte a Sul, que tanto mede da segunda cabeceira do Araguaia à cabeceira Alta, que é a mais elevada nascente do rio Corrente, tributário do Paranaíba. Dessa Chapada, 800 metros de altitude acima do nível do mar, correm águas para o Amazonas, para o Paraná e para o Paraguai. É, portanto, um ponto importante da hidrografia da América do Sul. Gozei do prazer de levantar a minha barraca de viagem nesse ponto singular”.

Apesar do Araguaia ser um rio jovem, no dizer dos estudiosos, que está em procura do seu leito definitivo, com sérios embaços à navegabilidade regular, encontramos em Baliza — um povoado sudoestino — o início da navegação do grande curso d’água. Desse pequeno centro de zona garimpeira, partem batelões rústicos com destino ao norte do país levando charques, café e outros produtos.

No extremo norte da região está a cidade de Aragarças: na confluência do Garças com o Araguaia. Antigo garimpo e pobríssimo ancoradouro fluvial, passou a ter maior importância com o aparecimento da Fundação Brasil Central, após 1943, a qual tem realizado e mantido ali serviços de real valor para a ocupação efetiva da terra: escolas, armazéns, hospital, radiotelegrafia, aeroporto, estradas e outros. A Fundação constitui capítulo especial desta sub-região, em virtude da influência permanente e digna de apreço, apesar de todas as restrições e críticas que lhe têm sido feitas. Ela é sem dúvida um fator positivo de progresso e civilização regional, como veremos no capítulo “Vida econômica”, mais à frente.

No dia 6/1/58 o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira discursou assim ao inaugurar a imponente e bela ponte João Alberto, naquele local:

“É para uma missão de aproximação mais estreita entre matogrossenses e goianos que aqui hoje inauguramos esta Ponte Ministro João Alberto, obra que traz o nome daquele que, na plenitude de sua vida, deu à obra da revitalização dos recursos do Brasil Central o melhor de suas energias.

Durante oito anos, até 1956, construíram-se 190 metros desta obra de arte; seria inconcebível permitir-se que os restantes 320 metros da Ponte fossem construídos no mesmo ritmo de lentidão. Em dois anos, o meu Governo pôde realizar, aqui, quase o dobro do que se havia feito durante oito anos. Aí tendes a Ponte João Alberto, com seus 510 metros, pronta para servir à vossa vastíssima região.

Do futuro destas paragens brasileiras dará idéia um único elemento estatístico: Aragarças, em 1943, era apenas um par de ranchos de garimpeiros; hoje têmo-la como um núcleo florescente, como centro perfeito na grande reta Leste-Oeste que irá de Cuiabá a Brasília, o futuro centro cívico do Brasil.

Para que tivésseis uma noção rápida do que se propõe fazer o Governo para a reconquista das terras que os pioneiros trouxeram para o mapa do Brasil, basta-me-ia pronunciar uma única palavra, que já é um lema de trabalho, e que, no futuro, será apontada como o ponto de partida de uma nova marcha para o Oeste, tão decidida e tão corajosa como aquela dos bandeirantes. Essa palavra é Brasília. E Brasília, como todos vós no Brasil Central bem o sabeis, Brasília é a polarização de todas as energias nacionais para que o mapa da nossa terra deixe de ser um conglomerado de manchas brancas indicativas de vazios sociais e passe a ser, dentro de alguns anos, pelo trabalho de umas poucas gerações, o gráfico de uma população ativa que se intercomunique em seus diversos núcleos e possa vencer os óbices criados pelas correntes de águas, pela orografia hostil, pelas distâncias imensas."

Sob o aspecto histórico, merece ser lembrado que a região teve nos catequistas e vaqueiros os seus primeiros povoadores brancos, vindo depois deles os garimpeiros do nordeste. Entre os criadores está o jataiense Antônio Cândido de Carvalho, que o erudito Virgílio Corrêa Filho chamou "o sertanejista audaz", (9) Depois de ter penetrado até a região do Rio S. Lourenço, onde encontrou religiosos, por volta de 1890, Tônico Cândido e sua família organizaram fazendas no vale do Itiquira e do Aoiau, tornando-se ele conhecedor profundo da vida e costumes das tribos matogrossenses. A tal ponto foi o seu conhecimento da área estudada, que em 1897 descobriu as cabeceiras do Garças e fez — o primeiro a fazê-lo — a viagem por todo o trajeto do rio, mostrando em relatório a riqueza da confluência, nestes termos:

"Nos barrancos do rio Garças, temos observado importantes depósitos aluvionais de cascalho diamantino. Ainda é célebre a barra do Garças nas tradições dos garimpeiros do Araguaia, pelo muito diamante corrido que lá foi catado".

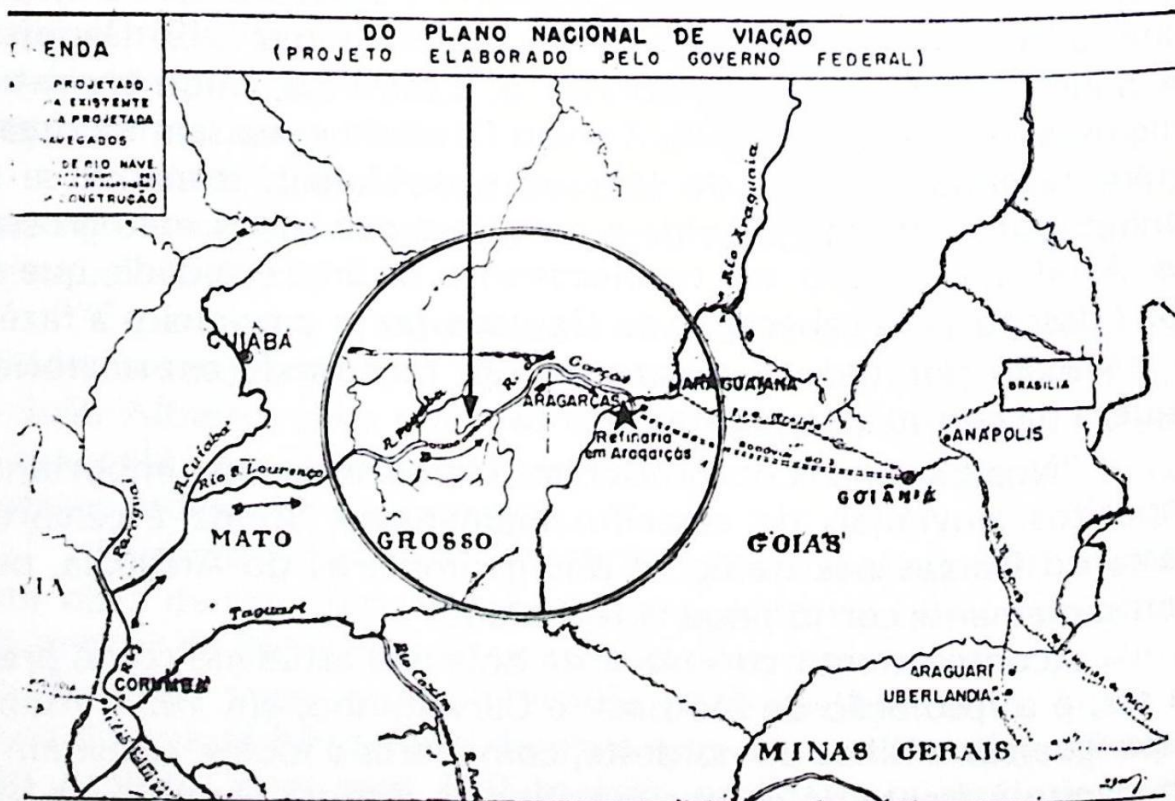
Acontecimento curioso, e até hoje não estudado como precisa ser, é a revolução de Morbeck e Carvalhinho, em 1924. Ambos capangueiros e filhos do nordeste, compadres e sócios, acabaram se chocando à frente de grupos armados na disputa natural pela liderança, o que pôs a vasta região em polvorosa durante muitos meses.

Cidades como Alto Araguaia e Sta. Rita, Mineiros e Jataí dividiram-se em cainúguas e morcegos (10), em luta permanente: com músicas, bailes e outras manifestações de apreço aos chefes do choque armado. Em tudo isto, nota-se o aspecto raro de uma região natural conflagrada por estranhos, que iam buscar amigos e jagunços mercenários nas catingas nordestinas para manter acesa a chama da revolução sangrenta. (11)

Zona de garimpos por excelência, a região do Araguaia tem tido no diamante a sua principal riqueza, com que se formaram os núcleos populacionais e a super-estrutura cultural da vida de grupo. Contudo ela encontra na BR-31 fator de dinamização da sua economia, pois é ponto intermediário entre Cuiabá e S. Paulo, cujos produtos vemos constantemente transportados por aí através de possantes auto-caminhões.

Mais recentemente, surgiu um projeto do ex-deputado Diógene Magalhães, no sentido de se criar refinaria de petróleo em Aragarças, levando para lá o óleo bruto boliviano por via fluvial, o que seria na verdade econômico e suficiente para transformar os povoados adormecidos à margem do belo rio em movimentados centros de trabalho industrial.

Observemos a seguir o gráfico do patriótico projeto:



O dinâmico ex-deputado federal por Goiás — a quem se deve em grande parte o surgimento da hidroelétrica de Cachoeira Dourada — assim se refere à localização da refinaria:

“A escolha de Aragarças, como centro de industrialização do petróleo destinado ao Brasil Central, justifica-se plenamente, em face da tendência, atualmente, de se localizarem as refinarias nas proximidades das zonas de consumo, e não de produção. Dentro deste critério, uma destilaria em Corumbá, além dos inconvenientes de se situar esta cidade em zona fronteiriça, não pode ser trazida a debate. E a de Cubatão, ainda não concluída, breve nos mostrará os inconvenientes da distância que a separa do colosso que será Goiás no próximo decênio. (12)

Com o advento de Brasília, este plano não pode ser acoimado de utopia, pois vão surgindo condições que o tornam aconselhável e exigível. Com ele a região do Araguaia saltaria do estágio de economia extrativa para o ciclo pré-industrial.

3. Sub-região do Aporé

De acordo com a história e a cartografia dessa área (13) a divisa de Goiás com Mato Grosso está situada a Leste no rio das Mortes e ao Sul no rio Pardo, hoje zona cafeeira abaixo da cidade de Paranaíba. É fato incontestável. E por certo as dificuldades de comunicação, a pobreza do nosso Estado e a rarefação dos habitantes em território extensíssimo, são alguns dos fatos responsáveis pelo desmembramento administrativo e político das faixas Araguaia-Mortes e Aporé-Pardo (14), que os nossos vizinhos invadiram e conservaram como suas até hoje. De nada valeram na prática os protestos de Goiás e os documentos históricos de que nos servimos e dentre eles o Termo de Acessão de 1/4/1771, assinado pelo governador Luiz Pinto de Souza, em que se reconheciam os nossos direitos. Em 11 de janeiro de 1836 o governo de Mato Grosso nomeou capitão de milícias José Garcia Leal para o cargo de “diretor da povoação de trinta fogos que se descobriu no Vão do Sucuriu, Paraná e Paranaíba”. (15) Dois anos depois — em 22/3/38 — elevou-a para freguesia sob denominação de Santana do Paranaíba e mais tarde — em 4/7/57 — transformou-a em vila, cuja instalação se deu a 7/1/59. Isto, porém, não foi feito sem protesto dos goianos. E no dia 8/5/63, além de outros, o grande José Vieira Couto de Magalhães oficiou ao Marquês de Olinda, então secretário de Estado dos Negócios do Império, e expôs juntamente com o retrato da nossa precária situação econômico-financeira a velha questão

de limites. Mas tudo em vão. A pendência continuou e ainda hoje as faixas Aporé-Pardo e Araguaia-Mortes são litigiosas e aguarda-se uma definitiva solução para o caso, que só a justiça federal nos pode dar, por falta de assentimento mútuo nas atuais divisas. Mandam o bom senso contudo, que se diga da nenhuma importância nacional dessas questões, uma vez que tudo é Brasil e o país deveria sofrer revisão total em sua divisão político-administrativa, da maneira já proposta por Teixeira de Freitas. O tamanho descomunal das unidades federativas tem sido empecilho, não há como negar, ao seu maior e mais rápido desenvolvimento.

Apesar de não termos uma saída direta para o grande estado bandeirante -- como pleiteamos de longa data -- isto não tem impedido que a região do Aporé, onde se localiza maravilhosa lagoa de águas radioativas, junto de grandes fazendas de recriar, receba constantemente os benefícios de sua vizinhança com o território paulista, para onde escoam as suas manadas de boi de corte, cereais e outros produtos, de onde recebe máquinas, utensílios, remédios, tecidos, móveis e inúmeros bens manufaturados. Com a expansão do mercado paulista, o comércio interestadual está se incrementando e existe mesmo interesse acentuado dos filhos de Piratininga pela compra e exploração de fazendas naquela área.

Com a chegada dos trilhos da E. F. Araraquara em porto "Getúlio Vargas" (ex-Tabuado), com planos de subirem pelo vale do Sucuriu, a zona está se povoando mais rapidamente e há estradas recentes que convergem grande parte da nossa vida econômica para o novo ponto de atração regional. E lá, faz poucos anos, o ex-governador Adhemar de Barros e Dr. Cenobelino de Barros Serra, prefeito de S. J. do Rio Preto, pretenderam erguer às margens da antiga "Lagoa Santa" ou "Lagoa do Rio do Peixe", um hospital moderno que seria beneficiado pelo serviço ferroviário. Infelizmente, o ilustre médico riopretense faleceu e os planos caíram por terra. Mas aqui fica a lembrança do fato como exemplo do interesse crescente dos homens de S. Paulo pela sub-região em foco, para onde todos os anos no mês de julho acorrem centenas de pessoas do Sudoeste, Triângulo, Mato Grosso e S. Paulo, devido às suas águas termais, em cuja vizinhança está surgindo agora um povoado promissor: Cassilândia.

Mas não poderíamos de modo algum botar ponto final neste capítulo, sem mencionar duas figuras exponenciais da vida brasileira que se ligaram de modo perene ao antigo "Sertão dos Garcia". Trata-se do imortal Couto de Magalhães, construtor da estrada

salineira Goiás-Coxim, e Alfredo d'Escragnolle Taunay — herói da Retirada da Laguna — que incorporou a paisagem e o homem do Aporé à literatura universal.

O primeiro em 8/5/1863 escrevia à corte com a mais firme e patriótica convicção:

“Além das terras que já nos levaram querem também agora os de Mato Grosso apossar-se de Coxim, termo final da nova comunicação que estou abrindo com aquela Província, a minha única esperança de introduzir nas finanças de Goiás alguma ordem, porque esse lugar tem de ser em muito pouco tempo a chave de toda a importação e exportação dos Municípios que demoram ao Sul desta Capital”.

Essa estrada de grande sentido econômico e estratégico, dois anos depois serviria à passagem das nossas tropas, em demanda do Paraguai. Foi altamente útil para o comércio e para a defesa do território nacional. E percorrendo a estrada do sal como ainda hoje os sertanejos a denominam, Visconde de Taunay conheceu as belezas da região, o valor e a simplicidade da sua gente, e — de tal modo o fez — que daí surgiu uma obra prima do romance brasileiro: INOCÊNCIA.

Portanto, ambos merecem ser lembrados aqui.

4. **Sub-região** das pastagens — Entre os rios Paranaíba, Araguaia e Aporé que dão nome às áreas contíguas, encontramos a maior das sub-regiões denominada de pastagens, pela esmagadora preponderância da criação de gado sobre outras atividades, em decorrência dos pastos naturais, campestres e invernadas, que se formaram ao longo dos anos. É o império do boi, com um complexo cultural bem nítido.

Se em verdade, o território do gado vacum abrange todo o Sudoeste, onde temos vivido um ciclo ou civilização do couro, encontramos nas campinas centrais da incomensurável mesopotâmia a zona das pastagens por excelência, aquela que se caracteriza pela presença constante dos bovinos.

Releva notar que as manadas de hoje são descendentes daquelas pontas que penetraram Goiás nas primeiras décadas de 1.800, continuando a marcha dos troncos que deixaram a retaguarda dos canaviais, subiram o vale do S. Francisco e tomaram conta de Minas Gerais, depois de penosa e secular viagem.

Por força da geografia então, que dita muitas vezes a história, a principal atividade tem sido a pecuária, ficando reservada à

agricultura um papel secundário para fins de subsistência, até há poucos anos.

No século passado, por volta de 1860, já se nota o cuidado em melhorar os rebanhos, por parte dos criadores. Compram reprodutores "china" em Minas Gerais e vacas tucuras no Pantanal de Mato Grosso, aumentando o número de reses e criando ao mesmo tempo um gado de mais peso. Quando Uberaba se tornou centro exportador de zebu, essa região — onde viviam muitos uberabenses — e ali faziam o seu comércio, foi imediatamente beneficiada. E a confiança de um homem, por certo contribuiu de muito para enriquecer com o novo sangue os nossos rebanhos: queremos nos referir a José Inácio de Melo França, introdutor do zebu no Triângulo e que depois transferiu residência para Jataí, centro principal da região das pastagens. Nessa localidade fixou-se com a família e plantou fundo a semente do seu ideal. Hoje o gado zebu, além do gir, nelore, guzerá e indu-brasil, é criado largamente, com vantagens econômicas excepcionais.

A despeito disso um velho problema perdura — ao lado da falta de cooperativas de consumo para compra de sal, arame e demais produtos, crédito fácil e abundante, assistência técnica e outros — prejudicando sobretudo a economia pecuarista da região. É o problema do transporte dos rebanhos para os centros consumidores de S. Paulo.

Como o caminho natural para a produção da zona seria uma ligação direta com o nor-noroeste de S. Paulo, em Colômbia onde ficaram paralizados os trilhos da Paulista, o Estado de Goiás construiu em 1936 uma ponte sobre o Paranaíba, no Canal de S. Simão, para este fim (17).

Contudo, a esperada ligação tem sido prejudicada durante vários anos por interesses regionais do antigo "Sertão da Farinha Pudre", que só agora vem cedendo à pressão dos altos objetivos nacionais com o advento da BR-31, S. Paulo—Cuiabá, e a criação de Brasília. Mesmo assim, ainda não se levam as boiadas regularmente por esse caminho que encurta a distância de Jataí a Barretos em 250 Km. Na viagem excessivamente longa, perde o gado muito peso e fica sujeito a doenças, com graves prejuízos para criadores e a sociedade em geral, devido ao encarecimento da carne.

No século passado, Taunay (18) citava um jornal de Goiás, editado em fins de 1874, pelo qual se verifica que o problema já existia:

"Notamos a falta de transações desta vila (Rio Verde) com a província de S. Paulo, que a nosso ver oferece gêneros mais baratos

do que a província de Minas; o sal e o café são vendidos em Uberaba por preço alto, gêneros esses comprados em grande parte em Araraquara de S. Paulo, e , entretanto, a diferença é de 30 léguas e o preço metade ou menos daquele que custa em Uberaba”.

Portanto o problema é velho e revelho mas continua sem solução.

Naquelas vastas campinas, imensos cerrados e grandes invernadas está distribuída uma população rarefeita, como soe acontecer em todas as zonas de criar, sendo que o seu tipo de vida moldou-lhe o espírito e a cultura de tal modo que muito se parece com os gaúchos dos Pampas. E isto foi argutamente observado por Leo Lynce, o admirável escritor goiano. Dizia ele: “Quem quiser conhecer o R. Grande do Sul, vá ao Sudoeste de Goiás”. Referia-se especialmente à região central das pastagens, onde viveu de 1911 a 1913.

Isto é certo. O sudoestino dessa área, de modo especial, tem um sentimento profundo de liberdade, próprio a todos os vaqueiros, como observa Néelson W. Sodré no livro “Oeste”. Ufana-se do cavalo, do revólver e da coragem pessoal. Ama os campos e as criações, que entende profundamente. Usa uma linguagem pitoresca, rica e colorida de modismos, onde são comuns as comparações com o gado vacum. Tais como — “cavalo bom é o que cerca boi na hora”, “matou o boi”, “atira na testa para não estragar o couro”, “aqui matou vaca? ”, “o dono do boi pega no chifre”, etc. (19)

Concorre ainda para aumentar a semelhança entre o sudoestino e o gaúcho, o fato de ambos habitarem regiões fronteiriças, o que os torna bairristas, combativos e, às vezes, violentos. Com uma rude noção da sua condição de homens machos, segundo o dizer pinturesco do povo.

Embora possuindo apenas o mutirão, que é nacional, e a traição (20) como exemplos de capacidade coletiva de cooperar, (21) constitui o Sudoeste — sem dúvida alguma — a região de Goiás onde mais se deve ao trabalho e iniciativa de cooperar dos seus líderes. Por cooperação se fez a primeira estrada de auto. A primeira sociedade anônima. Os primeiros serviços de água encanada. Ainda as primeiras empresas de luz elétrica. Colégios. Clubes. Tudo que há de melhor nos núcleos urbanos.

E hoje, fácil de verificar, a política, a administração e as profissões liberais do Estado possuem elementos exponencias, vindos da zona das pastagens, onde sempre deram valor excepcional à cultura literária, científica e técnica a ponto dos filhos de nossos fazendeiros, antes do automóvel, viajarem cento e tantas léguas

a cavalo até Uberaba, onde tomavam o trem e iam estudar em Belo Horizonte.

Como consequência dessa elogiável orientação, encontramos agora na política estadual: José Feliciano Ferreira, Mauro Borges Teixeira, Alfredo Nasser, Anísio Rocha, Rezende Monteiro, Jerônimo Coimbra Bueno, César Bastos e muitos outros nomes ilustres. Sem contar o senador Pedro Ludovico Teixeira que, embora filho da velha capital, politicamente surgiu no Sudoeste e plasmou o espírito de líder nas lutas calorosas daquela região.

O POVOAMENTO

O Sudoeste começou a ser povoado no século XIX, por volta de 1820, com vaqueiros que saíam das Minas Gerais em demanda de novas terras. Em razão disto, a pecuária vem sendo até aqui a principal atividade do homem, que deste modo pode conquistar, explorar e acrescentar às áreas produtivas do Brasil esta imensa mesopotâmia, cujas riquezas potenciais sabemos incalculáveis.

Podemos constatar a preponderância do boi como atividade econômica nessa região, ainda pela nomenclatura de rios e outros acidentes geográficos, bem como pelo folclore, literatura e linguagem popular. Basta-nos um exemplo entretanto a fim de ilustração: além da literatura oral, compreendida no folclore, verificamos que a historiografia, os romances e as poesias aparecem impregnados da principal atividade regional.

Vejam-se por exemplo:

1. "Monografia Histórica de Caiapônia", do prof. Feliciano Fernandes de Castro, publicada em 1945;
2. "O poema "Paisagem Gozada", de José Godoy Garcia, no livro "Rio do Sono", editado em 1945;
3. "História de Rio Verde", de Onaldo Campos, parcialmente publicada em jornais daquela cidade;
4. "Pioneiros", de Basileu Toledo França, edição 1954;
5. "Caiapônia", escrito pelo uberabense Camilo Chaves;
6. "Contos Inéditos", pelo eng.º de minas, Crispiniano Tavares, editado em Uberaba no ano de 1910;
7. as várias memórias de João Alberto, Ítalo Landucci e outros sobre a "Coluna Prestes";
8. "À cata de ouro e diamantes", do matogrossense Virgílio Corrêa Filho;
9. "Inocência", do Visconde de Taunay, e outras obras.

Com base nesta riqueza, o boi, ousados criadores mineiros, paulistas e matogrossenses vieram por volta de 1820 e tomaram posse da imensa área que hoje nós conhecemos por Sudoeste de Goiás. O papel dessa gente simples, operosa e destemida é importantíssimo sob todos os aspectos que o examinemos. Ao tocarem para lá as pontas de gado, levando em lombos de burro ou debaixo das toldas de carros de boi a companheira prolífera e os filhos, conquistaram efetivamente para o Brasil um grande vazão, deixado pelos bandeirantes nas suas aventuras de preação de índios e busca desordenada dos aluviões de ouro. Isto fez com que o imortal Euclides da Cunha considerasse o vaqueiro superior ao jesuíta e aos chefes de Bandeiras, porque tendo a tenacidade de um e a coragem de outro possuía sobre ambos uma virtude supletiva: a fixação ao solo.

Podemos reconhecer alguns períodos bem distintos na evolução regional do Sudoeste:

1. período heróico

Da pré-história até 1918, com a chegada do automóvel. Meios de transporte: tropas de muares e carros de boi.

2. período de consolidação

Vai do após-guerra de 18, quando se originam os principais serviços públicos de água e luz, até 1930. Meios de transporte: tropas, carros de boi e automóvel.

3. período de transformações político-sociais

Coincide, em linhas gerais, com a revolução de 30 e suas consequências, dentre elas o surgimento de Goiânia, a nova Capital de Goiás, até 1957. Meios de transporte: carros de boi, automóvel e avião.

4. período de Brasília

Cada um desses períodos apresenta determinados traços e fatos bastante caracterizadores, que nos levam a firmar a divisão acima.

No período heróico, estão incluídos os acontecimentos às vezes brutais do desbravamento; a fixação das famílias; a luta de brancos e bororos andejos, com as malocas à margem esquerda do Araguaia; a construção dos primeiros templos, primeiras cadeias e primeiras escolas, na criação das vilas; o comércio penoso em carros e tropas com Minas, S. Paulo e Mato Grosso, para onde levavam gado, açúcar e mantas de toucinho, trazendo o sal, o ferro, instrumentos, armas, remédios e tecidos; tudo que caracterizou o período difícil e longo servido exclusivamente pelo carro de bois e tropas de burro, os únicos meios de transporte então possíveis.

Ambos marcavam o ritmo do nosso progresso: vagaroso embora constante.

Em 1918, com a entrada do automóvel e a criação da Sul Goiana S/A, nossa primeira sociedade anônima, começou o segundo período. Além do impacto notabilíssimo do **cavalo de rodas**, que trouxe uma velocidade desconhecida para nossas relações comerciais, o traço principal da época, marcada por iniciativas de cooperação altamente elogiáveis dos líderes da região, são os serviços de interesse público tais como estradas de auto, água encanada e luz elétrica, índices da elevação do nível de vida, com que melhoramos o bem estar da coletividade.

Isto contribuiu de modo decisivo para consolidar na vasta zona sertaneja os poucos núcleos de população, que o pioneirismo havia plantado no Sudoeste.

Nessa ocasião, 1918-1929, os meios de transporte eram: automóvel em ascensão e carros de boi em declínio.

O 3.^o período, de transformações políticas e sociais, vem com o movimento outubrista de 1930, que realmente constitui no presente marco divisor de duas épocas na própria história nacional. É o caso do sistema eleitoral obsoleto, em parte da figura do coronel plenipotente e atrabiliário, e em contrapartida a valorização do trabalhador com leves tintas socialistas, da renovação geral enfim, que resultaria na hegemonia política do Sudoeste no Estado de Goiás, pelas figuras do dr. Pedro Ludovico Teixeira, Manuel Balbino de Carvalho, Alfredo Nasser, Coimbra Bueno, Serafim de Carvalho e outros. Daí resultaria o surgimento de Goiânia em 1933, graças ao espírito de renovação de 30 e à fibra dos sudoestinos, que colaboraram de maneira decisiva na grande realização, por certo a maior do período em tela, encorajando, defendendo e inspirando o seu realizador.

Até essa época, o Sudoeste se mantinha fiel ao Triângulo Mineiro a que estava ligado desde algumas décadas, sendo mesmo pela geografia e, especialmente, pelas dificuldades de comunicação com outros pontos de Goiás, cada dia menos goiano e mais mineiro. A revolução e a transferência da capital do Estado serviram portanto, de modo indubitável para integrar-nos em nosso devido lugar, dando-nos consciência disto.

O período atual tem Brasília, a futura Capital, como o seu marco. Interessante é notar que o Sr. Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, iniciou a campanha eleitoral de 1955 na cidade de Jataí, onde por interpelação de alguém, assu-

miu o compromisso de obedecer a Constituição Brasileira, construindo a Nova Capital no planalto de Goiás. Este fato passará à história como "O compromisso de Jataí".

Contudo, Brasília não está simplesmente ligada ao Sudoeste pela origem, pela gênese da sua idéia. Mais do que isto — em que pese a grande honra — ela se prende a nós pela geografia, pela economia, pela administração e pela política. Os benefícios que daí advirão — além de imprevisíveis — são de modo seguro altamente benéficos e desejáveis: o grande padrão divisor dos fatos nacionais o será também para os acontecimentos e a vida sudoestina. Especialmente.

Senão, vejamos. Em uma terra onde os governos primam no geral pela improvisação, em que sofremos quase sempre o problema sério da descontinuidade administrativa, a idéia de uma Capital Brasileira no centro do país nasceu há mais de século e veio — coisa rara — atravessando o tempo indifente aos mencionados fatores negativos da nossa formação social. Escolhida no século 19 uma comissão de sábios para estudar o local apropriado à sua construção, este trabalho se fez tão criteriosamente que seria confirmado mais de meio século depois, por outra geração de patrícios distinguidos pela mesma incumbência. Através dos anos mudaram-se o regime e os homens, mas o ideal continuava intacto: construir uma nova sede para o Governo Central.

Apesar de vivermos ainda o início da sua construção, já vamos nos apercebendo todos os brasileiros das vantagens concretas de Brasília:

a) 2/3 da nossa área, que vegetavam à sombra de uma faixa marítima privilegiada, vão se integrar à civilização pátria, dando-lhe à exploração as imensas riquezas potenciais da terra e do homem sertanejo e ampliando assim, ao mesmo tempo, o mercado interno, com imediata elevação do nível de vida das populações da hinterlândia.

b) O velho e debatido problema da ligação das bacias do Prata e Amazonas, sobre o qual já se escreveu tanto como necessidade premente, vai agora encontrar solução — acreditamos — em virtude da colocação da nova capital: quase equidistante de ambas e da bacia do São Francisco.

c) As nossas divisas econômicas — para não nos alongarmos muito — deixarão os limites de poucas cidades grandes do interior como B. Horizonte e se colocarão, coincidentemente, em cima das divisas políticas do Brasil; confinando com a Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e outros.

Se de tudo isto nascerão condições de progresso e melhoria de vida para o brasileiro em geral, fácil nos é imaginar as influências benéficas e revitalizadoras de Brasília sobre a região estudada, cujo gado, cereais e madeiras em parte já descobriram o caminho certo da sua valorização, encaminhando-se através da iniciativa particular em direção ao mais recente e poderoso centro de atração econômica, social, política e cultural do Centro Oeste.

VIDA ECONÔMICA

Região enorme, de população rarefeita — de 0,5 a 5 habitantes por km² — onde predomina a criação extensiva de gado bovino, cuja população na sua grande maioria — mais de 80% — só consome energia de lenha e carvão vegetal, vem o Sudoeste conquistando gradativamente uma posição melhor na economia goiana, graças à sua colocação privilegiada no Centro Oeste, ao advento de condições novas surgidas com o progresso do país, à iniciativa dos seus pro-homens e filhos ilustres.

A sua penetração deu-se no primeiro quartel do século XIX e no fim desse período Saint-Hilaire refere-se ao Sudoeste de Goiás como zona de "vastas solidões ainda quase desconhecidas", dominada pelos caiapós. (22) Contudo, no meado daquele século, já era razoável a presença de brancos na região, emigrados de M. Gerais, onde o ciclo do ouro se tinha tornado coisa do passado. Existiam fazendas de criar em larga escala pontilhando o amplo território e na vizinhança delas começavam a surgir povoados sob a invocação de santos tradicionalmente mineiros: Divino Espírito Santo, São Sebastião, Sta. Rita e outros.

Essas propriedades rurais, embora não se possam comparar às casas-grandes do Nordeste, conhecidas pelo brilho, riqueza e importância político-social, eram auto-suficientes e atendiam os vaqueiros na sua franciscana pobreza de trabalhadores rurais. Pobres no sentido de consumirem apenas o essencial, talvez pouco mais que isto.

E o próprio tipo de vida dava-lhes o comportamento de nenhuma exigência, de satisfação com o mínimo, que o isolamento do mundo justificava. De modo geral os pioneiros do Sudoeste vinham sempre acompanhados de parentes, amigos e alguns escravos artífices: carpinteiros, seleiros e ferreiros. Mesmo conhecendo aqueles ofícios preciosos e comuns entre eles, costumavam ir de quando em quando a Uberaba para adquirir negros cativos da cane-

la fina, bons dentes e fortes, que acasalavam depois para aumentar o número de braços. Com exceção da sua profunda religiosidade, demonstravam espírito prático e objetivo, que os levava a enxergar nas iniciativas sempre o lado econômico. Lucrativo. O negro por isso era como tinha sido de resto para muitas gerações de brasileiros: uma valiosa mercadoria, apenas. E o seu preço era tal que se poderia compará-lo ao do zebu de hoje. Muito superior ao das utilidades e mesmo da própria terra, que existia em abundância para quem desejasse apossar. (23)

A contribuição do negro, entretanto, para a formação étnica e cultural do Sudoeste, é igual ou maior do que a sua participação no desbravamento e na exploração econômica do solo. Haja vista o número de famílias pardas atuais, os pratos da cozinha recebidos direta ou indiretamente, bem como o folclore urbano e rural. Estão ali para quem desejar estudá-los.

Quando os desbravadores chegaram, encontraram os trilheiros de índios: caiapós e bororos. A região não era propriamente habitada mas sim transitada por ocasião de suas caçadas periódicas. Os bororos — que deram algum trabalho com intermitentes assaltos aos brancos — vinham de Mato Grosso em suas andanças e, atravessando o Sudoeste, atingiam a região da Farinha Podre, hoje Triângulo Mineiro. Por estes caminhos entraram em parte os vaqueiros e foram se fixando nas margens dos inúmeros rios e nas áreas de pastagens. Por ocasião de viajar em carros fabricados por suas mãos ou pelas dos seus escravos, a cavalo para tocar pontas de gado ou com mulas carregadas de toucinho e açúcar, ainda foi por cima dos trilhos então mudados em estrada salineira. Viajavam até S. Paulo em busca de produtos — poucos, aliás — que não fabricavam. Com o tempo os trilhos da Mojiana alcançaram Franca, mais tarde Uberaba e lá estava eles comerciando. Diz a tradição que as viagens mais longas, do centro-sudoeste a Casa Branca no Estado de S. Paulo, eram seguramente 6 meses em carro de boi. Mas os homens daquela têmpera não se atemorizavam: iam buscar o sal que comiam, ou com que suplementavam os nossos barreirões para o uso dos rebanhos, e o ferro indispensável aos utensílios, instrumentos e armações.

Em 8 de maio de 1863, Couto Magalhães escreveu ao Marquês de Olinda, Presidente do Conselho de Ministros, retratando-lhe a situação econômica de Goiás, onde aparece a notícia de uma estrada em construção, para ligar a nossa capital a Coxim, distante 80 léguas, quando o porto mais próximo estaria a 220, no dizer do

grande sertanista e presidente da Província. Depois de observar que a falta de boas vias de comunicação, o contrabando e a grande extensão das fronteiras eram os responsáveis por "todos os males que afligem o comércio, a indústria e a administração", o autor de "O Selvagem" assevera confiante:

Além dessa vantagem do encurtamento de 140 léguas existem outras de grande alcance e são em resumo: o terreno por onde vai estendendo essa nova via de comunicação dilata-se através dos chapadões planos das serras Selada e de Santa Marta, à proporção que as antigas comunicações com o litoral todas elas atravessam terrenos imensamente acidentados por pântanos, rios e serranias agrestes, acidentes estes que tive ocasião de apreciar com os meus próprios olhos, nas viagens que tenho feito por esses lugares.

A de Coxim será estrada de carro desde o momento em que for aberta; as antigas, por maiores esforços que o Governo faça, nunca serão mais do que péssimas estradas de tropa.

O terreno percorrido pela estrada do Coxim vareja justamente o Sul da Província e dá escoadouros às suas populações que são as mais produtoras e numerosas que temos; alguns objetos que até o presente não podiam ser elevados à categoria de gêneros de exportação, porque na excessiva despesa do frete absorver-se-ia mais do valor que por eles se poderia obter, sê-lo-ão agora por esse meio.

Tomarei como exemplo, o açúcar, o fumo, o café, o algodão, etc.

Este cálculo não é feito por mim e sim pelos negociantes mais positivistas e interesseiros que aqui temos.

"Se não receasse estender por demais o meu ofício, entraria na demonstração disto: contudo direi sempre a V. Excia. que uma arroba de toucinho custa nesta capital 2\$000 (Cr\$2,00) e em Cuiabá 20\$000 (Cr\$20,00) quando está barato; o mais tudo em proporção.

Contando com os únicos e poucos recursos de que eu podia dispor mandei abrir essa estrada e, aproveitando o grande entusiasmo dos fazendeiros desses lugares, espero que com esses pequenos recursos em outubro deste ano hei de pessoalmente chegar a esse ponto".

A estrada do Coxim, que para o ilustre filho de Diamantina "era a sua única esperança de introduzir alguma ordem nas finanças de Goiás", constituiu realmente medida objetiva para estimular a economia regional e durante muito tempo serviu à vasta área

centro-oeste, como entroposto movimentado. Por ali se fazia em boa parte a importação e exportação do Sudoeste.

E para se ter idéia do valor estratégico da região, já sentido por aquele imortal homem público, basta recordar as páginas do Visconde de Taunay em "Marcha das Forças", "Retirada da Laguna" e "Memórias". Pois através dela em 1865 transitaram cerca de 3.000 pessoas em busca dos paraguaios, encontrando no Baús e outros pontos, como iniciativa de Ferreira França, depósitos de víveres que apesar de pequenos foram providenciais às nossas tropas.

Além do mais, a utilização do pequeno porto e águas vizinhas representava uma retomada da tradição, que nos mostra os paulistas em variação constante até ao Taquari, aproveitando com inteligência jamais superada os caminhos vivos dos nossos cursos d'água. (24)

Eis alguns aspectos da importância excepcional dessa via que formava com os rios do extremo sul do Sudoeste um sistema misto de comunicação em benefício de Goiás e do Brasil. Representava pelo menos uma tentativa de integração econômica da ampla zona, que se mantinha praticamente até então em completo isolamento do resto do país.

No ano de 1874, um jornal da Velha Goiás fazia referência à vida econômica da região notando com propriedade a "falta de transações do Rio Verde com a província de S. Paulo", a despeito de sua posição geográfica favorável e os preços ali serem mais convidativos do que os do Triângulo Mineiro. Faltava-nos ainda uma ligação direta com o Estado Bandeirante, que o consenso geral sempre apontou como problema básico do Sudoeste. E por isto a notícia veiculada pelo mesmo órgão de imprensa nestes termos, deve ter enchido de intensa alegria os moradores daquela zona:

"Sabe-se que o poder legislativo tem votado a verba anual de 5:000\$000 para a construção de uma estrada de ferro até Santana do Paranaíba, na província de Mato Grosso, e esse trabalho já é uma realidade entre nós, porque a exploração já deve a esta hora aproximar-se ao ponto extremo. Uma vez construída a linha férrea, temos esse meio de locomoção a 30 léguas, mais ou menos, desta vila (caminho reto)".

Tudo não passou de um sonho. E a região permanece ainda hoje à espera dos trilhos de ferro, que dividirão duas épocas da sua história econômica.

Alfredo Moreira Pinto, autor de "Apontamentos para o Di-

cionário Histórico-Geográfico Brasileiro”, registrou em 1886 a queixa de certo informativo do Sudoeste, segundo o qual a produção agrícola dos rios-verdenses não ultrapassava as necessidades do consumo “por falta de mercado consumidor a pequena distância”. Embora este não seja o motivo que justifique por si só a pobreza da produção agrícola, devemos convir com outros estudiosos do assunto que representa na verdade o mais sério fator negativo que entrava o desenvolvimento geral da enorme região. Pelo fim do século anterior, a população regional tinha uma grande esperança que solucionaria em parte o problema: era a construção da ponte sobre o canal de S. Simão, passagem mais próxima dos centros consumidores do Estado de S. Paulo. Embora aguardada desde 1886, ela porém se realizou apenas meio século depois, satisfazendo parcialmente os desejos do povo, uma vez que não se completou o empreendimento com a construção da rodovia até os trilhos da Estrada de Ferro Paulista, velho anseio dos sudoestinos.

No governo profícuo de Afonso Pena (1906-1908) construiu-se em Itumbiara (Sta. Rita do Paranaíba) a ponte pênsil que recebeu o seu nome, mais tarde adaptada ao trânsito de automóveis, o que representou um elo de aço entre a região e o Triângulo, fortalecendo deste modo a hegemonia mineira na vida do que Aziz Ab’Sáber chamaria muitos anos depois “apêndice da grande região econômica de Uberlândia e Uberaba, as capitais regionais de uma boa parcela do Centro-Oeste brasileiro”.

A outros fatores juntou-se mais este que tornava o Triângulo beneficiado com a segregação do Sudoeste: a corrente de riquezas da imensa região de criar — mais do que nunca — corria para os seus dois principais centros urbanos acima referidos pelo geógrafo paulista.

Em 1918 a Companhia Sul Goiana S/A — notável exemplo da capacidade de cooperação dos nossos homens — inaugura ali a era do auto, chamado pitorescamente por alguém de “cavalo de rodas”, que deu ensejo a maior progresso regional sem dúvida alguma, colocando-a em contacto mais fácil e mais rápido com o resto do país. E das metrópoles brasileiras, de modo especial S. Paulo, R. de Janeiro e B. Horizonte, chegavam os famosos “cometas”, em sua nobre missão comercial, a quem muito deve todo o interior do Brasil. O automóvel deu por outro lado ensejo ao aparecimento de um pioneiro moderno: o chofer. Figura admirável de trabalhador denodado, serviçal e incansável, que vem contribuindo em escala crescente para o desenvolvimento de todo o território. Constrói

estrada à força de pneus, em certos casos. Levando o progresso e as conquistas da civilização aos núcleos de população mais distantes e isolados. O chofer merece, por isso tudo, um lugar de relevo na crônica dessa importante área de Goiás.

1943. Depois de ligar por estrada de rodagem o Sudoeste às barrancas do rio Grande, no território paulista, construiu-se a ponte Mendonça Lima que significava a última etapa do problema de abrir uma rota para S. Paulo, deixando o Triângulo Mineiro à margem. As boiadas goianas e matogrossenses passaram daí por diante a ser levadas diretamente aos frigoríficos do Estado Bandeirante.

Apesar desta conquista, que exigiu algumas décadas de trabalho e pertinácia dos nossos líderes regionais, a verdade é que a ligação direta com S. Paulo, continuando as boiadas a caminhar um percurso imenso, não foi uma solução decisiva para a economia, tal como se esperava. Representou mais um passo em busca de dias melhores, que só os trilhos de ferro poderão trazer, com maior densidade demográfica, frigoríficos, silos, crédito agro-pecuário abundante e fácil e outras iniciativas, que além de estimularem a produção de riquezas exportáveis, vão elevar o nosso baixo padrão de vida.

Aí está um grave problema que deixa de ser da região estudada, por constituir-se em verdade num dos grandes objetivos da política nacional: explorar economicamente os claros do Centro-Oeste, ampliando assim o mercado interno para as nossas indústrias. E sem dúvida alguma, essa exploração pouco significará de positivo e duradouro sem a planificação cuidadosa do Sudoeste goiano. Sem isto, já o disseram dois geógrafos paulistas de nomeada: "tudo o que se fizer será um tanto artificial e de resultados muito temporários e duvidosos".

Compreendendo esta realidade a Fundação Brasil Central que não tinha a mesopotâmia entre os seus alvos, incluiu-a patrioticamente, tendo nela ao mesmo tempo um forte ponto de apoio da **Marcha para o Oeste**, que nasceu de preocupações da nossa política internacional. (25) Por isso, construiu estradas, ergueu hospital e escolas, montou estações radiotelegráficas e armazéns, procurou fixar a população garimpeira com o plano de urbanização de Aragarças, enfim, levou alento novo à região.

As iniciativas da Fundação vêm sendo reforçadas pelo trabalho do Governo do Estado, que constrói ali várias rodovias, colégios e outros serviços públicos dignos de nota. Mais ainda pela hidrelétrica de Cachoeira Dourada e a conclusão da BR-31, S.

Paulo-Cuiabá, (26) uma autovia de primeira classe já incluída no plano nacional de asfaltamento, que ligará em linha reta, podemos dizer, o Brasil industrial do leste ao Brasil pecuarista do Centro-Oeste.

Antevendo, com argúcia própria dos povos de elevada técnica e maior capacidade econômico-financeira, existe no momento um projeto grandioso de capitalistas europeus, já em estudo por parte do governo de Goiás, a fim de instalar naquela região dentro de alguns meses um notável frigorífico, que absorverá boa parte da produção bovina do Sudoeste e das áreas limítrofes de Mato Grosso.

Pelo exposto, mais do que nunca, é propícia, desejável e indispensável mesmo a entrada de uma ferrovia naquela imensa área, cujos habitantes a esperam ansiosamente cerca de 85 anos, como elemento garantidor do nosso progresso econômico e evolução técnico-cultural. E ao examinarmos o plano atual da E. Ferro Araraquara, que deseja tirar um ramal de Fernandópolis e alcançar no Triângulo a rodovia BR-31, pleiteando 20 m apenas da sua faixa de 80, para efetivar a sonhada penetração dos trilhos via Canal S. Simão, sentimo-nos obrigados a marchar ombro a ombro com os patrícios paulistas, que dando sentido prático a uma secular vocação de Piratininga — atendem o chamamento do Planalto Central, através de grandes chapadas que facilitam as comunicações, visando por certo a nossa reserva de carne, aprovisionamento de cereais, fundação de indústrias alimentícias, tudo que significa uma imensa corrente comercial futura, hoje palidamente representada pelo que sai ou chega em caminhões e aeroplanos.

Consciente de que este é o maior problema do Sudoeste e um dos grandes nacionais, estamos na obrigação de procurar solucioná-lo para que o índice de habitantes por km² suba de 0,5 para 10, 20 ou 50 (27) e, conseqüentemente, a terra e a produção sudoestinas se integrem de modo definitivo na economia brasileira, com as suas incalculáveis possibilidades.

CONCLUSÕES:

1. a geologia nos ensina que ali foi fundo de mar, de que restam ainda os barreiros onde o gado vai lambar o sal: mar de Xaraés, segundo a lição do professor Zoroastro Artiaga, que se escoou para leste em direção da Bahia;
2. o Sudoeste de Goiás é uma unidade geográfica, histórica, econômica, política e cultural bem definida, com traços que lembram o Sul de Mato Grosso, sem se identificar com ele;
3. a principal atividade aí é a pecuária, cujo tipo de vida torna o sudoeste bastante parecido com os nossos patrícios do R. Grande do Sul.
4. além do sub-solo presumivelmente petrolífero, das matas de madeira de lei, do grande potencial hidrelétrico dos vários rios volumosos, do ouro e diamantes, da areia monazítica e muitos minérios, o Sudoeste tem na qualidade das suas águas potáveis e no clima fresco e ameno fatores decisivos da sua extraordinária riqueza, que acreditamos seja explorada racionalmente, dentro de poucos anos;
5. é realmente admirável que apenas à base da criação de gado, tenhamos construído os diversos centros populacionais daquela região, embora pequenos, e que apesar da influência decisiva do campo são dotados de serviços públicos de água encanada, luz elétrica, telefone, hospitais, correios e telégrafos, colégios e agências de empresas aeroviárias;
6. essa imensa área, 80 mil km², onde vivem cerca de 3 centenas de milhar de indivíduos ocupados na criação de 1,5 milhão de reses, na sua maioria, está agora passando por notáveis transformações econômico-sociais em virtude da ação do governo estadual, da Fundação Brasil Central e do Governo da União, que recomendam e justificam a penetração de uma estrada de ferro como a Araraquara, para incrementar e garantir o seu progresso;
7. esse progresso é indispensável para a exploração econômica dos grandes vazios territoriais do oeste de Goiás e leste de Mato Grosso, como já observou Aziz Ab'Sáber, brilhante mestre de geografia da Universidade de São Paulo;
8. resta aos governos de S. Paulo e Goiás, bem como aos políticos da Alta Araraquarense, conjugarem as suas forças para conseguir do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, autorização para levar os trilhos da E.

- F. A. marginando a BR-31 até Jataí, centro geográfico da grande região do Sudoeste;
9. Isto representará o marco divisor de duas épocas: a pecuarista de hoje e a pré-industrial de amanhã.

NOTAS

1. Mais adiante:

“Fronteira (ao córrego Serrinha) ergue-se a curiosa serra de que já falamos, e cuja conformação geológica é tão claramente patenteada. Na verdade parece que vão seguindo paralelamente o caminho os traços prolongados das linhas de afloramento das águas, os quais ora se estendem ao longo da serra, ora se destacam em alcantis separados, que representam pontos de ilhas do grande lago de então.

A garganta por onde a enorme massa líquida dessa bacia se escoou para planícies inferiores traz os vestígios da passagem d'água, ao princípio rápida e furiosa — erosões profundas — ao depois lenta e regular e que deu em resultado o arredondado dos lados do canal, formando-se assim curiosas e redondas pontas que se apoiam nos extremos de uma curva traçada com regularidade singular”.

2. Bibliografia do petróleo do Sudoeste:

Guilherme Bastos Milward — Contribuição para a Geologia do Estado de Goiás — 1935..

Glycon de Paiva — Reconhecimento Geológico do Rio Verde ao Araguaia — Vol. 59 — Serv. Geológico e Mineralógico — 1932.

Tharcísio Damy de Souza Santos — Resumo da Geologia do Sul de Goiás — Anuário da Escola Politécnica, 1938, págs. 253—282.

Eugene Hussak — Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central — 1894.

Alberto I. Erichesen — Terrenos Permianos e triássicos do Sudoeste de Go. Notas preliminares do Serv. Geológico e Mineralógico, n.º 5 — 1936.

Alberto I. Erichesen — Terreno devoniano em Goyaz. Notas preliminares do Serv. Geológico e Mineralógico, n.º 5 — 1936.

A. I. Erichesen — Geologia do Sul de Goyas — Bol. 94. Serv. Geológico e Mineralógico — 1938, p. 42—47—1938.

3. "No Sudoeste de Goiás, os meses de maio a setembro são relativamente secos com o mínimo em julho. Enquanto que, de outubro a abril, as precipitações são abundantes, com o máximo no solstício de verão. Apesar da extrema escassez de dados, pode-se afirmar que a média anual da pluviosidade varia entre 1.500 a 2.000 mm, com duas estações bem características: a das águas e a das secas. Repetem-se, assim, nas faixas inter-tropicais do centro do Brasil, alguns dos mesmos fatos climáticos tão conhecidos do continente africano. Trata-se de um mecanismo simples, que lembra, em grande parte, o ritmo dos climas sudaneses". Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. III – Tomo I – 1948.
4. Veja-se "Curso de Bandeirologia" e outras obras especializadas.
5. "O rio dos Bois, que em seu curso recebe vários e importantes afluentes, como o Verde, o Turvo, o Santo Antônio, oferece possibilidades de navegação, a qual foi outrora com bom êxito, por um intrépido explorador José Caetano da Silva, que conseguiu por ele, seus afluentes e pelo Paranaíba, Paraná e Tietê, estabelecer comunicação entre a cidade de Piracicaba, em S. Paulo, e o centro de Goiás: merecendo por este grande serviço ao país o hábito de Cristo com que o agraciou El-Rei D. João VI. Os filhos ou netos deste destemido empreendedor procuraram recomeçar, na presidência do Snr. José Pereira Martins de Alencastre, esta empresa importante: menos conhecedores, porém, dos perigos, ou mais infelizes, morreram afogados na primeira viagem, ficando de todo abandonada a idéia de navegação do rio dos Bois." Taunay, "Marcha das Forças", pág. 100 – 1928.
6. "Ao mesmo tempo que Castilho (capitão general Fernando Freire Delgado de Castilho – 1811-1820) entregava criminosamente a ubertosa faixa de terra setentrional de sua capitania, abandonava os interesses de seu governo no Sul, descontentando os povos de Araxá e Desemboque, que pediram ao príncipe a sua anexação à comarca de Paracatu, pelo simples motivo de que em M. Gerais não havia os impostos de 600 réis sobre cabeça de gado, de que pediram debalde isenção ao capitão general de Goiás.

O requerimento dos habitantes sendo deferido pelo príncipe D. João, Goiás ficou privado por uma lanacrapina do fértil território que a inabilidade de Castilho não soube conservar". A. do Brasil, "Súmula de Hist. de Goiás", pág. 91 – 1932.

7. "Caiapônia", pág. 361, Rio – 1943.

8. Miguel Costa Filho e Aziz Nacib Ab'Sáber, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 7, março de 1951.
9. "A cata de ouro e diamantes", pág. 60, edição de 1926.
10. A propósito desta luta, que pretendemos estudar em trabalho à parte, mostrando uma região pacata e ordeira que emigrados nordestinos conflagraram, ainda hoje se conhecem alguns versos que se tornaram famosos na época. Cantavam os "caináguas", cujo apelido veio do fato de terem fugido atirando-se nas águas do rio Araguaia:

Ninguém sabe o que vi hoje
lá no alto da porteira,
o Morbeck pedindo esmola
e o Candinho com a bandeira.

Fala Morbeck / se tem coragem ou não / Carvalho e Celestino / já formaram batalhão".

Os "morcegos", assim chamados por terem atacado a primeira vez de noite, respondiam com certo espírito: "Aspirina vai dar alta, / vai prestar um serviço / vai curar os caináguas / que pegaram constipação. / Deixa de prosa / e de arrelia / você não pode / tomar banho nágua fria. . ."

11. O chefe dos caináguas era o cel. Manuel Balbino de Carvalho e dos "morcegos" o engenheiro José Morbeck. O primeiro, filho da Bahia e o segundo, de Pernambuco.
12. Essa entrevista, que foi publicada em jornal de Uberlândia há alguns anos, é atualíssima nos dias presentes. O legislador sentia e acreditava na marcha dos acontecimentos que redundaram na construção de Brasília.
13. Vale a pena rever o "Atlas" organizado pelo insigne Henrique Silva, batalhador incansável pelos altos interesses de Goiás.
14. Existe uma farta documentação e muitos papéis históricos que demonstram claramente os direitos de Goiás. Vejamos uma passagem de Taunay, em "Marcha das Forças", pág. 107 e 108:

"A Capela de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde foi elevada à categoria de paróquia em virtude da lei de 5 de agosto de 1848, dando-se-lhe os limites seguintes, que transcrevemos por ser documento importante das fronteiras de Goiás ainda litigiosas: "Servirá de limites à nova freguesia o rio Verde além do Turvo, desde as suas primeiras vertentes até a sua foz no rio Pardo, e por

este acima até as primeiras vertentes do rio Grande, cabeceira do Araguaia que serve de divisa com a província de Mato Grosso”.

Desse trecho citado por aqueles mesmos que são contrários às pretensões de Goiás, se infere que a vila de Santana do Paranaíba pertence a esta província”.

15. Vejam-se as “Datas Matogrossenses” de Estevão de Mendonça, pág. 34 do I vol. e seguintes, edição de 1919.

16. Camargo Júnior “Problemas do Oeste”, pág. 50, ed. de 1948.

17. “Nos fins do século passado, a grande esperança da população regional residia na construção da ponte sobre o rio Paranaíba, no canal de São Simão, a 160 km de Rio Verde, ponte esta que era esperada para os fins do ano de 1886. Esse sonho só foi concretizado meio século depois e, assim mesmo, parcialmente, porque se fez a ponte, mas não se completou a obra com a construção da rodovia de ligação até às pontas dos trilhos da “Paulista”.

Em função desses fatos todos, quem lucrava com a segregação dessas imensas regiões criadoras do Sudoeste goiano, eram os dois centros urbanos intermediários do Triângulo Mineiro: Uberaba e, depois, Uberlândia”. Miguel Costa Filho e Aziz N. Ab’Sáber — Anais da Ass. dos Geógrafos Brasileiros, Vol. III, Tomo I, 1948.

18. “Marcha das Forças”, ed. 1928, pág. 109 a 111.

19. É tão vasto o assunto, que brevemente publicaremos uma pequena monografia sob o título: “O BOI — na geografia, na história, na economia, na literatura, no folclore e na linguagem do Sudoeste”.

20 e 21 — Oliveira Viana, ilustre sociólogo brasileiro, assinala com certo pesar que o mutirão é uma das nossas poucas manifestações coletivas de “capacidade de cooperar”. Estamos com ele para lamentar a constatação. Contudo, no Sudoeste encontramos pelo menos mais uma variante com o nome de “traição”, assim chamada em virtude de não haver convite nem aviso prévio: é uma surpresa que os companheiros pregam no vizinho.

22. Daí o nome “Caiaponia”, dada à região pelo escritor uberbense Camilo Chaves, em seu conhecido livro.

23. Um negro custava mais de um conto de réis (Cr\$ 1.000,00) quando uma fazenda valia trezentos mil réis (Cr\$ 300,00).

24. “Curso de Bandeirologia”, Dept.º Est. de Informações, S. P. 1946-pág. 28:

“A descoberta da contigüidade de um componente da bacia do Paraná e de outro da do Paraguai, veio estabelecer diretriz única, graças a uma descoberta dos célebres irmãos João e Lourenço Leme. Estabilizou-se o caminho do Cuiabá pelo Tietê, Paraná, Pardo, até o porto do Sanguessuga onde as canoas eram varadas por duas léguas acidentadas e transportadas em carros de boi à fazenda de Camapuan, onde eram novamente postas a nado no rio Camapuan, afluente do Coxim e confluente do Taquari”.

25. “Com a transformação que sofre, ao sabor das conveniências da política internacional, o conceito de soberania dos povos representa, para o Brasil, grande, senão iminente perigo, a recrudescência, possível de um momento para outro — não importa sob que novas formas ela se apresenta da doutrina do “espaço vital”.

Daí a necessidade que temos de ocupar, quanto antes, o território, nacional, incorporar, sem tardança, à civilização, uma área imensa, “esse vácuo que se formou entre a costa povoada e as linhas demarcadoras de outras soberanias”, o que é o Brasil Central.” Arquimedes Pereira Lima, relatório de sua administração ao Sr. Presidente da República.

26. A BR-31, que corta o Sudoeste de ponta a ponta, na direção SE-NO, em uma extensão de 402 km, tem as seguintes características: estrada de 1.^a classe; plataformas com aterros de 12/14m; rampa máxima de 6%, raio mínimo de 600m; extensão das obras de até 500m.

27. Se levarmos em conta o índice da população por km² nos países baixos, que é da ordem de 250, se não nos falha a memória, o Sudoeste está capacitado a receber uma população superior a 15 milhões de indivíduos.

Observação:

Publicado pela 1.^a vez em 1959, na **Tipografia Popular**, Goiânia, para justificar a entrada da E. de Ferro Araraquara, vinda de Fernandópolis, através do Canal de S. Simão. ^

O problema de uma ferrovia para o Sudoeste continua sem solução, embora prometida desde 1891.

OS VALES DOS GRANDES RIOS

Dalísia E. M. Doles

1. A base geográfica

1.1. Relevo.

O relevo da região corresponde ao do Maciço Central, que aí sofre declínio de suas superfícies elevadas oscilantes entre 500-700 metros nos níveis interfluviais, os mais elevados de 200-500 metros no médio baixo Tocantins e na área divisória Tocantins — Araguaia.

Na área divisória Tocantins — Araguaia predominam os quartzitos nas serras e cordilheiras.

Na região do Araguaia os terrenos são característicos do período Pré-Cambriano, predominando as altitudes inferiores a 200 metros.

Na direção do leste, dominam as escarpas da Serra Geral de Goiás, nas quais têm origem os formadores dos rios Palma e Paranã, afluentes do Tocantins. Seus terrenos são caracteristicamente do Siluriano e Cretáceo.

Nessa região está localizada uma das Grandes depressões ou Fossas Testânicas, a Depressão ou Peneplanície do Araguaia, que corresponde a extensa área Cenozóica que se alonga no sentido sul-oeste através da bacia hidrográfica do Araguaia. É uma superfície com altitudes que variam de 300 a 400 metros. Localizada, "Grosso modo" entre os paralelos de 7.º a 16.º de latitude Sul e 49.º a 52.º de Longitude Oeste, os limites exatos dessa depressão ainda são imprecisos. Iniciando-se nas bacias dos rios das Mortes e Araguaia (porção alta), alojam-se na direção norte através de afunilamento rumo à bacia amazônica.

Esta depressão é a resultante da conjugação de fatores como **erosão e acumulação**, num clima Tropical com chuvas tropicais torrenciais concentradas.

Dai a alternância do relevo em que aos platôs se sucedem os relevos elevados, que ao longe assumem a configuração de serras, quando, em realidade constituem espigões ou picos isolados e não cordilheiras.

À área Pleistocênica correspondem as formações das grandes linhas fluviais, dentre as quais, o destaque especial cabe à ilha do Bananal (Médio Araguaia).

Resultados dos depósitos compostos de areias e argilas são as planícies alagadas cobertas em diversos pontos por braços de rios, lagoas e meandros. Tais depósitos, que se dispõem sob a forma de lama ao longo dos barrancos, fertilizam as margens ribeirinhas, propícias à agricultura.

1.2. Clima

Em decorrência de diversos fatores, como a **posição no contexto regional, relevo e latitude**, sob o ponto de vista térmico, a região dos vales dos grandes rios caracteriza-se por temperaturas mais elevadas, situando-se a temperatura média entre 26.º a 28.º na primavera e nas máximas variam entre 32.º a 36.º. O mês mais quente na região, geralmente é setembro.

Mesmo no inverno a temperatura média não chega a ser inferior a 24.º. Pode-se classificar o clima da região como **quente**.

1.3. Sistema Pluviométrico

A **altura e o regime das chuvas** da região dos grandes rios decorrem dos sistemas de circulação atmosférica, sendo inexpressiva a influência da topografia na distribuição das chuvas.

As precipitações não se distribuem igualmente através do ano e seu regime é tropical, com máxima no verão e mínima no Inverno. A maior parte das chuvas acumuladas durante o ano (cerca de 70%) se precipita no período novembro a março, sendo, via de regra, o trimestre mais chuvoso janeiro-fevereiro-março, quando chove em média 45 a 55% do total anual.

O inverno é o período da seca, com chuvas muito escassas, durando cerca de 4 a 5 meses.

1.4. Vegetação

As formações vegetais da região sofrem variações que oscilam dos campos às formações Hileianas ou Para-Hileianas.

Encontram-se na região, formações vegetais que são prolongamentos das que ocorrem na Amazônia, na região do Araguaia, desde o norte da ilha do Bananal até as partes mais setentrionais do Estado.

Na região Tocantins há predomínio da floresta subcaducifólica, na qual a espécie vegetativa mais característica é o babaçu. Característica dessa região são também as florestas — Galerias, constituídas quase exclusivamente pelo babaçu.

Nos varjões do Araguaia, ocupando, via de regra, superfícies altas e planas, aparecem os Campos, que devido à pobreza de nutrientes apresentam-se inadequados à agricultura, constituindo por isso mesmo área pastoril.

Da mesma maneira que nos varjões do Araguaia, também no alto divisor São Francisco — Tocantins, estão localizados Campos Limpos.

Na paisagem da região também estão presentes Cerrados.

1.5. Hidrografia

A hidrografia da região reflete a influência do relêvo, natureza das rochas e dos solos, vegetação e clima.

A importância do relêvo prende-se quase que exclusivamente ao aspecto que diz respeito ao Curso dos rios, determinando o perfil das duas grandes hidrovias.

Assim sendo, o caráter mais ou menos acidentado dos dois rios é dado pelo relêvo que define os desníveis ao longo dos seus vales.

O Tocantins apresenta o seu alto e médio curso seccionado por um sem números de ressaltos, de reduzido vulto, constituindo-se em realidade corredeiras e travessões facilmente transponíveis. À medida que se aproxima da região norte, as cachoeiras e corredeiras se sucedem com mais frequência.

O rio Araguaia desenvolve a maior parte do seu curso através de extensa planície aluvial, mas devido a condições geológicas apresenta um perfil longitudinal.

O regime dos rios da região se apresenta da seguinte maneira: No Tocantins (trecho Imperatriz a Porto Nacional) o regime é tropical com o débito mensal máximo ocorrendo em março e o mínimo no fim do inverno. Esse retardamento decorre do fato de que, sendo o Tocantins um rio de grande extensão, no qual, a montante de Imperatriz os máximos de precipitação ocorrem em

março (Tocantinópolis) e dezembro (Porto Nacional e no seu afluente Paranã), a enchente máxima entre aquelas localidades não decorre exclusivamente do regime pluvial local, mas de interferências outras, como a própria acidentação do talvegue que ora apressa, ora retarda o deslocamento da onda.

A variação da descarga do rio Tocantins nas duas épocas extremas oscila entre 7.860 m³ (cheia) e 784 m³ (vazante), na confluência com o Araguaia.

Esses índices tão contrastantes são devidos a vários fatores: **evaporação**, que alcança valores 4 vezes superiores aos da precipitação efetiva, no período entre a descida e a subida das águas; **pequena largura da bacia do Tocantins**, o que provoca um rápido escoamento das águas durante as enchentes; **pequena permeabilidade** das rochas (granitos e gnaisse); a **vegetação** que recobre a região (Cerrado) favorece o escoamento superficial.

Em decorrência de tais fatores, o rio Tocantins não dispõe de armazenamento ponderável que permita atenuar os extremos da sua vazão.

Além disso, os afluentes e caudatários da margem D. do Tocantins são rios oriundos quase sempre do leste e do nordeste (sujeito a longas secas), cujos regimes se assemelham aos dos rios das regiões semi-áridas, com pequena contribuição líquida para aquele rio.

O rio Araguaia apresenta regime do tipo tropical com **máximo retardado** (máximo em abril e mínimo em setembro-outubro), sobretudo no seu curso superior.

A bacia Tocantina é uma das mais extensas do sistema hidrográfico brasileiro (812.694 km²).

O rio Tocantins nasce na junção dos rios Maranhão e Paranã (Goiás) e dessa confluência até Belém do Pará, desenvolve-se o rio por cerca de 2.400 km. de extensão.

O curso do Tocantins é orientado em direção leste-oeste até o rio das Almas (afluente da margem E.), e daí para a frente, rumo ao norte, conserva a direção norte-sul até próximo de Imperatriz, quando retorna à direção leste-oeste até as proximidades de Marabá.

CARACTERÍSTICAS DO CURSO DO TOCANTINS

Dada a diversidade das características do rio, ao longo de toda a sua extensão, pode ele ser dividido em trechos como:

- a) Alto Tocantins — das nascentes até a Cachoeira Lajeado (1.060 km);
- b) Médio Tocantins — da Cachoeira Lajeado à Cachoeira Itaboca (980 km.);
- c) Baixo Tocantins — da Cachoeira Itaboca à foz (360 km.).

Alto Tocantins — Caracteriza-se por longos estirões navegáveis. Nesse trecho, encontra-se uma seção trabalhosa, compreendida entre a cidade de Peixe a Cachoeira da Carreira Comprida. Os acidentes mais significativos são aí: corredeiras do Jacaré, do Croá, Capivara e Comandante. A cachoeira da Carreira Comprida é intransponível no período da seca. Da Carreira Comprida à cachoeira Lajeado estende-se um longo estirão (92 km). A cachoeira do Lajeado é considerada a maior do trecho goiano.

Médio Tocantins — estende-se da cachoeira do Lajeado a São João do Araguaia, na confluência com o Araguaia. O trecho francamente navegável corresponde à seção Miracema do Norte — Porto Franco. De Porto Franco a Itaguatins os obstáculos se sucedem por cerca de 70 km sendo aí encontradas as corredeiras de **Santo Antonio** (intransponível na seca) e Croá (de difícil travessia). De Itaguatins a São João do Araguaia a navegabilidade é relativamente fácil.

O Araguaia, principal afluente do Tocantins é considerado por muitos tão importante quanto a bacia no seu conjunto. Sua importância decorre não só de suas características hidrográficas como também de seu papel no processo de ocupação territorial.

Suas nascentes situam-se na Serra do Caiapó, na divisa de Goiás com Mato Grosso, a cerca de 850 metros de altitude. Sua extensão é de 2.115 km., desenvolvendo a maior parte do seu percurso paralelamente ao do Tocantins, no qual desemboca junto à localidade de São João do Araguaia, no extremo norte de Goiás.

É um rio de planície, mas o seu perfil é longitudinal compartimentado em degraus que corresponde à acidente.

Divisão do curso do rio Araguaia: podem ser considerados os seguintes trechos:

- 1.º Alto Araguaia — das nascentes até a cidade de Registro do Araguaia (450 km);
- 2.º Médio Araguaia — de Registro do Araguaia até Santa Isabel do Araguaia (1.505 km);
- 3.º Baixo Araguaia — de Santa Isabel do Araguaia até a confluência com o Tocantins (160 km).

Alto Araguaia — corresponde ao trecho em que o curso do rio se desenvolve através de terrenos elevados, representados pela serra do Caiapó, e corresponde à trecho relativamente acidentado.

Médio Araguaia — corresponde ao trecho mais longo do rio e pode ser dividido, segundo as características do seu leito, em tres seções.

1.^a — **Seção** — é a mais tranquila e a mais extensa. O curso do rio se desenvolve através de vasta planície. É o trecho de melhor navegabilidade.

2.^a — **Seção** — inicia-se na localidade de Santa Maria das Barreiras caracteriza-se pela sucessão de acidentes e pelo fato de a navegação só se realizar plenamente no período da enchente.

3.^a — **Seção** — estende-se de Conceição do Araguaia até Santa Isabel do Araguaia. Trecho acidentado e de difícil navegabilidade. Os acidentes de maior expressão: cachoeiras de Santa Isabel e de São Miguel com desníveis de 14 e 6 metros, respectivamente.

Baixo Araguaia — ao longo dos seus 160 km. até a confluência com o Tocantins o rio apresenta curso tranquilo, se bem que algumas corredeiras (Coco, São Vicente e São Bento) dificultem a navegação.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Estudo Geral. Bacia do Tocantins. Monografia n.º 5
- 2 — BRASIL. I.B.G.E. Geografia do Brasil — Grande Região Centro-Oeste, vol. II.

2. A BASE HISTÓRICA

Em Goiás, a estreita vinculação entre a hidrografia e a vida humana remonta ao período colonial.

Já ao final do séc. XVI, em decorrência da caça ao índio, mão-de-obra para a grande lavoura, dão-se algumas penetrações na região centro-oeste pela via Araguaia — Tocantins. Registra-se a bandeira dos paulistas Antônio Macedo e Domingos Luiz Grau (1590 - 1593), que teria alcançado as regiões setentrionais de Goiás. Outras: Domingos Rodrigues (1596 - 1600) que subira o Tocantins até a confluência com o Araguaia e o de Afonso Sardinha (1598 -), que chegou até ao Araguaia.

Mas, será a partir do séc. XVII, em decorrência do bandeirismo e da catequese jesuítica que se estabelecerá dupla linha de penetração. Uma oriunda do norte, pela fluvial do Tocantins penetra o território setentrional de Goiás e, outra, paulista, advinda principalmente do centro-sul.

Já no início do séc. XVII, Gonçalo Pires e Manoel Brandão, pela rota do Tocantins chegaram ao Araguaia, prosseguiram até ao São Lourenço, estabelecendo a comunicação do Amazonas com o Prata.

Ao longo dos anos 1600 o bandeirismo paulista foi responsável por toda uma série de expedições: Belchior Carneiro (1607-1609) atingiu o norte de Goiás; Martins Rodrigues (1608-1613), permaneceu longo período nos sertões do Araguaia; Antônio Raposo (1674) incursionou pelo Tocantins.

Em função da descoberta do ouro nas porções sulinas de Goiás, no início do século XVIII, ocorrem as penetrações rumo ao Tocantins, depositário das mais ricas minas de Goiás.

Desde o momento em que a mineração começa a desenvolver-se sobrevêm as lutas entre paulistas e portugueses e entre os governos do Pará e Maranhão e o contrabando, do que resulta o fechamento das rotas setentrionais (1730).

Em decorrência da interrupção da navegação fluvial pelo Tocantins, haverá o truncamento das relações Centro-Norte, o isolamento das minas e a decadência e morte de diversas povoações localizadas na zona daquele rio e de seus afluentes.

Durante 50 anos, oficialmente, os caminhos que demandam o exterior serão os mesmos dos primeiros tempos, orientados para o sul, através de São Paulo ou Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro e a rota fluvial pelo norte permanecerá interdita até 1782.

A segunda metade do sec. XVIII marca o declínio de Portugal, coincidente com o decréscimo da produtividade e do volume da produção das minas do Brasil.

A incapacidade importadora e a necessidade de intensificar o comércio externo com objetivo de combater a estagnação, determinam as tentativas de incremento da agricultura, e da navegação fluvial a partir da década de 80, mas seus resultados foram pouco compensadores ou de menor vulto que o desejado.

Da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro à independência (1808-1822) a política governamental delinea-se rumo à integração e valorização dos domínios portugueses. Objetiva-se então reerguer as capitanias do centro-oeste através da programação do aproveitamento técnico, das vias fluviais, da renovação das técnicas agropastoris e da pacificação e utilização do indígena como mão-de-obra.

Novo surto de expansão territorial se processa no norte, determinado por algumas novas descobertas auríferas, pelo progresso da pecuária e pela necessidade de conter o indígena, um dos principais entraves ao estabelecimento regular da navegação e comércios fluviais. Fracassaram as sucessivas tentativas de incremento das sociedades mercantis, seja pela carência de capitais, seja pelas dificuldades geográficas ou pela natureza dos produtos exportáveis (agropastoris), que não atraem os comerciantes paraenses mais interessados no ouro, já então inexistente.

O período monárquico nada representou sob o ponto de vista econômico para a província de Goiás. Dessa forma, a situação das comunicações fluviais quase nenhuma alteração sofreu até a década de 50, quando a sua infra-estrutura permanecia precária, o que determinou o insucesso das tentativas empreendidas nesse período.

Muito embora a navegação até a era do vapor tenha sido esporádica em função das tentativas empreendidas, alguns núcleos de povoamento surgem ou se expandem graças a ela (Pedro Afonso, Carolina, Boa Vista, S. João do Araguaia, Santa Maria do Araguaia).

Mas, até o final do séc. XIX a região dos vales dos grandes rios apresentar-se-á escassamente povoada.

Em função das vantagens econômicas apresentadas pelo comércio com o Pará (50 a 70%), surgiram os estudos oficiais de Moraes Antas e Ernesto Vallée nas décadas de 50 a 60.

Contudo, o insulamento sobrevivia e gerava a rotina e a

baixa produtividade da agricultura, a mediocridade do comércio, sem possibilidades de expansão devido à incapacidade exportadora.

Nessa conjuntura, concretiza-se graças ao Dr. José Vieira Couto de Magalhães o regular intercâmbio com o Pará, através do estabelecimento da navegação a vapor no rio Araguaia(1868) e, posteriormente, do Tocantins, até Belém.

Durante a Primeira República, se bem que o sul, sudeste e sudoeste dos Estados tenham se expandido, o norte continuou sendo uma das regiões mais despovoadas.

A navegação fluvial, que prosperara no século anterior, ainda será intensa nos primeiros anos da república, principalmente em função do abastecimento dos seringais da Amazônia.

No norte, durante a Primeira República, como em quase todo o Estado, na zona rural predominam características semi-feudais e ali, devido ao isolamento, reina certa instabilidade política e social motivada pelo banditismo de jagunços e pela luta dos coronéis.

Na década de 40, parte da zona do Araguaia prospera devido à exportação de cristal de rocha, graças às excepcionais possibilidades de exportação e no eixo Tocantins-Araguaia, o extrativismo e a pesca continuavam sendo um dos esteios econômicos à mesma época.

Até a chegada das modernas rodovias no norte goiano, o Araguaia e o Tocantins, especialmente este, representavam os grandes eixos de circulação ao longo dos quais se dispunham, os mais importantes centros urbanos daquela parte do Estado.

A região dos vales dos grandes rios tem sofrido notável expansão do povoamento, do comércio, da agricultura e da pecuária, principalmente pela instalação da rodovia Belém-Brasília que lhe propiciou melhores condições para o intercâmbio com as regiões sul e setentrional do país e pela política federal de incentivos fiscais, responsável pela implantação de projetos pastoris na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS AULAS RÉGIAS EM GOIÁS

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Têm sido aceito, por consenso geral, que as primeiras Aulas surgidas em Goiás, se deram sob o governo de Tristão da Cunha Menezes e que Bartolomeu Antonio Cordovil foi o nosso primeiro professor (1). Sobre esta afirmação, não temos notícia de que se tenha até agora sido colocada discussão que viesse deslocar esse marco para época mais remota.

Em relação ao assunto, nossa opinião é que, em 1788, se deu a inauguração do ensino público em Goiás com a abertura da Aula de Gramática Latina de Meiaponte, pois, para a Coroa, a instrução na terra dos Goiases fora tomada em consideração desde 1774 com a cobrança do subsídio literário, medida levada a efeito em observância das Leis datadas de 6, 10 e 25 de novembro de 1772 e das Instruções de 4 de setembro de 1773. O rendimento do subsídio foi, de início, sistematicamente, enviado para a Mesa de Exame e Censura dos Livros (2). Com efeito, para acudir às despesas militares da guerra do sul, as capitanias foram em auxílio do Rio de Janeiro. A de Goiás, em dois anos apenas (1774-1775), contribuiu com um total de 6:611\$772 (3).

O ato oficial comprobador de algum zelo da Coroa para com a educação dos Goiases viria dar-se pela Carta Régia de 16 de abril de 1787, passada a favor do poeta Bartolomeu Antônio Cordovil, cujos direitos a ordenado foram contados da data de seu embarque em Portugal, ocorrido a 6 de agosto daquele ano, atestado por Hygino José Teixeira, o capitão do navio em que viajara (4).

Em caráter de hipótese, admitimos que o ensino, notadamente o de nível primário, era presente em Goiás em época anterior à enunciada e nada nos faz ver o contrário. Acreditamos que a instrução seria já existente, quer em aulas particulares, quer no interior dos lares pelo ensino em família, embora a documentação consultada não registre dados referentes à assertiva, pelo contrário, desautoriza-nos a fazê-la. Em assumindo esta posição, longe de nós

está a veleidade de querer nublar o mérito e a importância dos que embalsamaram a educação goiana em seu berço.

Deixando de lado tais vagares, retomemos a questão para frisar que Meiaponte era a localidade mais populosa da capitania e, no dizer do Pe. José Joaquim Pereira da Veiga, como que o centro dela (5). Estaria neste particular a explicação para o fato de dotar-se a Meiaponte com escolas antes mesmo que a Vila Boa?

Certo é que os meiapontenses se regosijavam pela ocorrência e dela se orgulhavam. Bartolomeu Antônio Cordovil fez-se célebre, seu trabalho foi reconhecido e seu nome com respeito pronunciado dada a "boa educação que fez tomar a mocidade" (6).

As aulas régias, em seu tempo, foram tidas como meio de formação e instrução da mocidade e não raras foram as iniciativas para criá-las ou manter as existentes. Exemplo do que se fala foi a atitude tomada em relação ao fechamento da Aula de Gramática Latina de Meiaponte.

Bartolomeu Antônio Cordovil foi sucedido pelo Pe. José Joaquim Pereira da Veiga (7), provisionado que foi (1.º/9/1801) como substituto por Dom Manoel de Menezes. O reverendo padre manteria sua Aula aberta até que, por provisão de 12 de agosto de 1807, o Erário viesse a suspendê-la como medida de economia. Em documento a D. João, datada de 1810, José Joaquim Pereira da Veiga advogava a necessidade da reabertura da Aula, lembrando os benefícios advindos para os moradores do lugar. Para tanto, contentar-se-ia com o que rendesse o subsídio literário no arraial, o que variava de 150\$000 rs. a 200\$000 rs., muito embora tivesse já respondido pela regência da cadeira por espaço de oito anos (8), com o ordenado de quatrocentos mil réis anuais.

Três décadas passadas de seu fechamento, no governo de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, a Aula de Gramática Latina de Meiaponte seria reaberta sob a regência do mesmo José Joaquim Pereira da Veiga. A Resolução n.º 4 de 27 de julho de 1837 veio tornar em inteiro vigor a Carta Régia de 16 de abril de 1787, que criara aquela cadeira.

As razões avocadas para a abertura de novas aulas régias, quase sempre, giravam em torno dos objetivos próprios da cadeira além dos três fatores que, igualmente, justificavam sua criação: o econômico, o geográfico e o demográfico.

A laboriosidade dos agricultores e fazendeiros punha-se como fator de rendimento dos impostos cobrados sobre produtos agrícolas e pecuários — garantia da manutenção da Aula. O lugar,

seu clima a grande distância a que se encontrava a Aula mais próxima e o crescido número de habitantes seriam garantia da frequência de alunos. Exemplificando, vamos encontrar (1833) tais justificativas para a criação de uma cadeira de Gramática Latina em Santa Cruz, comarca formada pelas vilas de Bomfim, Catalão e Santa Luzia, que contava com mais de vinte mil almas. A predileção pelo Latim era justificada como sendo uma língua útil a todos os cidadãos e essencial àqueles que se destinavam ou ao estado eclesiástico ou aos cursos jurídicos do Império(9), de São Paulo e Recife.

Em afirmativa mais extensa, na verdade o ensino era tido como instrumento de formação e instrução da mocidade. E, nos arroubos do fervor patriótico de filiados da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, a instrução pública era enaltecida como uma das garantias da liberdade. Quanto mais longe da instrução, mais longe estaria a juventude da liberdade por desconhecer totalmente os seus direitos(10).

Em busca de seus objetivos, o Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional representaria (1832) ao governo propondo a criação, em Meiaponte, de uma Aula de Gramática Latina e de um curso de instrução elementar com três Aulas. Tendo-se em conta o estado pouco animador das rendas provinciais, aventou-se que a casa do Hospício dos Esmoleres da Terra Santa, avaliada em 480\$000 rs., poderia abrigar todas essas Aulas à exceção da de **primeiras letras de meninas** e, desta forma, seria o mesmo incorporado aos **próprios nacionais**. As despesas de instalação das Aulas seriam cobertas com o produto da venda em hasta pública dos bens móveis do Hospício.

Vê-se que se maiores não foram os frutos da instrução nesses primórdios foi porque as circunstâncias, a época, a mentalidade, a economia mais também não favoreciam. De população dispersa, acanhados arraiais e extensos sertões vazios, o território dos Goia-sese se perdia num longínquo e apagado ponto no mapa. O homem goiano, porém, tinha ideal e se mostrava sensível quanto aos problemas de ordem sócio-cultural.

Voltemos ao ponto de partida para dizer que as nossas primeiras escolas traçaram a sua história via da forma e meio com que se as mantinham — o subsídio literário. A educação em Goiás, nesse primeiro período, experimentou realce junto às autoridades da Corte graças à escassez da coleta.

O subsídio literário, cobrado sobre produtos agrícolas e pe-

cuários, destinava-se ao pagamento dos professores régios. Sua coleta, porém, não rendia o necessário e, conseqüentemente, não produzia os esperados resultados. Até o ano de 1797, os responsáveis pela sua arrecadação eram os curadores da Comarca e os juizes ordinários dos Julgados. Na expressão literal de Dom Francisco de Assis Mascarenhas o subsídio literário foi "imposto expressamente segundo as Instruções nas Rezes, que se cortão nos Açougues, e nas que se salgão para vender em secco, tanto no interior da Capitânia, como as que entrão pelas Contagens vindas do Certão (sic), bem como nas Agoardentes de Cana, que se fabricão nos Engenhos(...)

O rendimento desse imposto nunca foi satisfatório, apesar das "mais expressivas ordens"(11) expedidas aos juizes pela Coroa. Na acusação da Tesouraria Geral, além de insuficiente, apresentava erros nas contas e ali chegava em atraso. 314 rs. "a rez que se matasse para vender ao povo em fresco"; 96 rs. por arroba de carne seca e 10 rs. valia a canada de aguardente eram os preços estabelecidos pela Junta da Real Fazenda, mas que ora uns arraias cobravam por mais ora outros cobravam por menos. Acusava-se, ainda, de serem os escrivães incompetentes, enquanto se ordenava aos juizes que procurassem alguém hábil para escrever e fazer contas e capaz de tornar entendidos cadernos e certidões (12). Afora essas verificações, às vezes ocorriam incorreções na medida da canada, como o acusado pelo escrivão deputado, Raymundo Hyacinto, em ofício (1807) ao administrador da coleta de Pilar:

Como desgraçadamente Vm. e nem pessoa alguma nesse Arr.^{al} perceberão as dimençoens da medida da canada, q. se lhe remetteu p.^a se pôr em pratica o novo systema da arrecadação da Colecta remetto na prez.^{te} occas.^m a propria medida, esperando q̄. Vm. agora intenda q̄. he uma canada p.^a se regularem os Barriz conforme as Instruções(13).

Na opinião do Governador da Capitania, D. Francisco de Assis Mascarenhas (1805), a causa da minguada arrecadação, que nem ao menos chegava para o pagamento dos professores, estava na agricultura que se encontrava no "mais lastimoso Estado" (14).

O pequeno rendimento da coleta do subsídio literário deu azo para que o reino, não raras vezes, extravasasse seus cuidados. Pela ordem régia expedida a 10 de novembro de 1794, por exemplo: indagava-se da razão pela qual esse imposto apresentava rendimento menor do que nos primeiros anos de sua cobrança (15). Apesar das preocupações da Coroa Real e das ordens expedidas, a procura da elevação de arrecadação continuava à espera.

Todavia, o estado deficitário da receita não era exclusividade da coleta literária, o que ocorria, igualmente, com as rendas gerais, fato agravado pelas grandes despesas realizadas sem muito critério. E, para se equilibrar a despesa e receita, muitas soluções foram buscadas: a supressão de empregos públicos considerados supérfluos; a extinção da Casa de Fundição de Cavalcante que, transferida de São Felix, aí estava desde 1796; o corte nos vencimentos dos militares; a redução do número de praças e soldados; a substituição do lugar de Intendente que percebia 2:600\$000 rs. pelo de um Juiz de Foro em Vila Boa com somente 900\$000 rs. de ordenado (16).

No terreno da instrução, uma das medidas tomadas como solução concretizou-se na mencionada provisão do Real Erário de 12 de agosto de 1807, que reduzia o número de cadeiras e, de permeio, diminuía, também, os vencimentos dos oficiais da Casa de Fundição e os soldos dos dragões. A medida, denominada de "plano de reforma", deveu-se ao Conde de Palma e, no tocante à instrução, veio a constituir-se no que poderia denominar de primeira reforma da educação em Goiás. Por ela, a despesa com o ensino foi reduzido em torno de 67%, com, precisamente, 1:940\$000 rs. de economia, isto é, de 2:900\$000 rs. desceu-se a 960\$000 rs.

O quadro abaixo mostra a despesa realizada com o pagamento dos professores das cadeiras existentes antes e após a reforma de 1807.

Antes		Depois	
cadeira	ordenado	cadeira	ordenado
Capital:			
Filosofia Racional e Moral	460\$000	suprimida	—
Retórica	440\$000	"	—
Gramática Latina	400\$000	conservada	300\$000
1. ^{as} Letras	150\$000	"	100\$000
Meiaponte:			
Grámática Latina	400\$000	suprimida	—
1. ^{as} Letras	150\$000	conservada	100\$000
Santa Luzia:			
1. ^{as} Letras	150\$000	"	100\$000
Santa Cruz:			
1. ^{as} Letras	150\$000	suprimida	—
Desemboque:			
1. ^{as} Letras	150\$000	"	—
Antas:			
1. ^{as} Letras	150\$000	"	—
Pilar:			
1. ^{as} Letras	150\$000	conservada	100\$000
Traïras:			
1. ^{as} Letras	150\$000	"	100\$000
		Natividade	100\$000
		Meninas	60\$000
Total	2:900\$000		960\$000

Temporária foi a economia. Fatalmente a despesa com a instrução cresceria quando novas cadeiras fossem abertas. Em 1825, por exemplo, vamos encontrar Caetano Maria Lopes Gama oficiando ao Imperador para dizer que o rendimento do subsídio literário era tão reduzido que há mais de quatro anos não se paga-

vam os ordenados aos professores, muito embora fosse pequeno: número destes e os limitados vencimentos que percebiam. Duas seriam as causas: a progressiva diminuição dos alambiques, o que se devia à falta de escravos, e o aumento da exportação do gado em pé para o Rio de Janeiro e Bahia, notadamente, cidades que se tornaram centros de atração migratória com a mudança da Corte para o Brasil (17).

Para o Conselho Administrativo da Província, a solução estaria em unir o que rendesse a coleta às rendas gerais à semelhança do sistema seguido em Minas Gerais. Quando insuficiente o subsídio literário, os professores poderiam ter seus vencimentos pagos pelos rendimentos gerais da mesma forma que os empregados públicos (18).

O poder governamental, com regular frequência, lançou mão das arrematações como um meio de pagar aos mestres-régios seus vencimentos atrasados. Mediante ordem da Junta da Real Fazenda, o professor saía a arrematar bens de devedores da coleta. Um deles foi o Mestre de Latinidade de Meiaponte, Pe. José Joaquim Pereira da Veiga, autorizado (1816) a arrematar até à quantia de hum conto de réis por conta de ordenados atrasados (19). Outro foi o Reverendo Luiz Antônio da Silva e Souza (1816) que recebeu vênias para, com exceção de casas e bestas, arrematar bens até à quantia de duzentos réis por ordenados vencidos como professor de Gramática Latina (20).

A consequência da insuficiência do subsídio literário recaía, primeiramente, sobre o mestre-régio que se via privado de seus vencimentos e, depois, sobre a população que poderia ver fechada a Aula da localidade. Aliás, duas eram as causas frequentemente apontadas para supressão de escolas: a escassez da coleta literária e a ausência de discípulos. Se o pouco dinheiro era motivo de reclamações, igualmente o era a despovoação da capitania: causa do acanhado número de alunos (21).

Ao se fazer mercê da cadeira de Filosofia Racional e Moral de Vila Boa, antes ocupada pelo presbítero Domingos da Motta Teixeira, ao Bacharel Manoel Joaquim da Silveira Felix, condicionou-se seu pagamento à assiduidade e aplicação dos discípulos. E o destino da cadeira foi selado quatro anos depois (1806), cedendo lugar a uma Aula de Teologia Moral tida como mais necessária àqueles que se destinassem aos serviços da Igreja. Erma de alunos, aquela cadeira foi considerada "totalmente inútil" (Carta Régia de 23/7/1806). Futuramente passar-se-ia a fixar-se a frequência míni-

ma. Para as Aulas de Gramática Latina foi estabelecido um mínimo de doze alunos. Se menos frequentada, deveria ser transferida para outra localidade mais povoada, logicamente; isso quando a ocorrência não se devesse ao professor que, nesse caso, deveria ser demitido e a cadeira posta em concurso (Res. n.º 9 de 22/7/1844).

De natureza econômica era a medida, nela encontrando o governo um meio de evitar a "dissipação das Rendas Provinciais" (22). Ou a Aula contava com frequência habitual de doze alunos, ou então, não se passava atestado ao professor para que recebesse seu pagamento (1849).

Das várias ponderações que se pode tecer acerca de tal sistema, uma delas não nos furtamos de comentar: quão frágeis eram as garantias do professor e que fé se depositava na palavra da inspeção escolar.

Vale a pena recordar as circunstâncias em que funcionou a Aula de Retórica de Vila Boa sob a regência do Padre Mestre Luís Antônio da Silva e Souza. Enquanto ainda aspirante à cadeira, Silva e Souza, em discurso, enalteceria a importância do cultivo da palavra, um dom celeste, no seu dizer. Aos mais jovens exortava para que se submetessem a concurso, a exemplo seu: o primeiro que cruzando os mares e os sertões, viera difundir em Vila Boa "algumas pequenos conhecimentos que tinha de uma língua morta e de algumas línguas vivas" (23). Por interesse à instrução, acrescentava, aventurava-se a perder, naquele concurso, o conceito que merecera em "mais de 40 anos de laboriosos exercícios" (24).

Apesar das esperanças e do entusiasmo do velho Mestre, a Aula de Retórica teria um futuro menos brilhante. Com três discípulos contava em 1836 para chegar a ser denunciada, em 1839, que, apesar da "assiduidade do honrado professor", vazia de alunos estava e desnecessária era a despesa que com ela se dispndia (25). Em seu lugar, propunha-se abrir uma Aula de Teologia Moral para ensino da História Eclesiástica e Teologia Dogmática aos candidatos ao sacerdócio. Silva e Souza, ao falecer, não teria em sua Aula um só aluno. Sobre a ocorrência diria D. José de Assis Mascarenhas: "A aula de Retórica está também vaga por ter ontem falecido o seu digno Professor. Ela não contava aluno algum a cujo respeito refiro-me ao que vos disse no Relatório do ano passado" (26).

Quanto à duração, a presença da aula régia entre nós perdeu por décadas, existindo algumas delas mesmo após a proclamação da Independência. Importa lembrar que o sistema das aulas avulsas de instrução secundária, vigente entre nós ainda no século

atual, era um similar da aula régia ou aula de disciplina isolada, o marco inicial do nosso ensino.

Enquanto a **ação dos jesuítas** em outras regiões do Brasil configurou passo primeiro da educação, em Goiás, este privilégio foi dado ao alvará de 28 de junho de 1759, o documento da reforma pombalina que pretendeu substituir a organização escolar jesuítica pelas aulas de Gramática Latina, Grego e Retórica, sob a administração de um **diretor de estudos**.

Dentre os diplomas que disciplinaram o funcionamento da aula régia em Goiás, além do mencionado alvará, a Carta Régia de 19 de agosto de 1799, o Aviso de 9 de setembro do mesmo ano e as disposições que acompanhavam a criação de cadeira. Assim, vamos encontrar, em 1836, uma proposta legislativa datada de 21 de agosto que aditava modificações ao alvará de 1759 sem que se falasse na revogação deste.

De forte força legal foi a Carta Régia de 19 de agosto de 1799 complementada pela de 9 de setembro, que, por solicitação do Bispo d'Azôto,, Prelado de Goiás, foi extensiva a esta capitania. Dirigida a Dom João Manoel de Menezes, encarregava o Bispo e o Governador da Capitania do provimento das cadeiras. Em suas disposições ordenava a adoção de medidas capazes de elevar o rendimento do subsídio literário e determinava a fixação das cadeiras a serem conservadas, enquanto recomendava a criação de uma cadeira de Aritmética, Geometria e Trigonometria. O objetivo desta Aula deveria voltar-se para a formação de "bons contadores e bons medidores" e que os geómetras e os geógrafos que nela se instruissem pudessem fazer descrições dos territórios e dos rios e que fossem capazes de levantar planos.

Ao governador caberia nomear os professores para as cadeiras vagas; suprimir as que julgasse conveniente; determinar a forma e processamento do concurso; inspecionar as escolas; censurar; vigiar a conduta e **exatidão** do serviço e procedimento do mestre. Fora de sua competência ficaria o ato de retirar ao professor-régio a sua Aula, atribuição que se reservava à Coroa para o que, no entanto, teria aquele direito à defesa.

Dentre as atribuições do Governador colocava-se, ainda, a obrigação de incentivar o estudo do Latim e do Grego, necessário à formação do "gosto da mocidade instruída". O mestre-régio, como direito, tinha o do pagamento ao seu trabalho e o do jubramento remunerado. Ao aluno ofertar-se-iam medalhas, quando, durante o

ano, fizesse "alguma composição de mérito" ou obra que merecesse passar à posteridade.

Dom João Manoel de Menezes, com a autoridade que lhe advinha da Carta Régia de 9 de setembro de 1799, passaria provisão aos Reverendos José Joaquim Pereira da Veiga e Luiz Antônio da Silva e Souza para lecionarem Gramática Latina, respectivamente, em Meiaponte e Vila Boa. Provisonados seriam, também, o Pe. Lourenço do Vale e Antônio João Teixeira (1800) para professores de 1.^{as} Letras do Arraial de Natividade e de Traíras, respectivamente. Outros aos quais fazia mercê da regência de cadeiras de 1.^{as} Letras seriam: Joaquim Clemente do Amaral (1800), Meiaponte; João Soares Baptista (1800), Pilar; José Cardoso de Mendonça (1800), Santa Luzia; Cipriano Lopes da Silva (1801), Santa Cruz; Francisco dos Santos Souza (1803), Vila Boa.

Outros mestres-régios de aula primária e secundária teriam a sua carta de provisão passada por Dom João Manoel de Menezes e muitos deles foram provisionados por uma segunda vez, desde guardarem as provisões por característica o fixar-se sua vigência em mais de um ano.

À semelhança dos professores-régios de aula secundária, alguns mestres de 1.^{as} Letras foram antes provisionados diretamente pela Coroa, como o foi o da Freguesia de Antas, Gonçalo Soares Batista, que, "por impedimentos pessoais" (27), nunca teria chegado a exercer seu magistério até que, vindo a falecer, foi substituído (1801) por Francisco Texeira Albuquerque.

As provisões eram passadas a pedido do interessado que ou estava a iniciar-se no emprego de professor ou a finalizar o tempo marcado na provisão anterior. Para o provimento tinha-se em considerações a idoneidade, o bom comportamento e a aptidão do mestre, assim como a utilidade pública de seu ensino. Pagos pelos cofres do subsídio literário, os mestres-régios provisionados em Goiás começavam a fazer jus a pagamento na data em que abrissem sua aula e quando saídos de Lisboa, da data de seu embarque.

Futuramente, quando pagos pela Fazenda Pública Provincial, deveriam atestar a abertura da aula por documento passado pelo Juiz de Paz. Nessa fase, caracterizava-se a Aula pela exigência de concurso e direito a título vitalício passado pelo Imperador, o que se fazia tendo em conta a instrução e moralidade do professor(28). Passou-se a marcar o período escolar que seria de um ano, intercalado com um ou dois meses de férias, havendo, sistematicamente, aulas todos os dias da semana, exceto às quintas-feiras,

quando não houvesse algum dia santo que nela caísse. O mês destinado às férias foi durante certa época o de setembro. O calendário dos dias de festividade nacional, pela Carta de Lei de 9/9/1826 e Decreto de 25/10/1831, estabelecia: 9 de janeiro, 25 de março, 3 de maio, 7 de setembro e 2 de dezembro. O Presidente José Rodrigues Jardim estabeleceu (1834) para as aulas de 1.^{as} Letras, inclusive para as de meninas, como dias de férias os de entrudo até a quarta-feira de cinza (29), além dos feriados nacionais. A medida foi tomada a propósito da inexistência de um calendário escolar, o que dava lugar a "grandes e repetidas férias", fator de "atrazamento dos alunos" (sic).

Variável, o horário de aula podia-se transcorrer por seis horas diárias, sendo três de manhã e outras tantas à tarde, como se determinou para a Aula de Gramática Latina de Natividade (1829) ou, então, poderia durar apenas três horas, num só turno, segundo o proposto para a Aula de Lógica, da Capital (1829). Peculiaridade interessante era a de se abrir uma cadeira e exigir-se que o professor lecionasse outras mais. Por exemplo, ao se propor a criação da referida cadeira de Lógica propõe-se, também, que seu professor lecionaria Geometria e Geografia. Quando se estabeleceu a abertura da Aula de Gramática Francesa, de Meiaponte, assentou-se que o professor responderia, ainda, pelo ensino da Língua Nacional (Res. de 19/2/1833).

Mestre de Latinidade, Luiz Antônio da Silva e Souza, afora a Gramática Latina, em cuja cadeira era provisionado, ensinava, gratuita e espontaneamente, para seus alunos, Francês e Italiano(30). Futuramente, quando professor de Retórica, estaria obrigado a ensinar também Francês, sem aumento de ordenado, logicamente (31).

Em aditamento ao alvará de 28 de junho de 1759, propunha-se, em 1836, que a diretoria das Aulas fosse exercida pelo Presidente da Província, quando na Capital e por delegados designados por ele, quando no interior (32).

As regulamentações impostas a essas Aulas prenunciavam o regime de nossa organização escolar que perduraria ao longo do Império, sem muitas variações: vigilância sobre o adiantamento e conduta do aluno, livro de matrícula constando o nome do estudante, filiação, idade, naturalidade, devidamente rubricado pelo Diretor. Na aula régia não faltava a disciplina pelo castigo: advertência, repreensão e, depois, seis a doze palmatoadas, se transgredida a ordem ou silêncio. Três advertências seguidas sem surtir efeito

deveriam ser suplementadas por seis a doze palmatoadas — prêmio atribuído ao aluno relapso nos estudos (33).

De antanho, vinha a prática de se controlar a vida escolar do estudante mediante o registro em bem elaborados **mapas escolares**. O quadro da página seguinte é ilustrativo e reproduz, *ipsis litteris*, um mapa trimestral da Aula de Gramática Latina de Meiaponte. O documento vem assinado pelo então professor, Pe. Manoel Pereira de Souza, que, pela ordem, era o terceiro ocupante da cadeira que fora regida, sucessivamente, por Bartolomeu Antônio Cordovil e pelo Reverendo José Joaquim Pereira da Veiga. O estudo sobre os mapas escolares mostra-se valioso em virtude da soma de dados que o perquisador neles pode colher: programa de estudos, total de dias letivos, média da frequência à escola, sistema de avaliação do rendimento escolar, linguagem didática, dentre outros. Assim, vamos verificar que, na Aula que fora de Bartolomeu Antônio Cordovil, a primeira de Goiás, em 1842, se estudava: Cícero, Eneida de Virgílio, Tito Livio, Salustio, Bucólicas de Virgílio, Ovídio, Nepote, Eutropio, Sulpício Severo e, ainda, sintaxe e linguagem. A classe era heterogênea, composta por alunos situados em diversos níveis de rendimento, cada qual ocupando um estado de adiantamento ou, como se dizia, "estado de instrução". O estudo comparativo de **mapas escolares** permite conhecer-se o programa seguido numa e noutra Aula e sua evolução no tempo. Comparando-se, por exemplo, o mapa da Aula do Pe. Manoel Pereira de Souza (1842) com o da Aula do Professor Braz Luiz de Pinna Junior (1846), também de Meiaponte (34), vê-se que este seguia sistema idêntico ao daquele, inclusive no programa ministrado. Não nos parece difícil deduzir que o plano de estudos deveria ser tirado ao lecionado pelo primeiro de nossos mestres.

O mestre-régio, por dever, fornecia à autoridade superior, através de seus **mapas**, o conceito emitido relativamente à capacidade do aluno: **ágil e aplicado, ágil e não aplicado, nem ágil, nem aplicado, tem habilidade, tem habilidade mais ágil, tem habilidade menos ágil, tem alguma habilidade, tem pouca habilidade, tem pouca percepção, não tem habilidade alguma, etc.** (35).

Nº da matrícula	Nº. efe.	Nomes dos Alunos	Nomes dos Paes ou Educadores	Moradas dos Paes ou Educadores	Dias da Presença	Dias de Falhas	Estado da Instrução	Observações	
2	1	Francisco Xer. da S°.	Cap. Vic. X. da S°.	S. Rosa	44	1	Cicero e Eneida	Tem habilid.	Por moléstia
3	2	Francisco Ign. da Luz	Alf. José Ignacio	Meiaponte	31	14	Tito Livio e Eneida	Idem	Por occupaçoens
4	3	Braz Luiz de Pinna	Ajud. Braz Luiz de Pina	dito	44	1	Georgicas e Eneida de Virgilio	Idem mais agil	Idem p. moléstia
5	4	José Joaq. do Nascim.	Com.º Oliveira	"	28	17	Idem	Idem menos agil	Por occupado
6	5	Felix Soares de Araujo	F. Soares de Araujo	"	37	8	Crispo Salustrio	Tem alg.º habilid.	Idem
7	6	Fulgencio dos Santos Mendes	Rosa Lucia dos Santos	"	37	8	Cicero e Bucolicas de Virgilio	Idem	Por necessid.
8	7	Marcelino Teixeira Ch.º	João Teixeira Chaves	"	44	1	Quinto Catullo e Ovidio	Tem habilid.	Por moléstia
9	8	Manoel Arnanes	Cap. Francisco José	"	44	"	Idem Idem	Idem	
10	9	André Aug.º de Padua	Comm.º Padua	"	43	2	Nepote e Ovidio	Idem	Por moléstia
	10	Antonio Luiz de Pina	Ajud. Braz Luiz de Pina	"	43	2	Sexto Aurelio	Idem	Por occupado
	11	Antonio Aug.º de Padua	Com.º Padua	"	43	2	Idem	Tem pouca habilid.	Por moléstia
	12	Antonio Norberto	Manoel de Faria	"	8	37	Idem	Idem	Occupado pelo Pae
	13	Manoel Nor.º de Mello	Anna Fran.º	"	9	36	Eutropio	Idem	Occupa se inutilm.
	14	Manoel Theodoro	Cap. Franc.º Gomes	Corumbá	12	33	Sulpicio Severo	Tem alg.º habilid.	Por auzencia
	15	Antonio Padua da Luz	Ant.º Severiano	Meiaponte	44	1	Idem	Idem	Por occupado
	16	Hilario Alz. de Amorim	Cap. Luiz Alc. d'Amorim	"	20	25	Syntaxe	Idem	Por auz.º
	17	João Aug.º de Padua	Comm.º Padua	"	20	25	dº	Tem pouca percepção	
	18	Felix Alz. de Amorim	M. Felix Alz. d'Amorim	"	45	"	dº	Idem	Por moléstia
	19	João Fleury	dito	"	45	"	dº	Idem	
	20	João Gomes	Marcellino Gomes	"	30	15	dº	Idem	Por necessid.
	21	Antonio Mendes	Francisco Mendes	Meiaponte	41	14	dº	Não tem habilid.	Por moléstia
	22	Adão Ribeiro	Paulo Ribeiro Mendes	dito	10	35	Linguagem	Idem	Por auzencia
	23	Francisco Gomes	Comm.º Oliveira	"	37	8	dº		Por occupado
	24	José Maria	José maria Caldas	"		45			

Braz Luiz de Pinna Junior, discípulo do Pe. Manoel Pereira de Souza, que se classificara, no 3.^o trimestre de 1842, como assíduo e tendo sido conceituado como **hábil e ágil** seria seu sucessor na cadeira. O fato pode explicar o prolongamento em anos do programa escolar: o mestre formava quem o substituisse na cadeira.

A aula régia típica compunha-se, em sua totalidade, de alunos que, na maioria, eram originários da localidade sede da cadeira e não se registrava a presença do elemento feminino nessas aulas. Outra particularidade é a de que o regente de aula régia secundária, em Goiás, tinha sempre outra ocupação ou emprego além do de professor. De regra, exercia função de preeminência político-social como o Cônego Luiz Bartolomeu Marques, regente da cadeira de filosofia, da Capital (1833), que era político, membro do Conselho do Governo e advogado (36). Domingos da Motta Teixeira e Manoel Joaquim da Silva Felix, presbíteros, que lecionaram Filosofia Racional e Moral em Vila Boa, foram secretários do governo. O Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza, a par de seu emprego de Mestre de Latinidade, exercia, desde 1793, a função de Capelão da Irmandade do Glorioso Senhor Santo Antônio das Tropas Militares. Foi, também, político, membro do Conselho do Governo, chegando a Deputado da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, além de ter sido Provisor, Vigário Geral e Governador da Prelazia. Não era incomum que o mestre-régio regesse cadeiras diferentes em datas diversas. Luiz Bartolomeu Marques lecionou Teologia Moral (1825) antes de ser professor de Filosofia e Luiz Antônio da Silva e Souza, depois de responder, por mais de vinte e um anos, pela cadeira de Gramática Latina, fez **oposição** e foi aprovado para lente da de Retórica (1832), na Capital (37).

O historiador da educação que buscar o testemunho ocular dos homens de letras da época, com decepção, verificará que, a bem dizer, eles passaram ao largo do assunto. Entrevê-se, da constatação, que a educação era excluída das prioridades do governo e que o povo com ela não estava familiarizado, muito embora suas vantagens fossem, de quando em quando, apregoadas por alguns espíritos esclarecidos.

Constata-se que Luiz Antônio da Silva e Souza, chamado o "pai da historiografia goiana," em sua obra **O descobrimento da capitania de Goyaz**, de 1812, não fala sobre a instrução, nem mesmo quando descreve os feitos de Tristão da Cunha Menezes. Explica-se: Silva e Souza, durante o governo de Tristão da Cunha

Menezes, foi, pela primeira vez, provisionado (1788) para Mestre de Latindade de Vila Boa. Em a **Memória Estatística da Província de Goyaz**, datada de 1832, Silva e Souza é menos comedido e enumera as Aulas existentes na Capital: uma de Gramática Latina, outra de ensino mútuo, algumas de ensino individual e outras de particulares que, gratuitamente, davam lições de Geometria, Aritmética, Língua Francesa e Música. Desta enumeração, o historiador não vai além.

Saint-Hilaire, que viajou por Goiás pelo ano de 1819, invoca aquele testemunho de Silva e Souza, e daí, alude ao estado de precariedade sofrido pela instrução nas localidades do interior. Nada mais diz.

Em verdade, o nosso estudioso dos fatos históricos da educação tem por principal fonte os documentos oficiais, os quais não registram versão diversa de testemunhos como o de Silva e Souza e Saint-Hilaire. E de outra forma não o seria, pois, como já se disse no decorrer deste texto, a instrução pública entre nós sofreu, logo no seu nascedouro, forte golpe com o "plano de reforma" de 1807.

Veja-se que no governo de Miguel Lino de Moraes o número de cadeiras se resumia em sete, entre secundárias e primárias, conforme demonstra o quadro abaixo.

Cadeiras de instrução pública Goiás – 1828

Cadeira	Localidade	Professor	Ornedado
Teologia Moral	Capital	Luiz Bartolomeu Marques	500\$000
Gramática Latina	Capital	José Antônio da Silva e Souza	300\$000
Ensino Mútuo	Capital	Antônio José de Castro	240\$000
Ensino individual	Meiaponte	Antônio José de A. Campos	150\$000
Ensino individual	Santa Luzia	Thomaz da Costa Matheiras	150\$000
Ensino individual	Pilar	Francisco Soares Baptista	150\$000
Ensino individual	Trahiras	José Joaquim Martins	150\$000
Total			1:640\$000

Fonte: **Relação dos empregados civis da Província de Goiás com seus respectivos vencimentos, leis e ordenados que estabeleceram os mesmos vencimentos (38)**. Contadoria de Goiás, 1.º de março de 1828.

A quantia de 1:640\$000 rs., destinada aos vencimentos dos professores, perfazia cerca de 20% da folha de pagamento dos funcionários públicos, que subia a 8:156\$800 rs. Miguel Lino de Moraes guardava plena lucidez do quadro oferecido pela instrução, tanto assim que, em carta ao Diretor da Aula de Ensino Mútuo da Corte, desahafava (39):

A Instrução Pública tem estado na sua infância; huma Cadeira de Moral, outra de Latim, Escola de Ensino Mútuo, são as Aulas desta Cidade, e mais quatro Cadeiras de Primeiras Letras em diferentes julgados. A Escola de Ensino Mútuo tem prosperado, apesar das muitas falhas dos seus alumnos por effeito de pobreza pelo grande número de Discípulos, que tem concorrido(...). A Província he mui falta de Livros, mui poucas pessoas os tem, não os ha de venda, nem os primeiros rudimentos. Em muitas Escolas deixão os Discípulos de escrever por falta de papel, e outros misteres(...).

O quadro era desanimador. Todavia, após a instituição do ensino mútuo, que simbolizava o interesse do poder central para com o progresso da instrução, há um crescer de preocupação para com o assunto, seguido de medidas positivas do Conselho do Governo da Província. Dos 8:156\$800 réis gastos com o ensino em 1828, passar-se-ia a 25:800\$000 réis em 1832, quantia fixada na Lei de 15/11/1831 e que, tomando-se por base o total de quatro anos atrás, triplicava os recursos votados para a instrução pública.

A remuneração do professor mostrava-se mais elevada, assim como se aumentara o número de cadeiras. A tabela que se apresentava a seguir permite-nos comparar uma e outra situação. Senão vejamos:

Cadeiras de instrução pública
Goiás – 1832

Cadeira	Localidade	Ordenado
Filosofia Racional e Moral	Capital	600\$000
Retórica	"	600\$000
Geometria	"	600\$000
Francês	"	600\$000
Gramática Latina	"	400\$000
Gramática Latina	"	400\$000
Ensino mútuo	"	428\$000
Aula feminina	"	240\$000
Gramática Latina	Natividade	400\$000
Ensino mútuo	"	240\$000
Aula feminina	"	240\$000
Ensino mútuo	Pilar	240\$000
Ensino mútuo	Trahiras	240\$000
Ensino mútuo	Arraias	240\$000
Ensino individual	Meiaponte	240\$000
Ensino individual	Santa Luzia	240\$000
Ensino individual	Curralinho	150\$000
Ensino individual	São José do Tocantins	150\$000
Ensino individual	Flores	150\$000
Ensino individual	Palmas	150\$000
Ensino individual	Caro	150\$000
Ensino individual	Porto Imperial	150\$000
Ensino individual	Carolina	150\$000
Total		6:598\$000

Fonte: Ata do Conselho do Governo da Província de Goiás, 11 de setembro de 1832. In *A Matutina Meiapontense* (Meiaponte), n. 429, p. 1-17, abr. 1833.

Um total de 800\$000 rs. estava destinado à instalação de cadeiras de ensino mútuo em Pilar, Trahiras, Arraias e Natividade. Ainda, 180\$000 rs. eram dados para o **expediente** (material didático) das aulas desse ensino na Capital e Natividade e mais 240\$000 rs. para as de Pilar, Trahiras e Arraias.

Para aluguel de casas para escolas, fixou-se uma soma de 197\$600 rs. e outra de 500\$000 rs. para pagamento de ordenados atrasados. Foram reservados 16:016\$352 rs. para a manutenção das aulas que fossem criadas e para o aumento dos vencimentos dos professores.

O orçamento vinha, desta feita, pôr de parte 200\$000 rs. para a impressão dos livros didáticos: Doutrina Cristã, Gramática da Língua Nacional, Constituição do Império e outros **opúsculos** que se fizessem precisos. A novidade era motivada e facilitada pela existência de uma tipografia em Meiaponte que já imprimia um jornal: **A Matutina Meiapontense**.

A importância que assumem para um povo o nível e a educação de seus dirigentes é enorme. Pode-se dizer ser mesmo fatal e decisiva de seu futuro. Goiás, na década de trinta do século passado, teve a dirigí-lo um grupo de homens tão esclarecidos quão inteligentes. E que, sobretudo, eram filhos nativos ou, se não, aqui fincaram raízes. Do Conselho do Governo da Província eram membros, dentre outros: Luiz Antônio da Silva e Souza, sacerdote, poeta, historiador e professor; Joaquim Vicente de Azevedo, sacerdote e professor, futuro Diretor do Liceu e Inspetor Geral da Instrução Pública, cognominado de Cônego Inspetor Geral da Instrução Pública; Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, sacerdote, professor, redator de **A Matutina Meiapontense** e depois, Vice-Presidente da Província; José Rodrigues Jardim, goiano de Vila Boa, militar, vereador, Presidente da Província (1831-37) e, mais tarde, senador.

Esse anseio de melhoria da educação e de estendê-la ao povo é uma das características do período que se iniciaria com o Ato Adicional de 1834.

NOTAS

- 1 – AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. "poetas de Goiás – Bartolomeu Antônio Cordovil". In *A Imprensa (Goiás)*, 2(78): 3, 22 set. 1905.
- 2 – PALACIN. Luiz. *Goiás 1722/1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1972, p. 155.
- 3 – CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*. São Paulo, Nacional, 1940, p. 206-7.
- 4 – CASTELÃO, José Alexandre. *Carta escrita ao contador do subsídio literário José de Almeida Eloy em resposta da Ordem de 25 de junho de 1790. Não só sobre a reposição dos professores, mas também da falta de balanços*. Livro 373 – *Correspondência, 1787-91*, fls. 159 v-161. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 5 – VEIGA, José Joaquim Pereira de. *Requerimento do Pe. José Joaquim Pereira da Veiga a S.A.R. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1810*. Doc. do Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica. Manuscrito.
- 6 – *A MATUTINA MEIAPONTENSE (Meiaponte)*, n. 333, p. 4, 16 maio 1832.
- 7 – MENEZES, João Manoel. *Provisão passada ao Revdo. Padre José Joaquim Pereira da Veiga para servir o emprego de substituto da cadeira de Gramática Latina do arraial de Meiaponte por 3 anos, aos 5 de maio de 1800*. In *Livro de Provisões, 1798-1804*, fls. 73 v. Goiânia, SDSAEGO.*
- 8 – VEIGA, José Joaquim Pereira, . Doc. cit.
- 9 – CONSELHO Geral da Província de Goiás. *Proposta datada de 12 de dezembro de 1833*. *A Matutina Meiapontense (Meiaponte)*, n.ºs, 516, p. 2, 15 abr. 1834.
- 10 – Res. de 25/2/1833, regulamentando o exercício do magistério. *Exposição de motivos*, por Felipe Antonio Cardoso. Doc. II – 36, 12, 17 – n.º 5. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- 11 – CASTELÃO, José Alexandre. *Aviso feito ao D.ºr Ouvidor Geral Salvador Pereira da Costa sobre a arrecadação da Coleta*. Livro 373 – *Correspondência, 1789-91*, fls. 98. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 12 – Idem, *ibidem*.

* A sigla SDSAEGO corresponde a: Serviço de Documentação da Secretaria de Administração do Estado de Goiás. Atualmente esse acervo encontra-se sob a guarda da Superintendência para Assuntos Culturais (SUPAC) da SEC-Go.

- 13 HYACINTHO, Raymundo Nonnato. **Offcio ao Administrador de Pilar e em que participa a remessa da medida da canada para o novo sistema da coleta.** Vila Boa 17 de fevereiro de 1807. In Livro 395 – **Correspondência – 1806 a 1809**, fls. 23. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 14 – MASCARENHAS, Francisco de Assis. **Plano dado pelo Exmo. Governador capitão General ao Real Erário, o qual faz menção a provisão do mesmo de 12 de agosto de 1807.** Vila Boa, 15 de dezembro de 1805. Livro n. 333 – **Ordens Régias**, fls. 78-88. Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 15 – **Ordem Régia de 10 de novembro de 1794.** Doc. de fls. 11, Livro 382 – **Ordens Régias, 1792-1800.** V vol. Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 16 MASCARENHAS, Francisco de Assis. **Offcio ao Exmo. Ministro Assistente do Despacho, Presidente do Real Erário.** Vila Boa, 24 de outubro de 1808. In Livro n.º 02 – **Correspondência da Presidência com Autoridades de Fora da Província – 1808-1809**, fls. 15-15v, Goiânia, SDSAE-GO. Manuscrito.
- 17 – GAMA, Caetano Maria Lopes. **Oficio a S. Magestade dando-se parte do diminuto rendimento do subsídio literário, aplicado para pagamento dos professores.** Vila Boa. Cidade de Goiás, 2/12/1825. Livro 399 – **Correspondência, 1819-29**, fls. 109v-111. Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 18 – Idem, *ibidem*.
- 19 – HYACINTHO, Raymundo Nonnato. **Ordem para arrematação de bens da coleta concedida ao Pe. José Joaquim Pereira da Veiga da quantia de 1.000\$ rs.** Livro 394 – **Correspondência – 1795 a 1798; 1812 a 1815**, fls. 127v. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 20 – Idem, fls. 104 v.
- 21 – MASCARENHAS, Francisco de Assis. *Op. cit.*
- 22 – MACHADO, Eduardo Olímpio. **Offcio de 6 de outubro de 1849 ao Diretor do Liceu.** In Livro de **Correspondência da Presidência da Província aos Funcionários da Instrução Pública**; doc. 4, fls. 1v. Goiânia, SDSAEGO.
- 23 – “DISCURSO recitado por hum oppositor à cadeira de Rethorica na cidade de Goyaz antes do acto publico do seo exame”. **A Matutina Meiapontense** (Meiaponte), n. 386. p. 2; 17 nov. 1832.
- 24 – Idem, *ibidem*.
- 25 – MASCARENHAS, José de Assis. **Relatório que à Assembléia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1839 o Exmo. Presidente da Província, 1.º de outubro de 1839.** Goiás, Tipografia Provincial, 1839, p. 12.
- 26 – **Relatório que à Assembléia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da Mesma Provincia, José Rodrigues Jardim.** Goiás, 1.º de julho de 1836. Cidade de Goiás, Tipografia Provincial, 1844, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Seção Biblioteca.
- 27 – MENEZES, João Manoel. **Provisão passada a Francisco Teixeira Albu-**

querque do emprego das Primeiras Letras da Freguesia de Antas. Livro de Provisões, 1798–1804, fls. 112v. SDSAEGO.

- 28 – AZEVEDO, Joaquim Vicente. Proposta de 14 de dezembro de 1829. In Livro de Propostas e Projetos do Conselho Geral; 1829; p. 8v. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.
- 29 – JARDIM, José Rodrigues. Ofício circular dirigido aos professores de aulas de 1.^{as} Letras. In Livro 6.^o, Registro Geral – 1833-35; fls. 92. Goiânia, SDSAEGO.
- 30 – SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. Instrumento em pública forma com o teor de huma justificação de serviços de Reverendo Luiz Antônio da Silva e Souza. Cx. 144-M-2, Pc-3, de 41 a 61. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica. Manuscrito.
- 31 – FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo. Discurso que o Presidante da Província de Goiás fez na abertura da primeira sessão ordinária da segunda Legislativa da Assembléia Provincial no dia 1.^o de julho de 1837. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Cidade de Goiás, Tipografia Provincial 1837, p. 12.
- 32 – PROJETO n.^o 38 de agosto de 1836. Livro de Propostas e Projetos do Conselho do Governo. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.
- 33 – Idem, ibidem.
- 34 – PINNA JUNIOR, Braz Luiz. Mappa do último trimestre da Aula de Gramática Latina em a Villa de Meiaponte, da qual he Professor Braz Luiz de Pinna Junior, 1846. Arquivo da Banda de Música de Pirenópolis, Goiás. O documento encontra-se no anverso de uma partitura musical. Manuscrito.
- 35 – Idem, ibidem
- 36 – HYACINTHO, Raymundo Nonnato. Fiança dos novos direitos de advogado desta Vila, o R.^{do} Luiz Bartholomeu Marques. Vila Boa, 9 de julho de 1814. Livro n.^o 400 – Fianças e contratos, 1777–1862, fls. 134. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- 37 – JARDIM, José Rodrigues. Ofício dirigido a Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, em 29 de dezembro de 1832. Doc. IJJ⁹ 497. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica. Manuscrito.
- 38 – O documento vem assinado por José Joaquim Pulquério dos Santos, escrivão deputado interino da Junta da Fazenda Nacional. Manuscrito do Arquivo Nacional.
- 39 – MORAES, Miguel Lino. 1829 – Ao Diretor da Aula de Ensino Mutuo da Corte de 27 de janeiro – Livro n.^o 04 – Correspondência da Presidência da Provincia de Goiás para as autoridades de Fora. 1820–36, fls. 33-33v. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.

FONTES

- A MATUTINA MEIAPONTENSE (Meiaponte), n. 333, p. 4, 16 maio 1832.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo, Melhoramentos/USP, 1971.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. "Poetas de Goiás – Bartolomeu Antônio Cordovil". In **A Imprensa** (Goiás), 2(78): 3, 22 set. 1905.
- AZEVEDO, Joaquim Vicente. "Proposta de 14 de dezembro de 1829". In **Livro de Propostas e Projetos do Conselho Geral, 1829**, fls. 8v. Goiânia, SDSAEGO.
- CARNAXIDE, Visconde de. **O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)**. São Paulo, Nacional, 1940.
- CASTELÃO, José Alexandre. "Carta escrita ao contador do subsídio literário José de Almeida Eloy em resposta da Ordem de 25 de junho de 1790. Não só sobre a reposição dos professores, mas também da falta de balanços". In Livro 373 – **Correspondências, 1787-1791**, fls. 159v-161. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras.
- CASTELÃO, José Alexandre. "Aviso feito ao D.^{OR} Ouvidor Geral Salvador Pereira da Costa sobre a arrecadação da Coleta". Livro 373 – **Correspondência, 1789-1791**. fls.98. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras.
- COSTA, Waldir Luiz. "Ciclos evolutivos da economia goiana". In **Finanças e orçamento** (Goiânia), 4(39):1-16, ago/71. Revista do Tribunal de Contas de Goiás.
- CONSELHO Geral da Província de Goiás. "Proposta datada de 12 de dezembro de 1833". **A Matutina Meiapontense** (Meiaponte), n. 516, p. 2, 15 abr. 1834.
- "Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. "Sessão ordinária de 1.^o de julho de 1832. **A Matutina Meiapontense** (Meiaponte), 1932.
- GAMA, Caetano Maria Lopes. "Ofício a S. Magestade Imperial dando-se parte do diminuto rendimento do subsídio literário, aplicado para pagamento dos professores. Cidade de Goiás, 2 dez. 1825". In Livro 399 – **Correspondência, 1819-29**, fls. 109v-111. Goiás, Museu das Bandeiras.
- GALVÃO, Miguel Arcanjo. **Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte no Governo do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889**. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Manuscrito.
- HYACINTHO, Raymundo Nonnato. "Ofício ao Administrador de Pilar em que participa a remessa medida da canada para o novo sistema da coleta. Vila Boa, 17 de fevereiro de 1807". In Livro 395 – **Correspondência** –

- 1806 a 1809, fls. 23. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- . "Ordem para arrematação de bens da coleta concedida ao Pe. José Joaquim Pereira da Veiga da quantia de 1.000\$ rs.". In Livro 394 — **Correspondência — 1795 a 1798; 1812 a 1815**, fls. 127v. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- . "Fiança dos novos direitos de advogados desta Vila, o R.^{do} Luiz Bartholomeu Marques. Vila Boa, 9 de julho de 1814". Livro n.º 400 — **Fianças e Contratos, 1777-1862**, fls. 134. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras.
- JARDIM, José Rodrigues. "Ofício dirigido a Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, em 29 de dezembro de 1832". Doc. IJJ9-497. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica.
- . "Ofício circular dirigido aos professores de aulas de 1.^{as} Letras, 1834". In Livro 6.^o, **Registro Geral, 1833-35**; fls. 92. Goiânia, SDSAEGO.
- JAYME, Jarbas. **Cinco vultos meiapontenses (ensaios biográficos)**. São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro, 1943. Biblioteca Genealógica Brasileira.
- LOBO, José Ferreira de Souza. **Goianos Ilustres**. Goiânia, Oriente, 1974.
- MACHADO, Eduardo Olímpio. "Ofício de 6 de outubro de 1849 ao Diretor do Liceu". In Livro de **Correspondência da Presidência da Província aos Funcionários da Instrução Pública**; doc. 4, fls. 1v. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.
- MASCARENHAS, Francisco de Assis. "Ofício ao Exmo. Ministro Assistente do Despacho, Presidente do Real Erário. Vila Boa, 24 out. 1808". In Livro n.º 02 — **Correspondência da Presidência com autoridades de fora da Província — 1808-1809**, fls. 15-15v. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.
- MASCARENHAS, Francisco de Assis. "Plano dado pelo Exmo. Governador Capitão General ao Real Erário, o qual faz menção a Provisão do mesmo de 12 de agosto de 1807. Vila Boa, 15 de dezembro de 1805". Livro n.º 383 — **Ordens Régias**, fls. 78-88. Cidade de Goiás, Museu das Bandeiras. Manuscrito.
- "Subsídio literário". In Livro de **Correspondência oficial de Dom Francisco de Assis Mascarenhas com a Corte, 1804-1807**. Cód. 9.4.2. e 9.4.3. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Manuscrito.
- MENEZES, João Manoel. "Provisão passada a Francisco Teixeira Albuquerque do emprego das 1.^{as} Letras da Freguesia de Antas. Vila Boa, Livro de **Provisões, 1798-1804**, fls. 122v. Goiânia SDSAEGO.
- "Provisões passadas ao Reverendo Padre José Joaquim Pereira da Veiga para servir o emprego de substituto da cadeira de Gramática Latina do Arraial de Meiaponte por 3 anos aos 5 de maio de 1800". In Livro de **Provisões, 1798-1804**, fls. 73v. Goiânia SDSAEGO. Manuscrito.
- MORAES, Miguel Lino. "1829 — Ao Diretor da Aula de Ensino Mútuo da Corte, 27 de janeiro (1829)". Livro n.º 04 — **Correspondência da Presidência da Província de Goiás para as autoridades de Fora, 1820-36**, fls. 33-33v. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.
- PALACIN, Luiz. **Goiás, 1722/1822. Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1972.

- PINNA JUNIOR, Braz Luiz. "Mappa do último trimestre da Aula de Gramática Latina em a Villa de Meiaponte, da qual he professor Braz Luiz de Pinna Junior, 1846". Pirenópolis, Arquivo da Banda de Música de Pirenópolis. O documento encontra-se no anverso de uma partitura musical. Manuscrito.
- PROJETO n.º 38 de 21 de agosto de 1836. Livro de **Propostas e Projetos do Conselho do Governo**, fls. 142v-143. Goiânia, SDSAEGO. Manuscrito.
- SANTOS, José Joaquim Pulquério dos. "Relação dos empregados civis da Província de Goiás: com seus respectivos vencimentos, leis e ordenados que estabeleceram os mesmos vencimentos. Contadoria de Goiás, 1.º de março de 1828". Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica. Manuscrito.
- SAINT-HILLAIRE, Augusto de. **Viagens às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz**, t. 1. São Paulo, Nacional, 1937. Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa. Série Brasileira, v. 68.
- SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia, Oriente, 1975.
- SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. "Instrumento em publica forma com o theor de huma justificação de serviços do Reverendo Luiz Antônio da Silva e Souza". Cx. 144-M-2, Pc-3, de 41 a 61. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica. Manuscrito.
- "Memórias estatística da Província de Goyaz". In **Rev. Goiana de História** (Goiânia), 1(1):1-57, ago/71. Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.
- O descobrimento da capitania de Goyaz (governo, população e coisas mais notáveis)**, 30 de setembro de 1812. Goiânia, UFGO, 1967.
- SOUZA, Manoel Pereira de, Pe. **Mappa do 3.º Trimestre de Aula de Gramática Latina na Villa de Meiaponte de que he Regente vitalicio o Padre Manoel Pereira de Souza**. Villa de Meiaponte, 14 de outubro de 1842. Doc. do Arquivo da Banda de Música de Pirenópolis, Goiás. Manuscrito.
- VEIGA, José Joaquim Pereira da. "Requerimento do Pe. José Joaquim Pereira da Veiga a S.A.R. Rio de Janeiro, 27 set. 1810". Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica. Manuscrito.



João Teixeira Álvares Júnior

UMA VIDA E UM EXEMPLO

José Normanha Oliveira

“Não está fora de propósito o que certa vez escreveu um prosador e moralista inglês para os homens do seu tempo: “Até na vida mais humilde de homens de espírito justo e honrado, que se contentaram com cumprir fielmente o seu dever neste mundo, há uma influência salutar para formar o caráter daqueles que vem depois”. Entretanto, lembrar hoje um vulto do passado, de anti-

gas tradições ou de costumes anteriores, não é apenas uma temeridade, mas considerar-se ultrapassado no tempo, (ou pior), situar-se entre os decadentes. . . Isto porque vivemos, é certo, uma época de confrontos injustificáveis, de alternativas, de contrastes, enfim de tese e antítese. . . Contudo, por mim, não sei como possa, no presente sistema social em que vivemos, estabelecer um conceito real de passado decadente.

A filosofia da história nos ensina que a decadência é um momento de exaustão na vida de um povo, de eclipse moral e espiritual de uma civilização, apagando-lhe as virtudes e grandezas vividas. Decadência é o aviltamento de costumes, o envilecimento da honra, o abastardamento da moral, suscitando uma moral contrafeita, em cujo nome se permitem hoje todas as concessões e impudicícias. E desde que o culto da falsa estética justifique o triunfo da concupiscência, pode-se deixar cair, aos olhos da sociedade, o manto de Frinéia.

O passado, por si só, não é uma forma de decadência é um momento de

O passado, por si só, não é uma forma de decadência. É uma escala apenas, no tempo, que sucede a uma escala maior, propiciando ao futuro a florescência de novos valores morais e espirituais positivos.

Quando Renan, cansado já de tanta celebridade e glória literária, sentiu um dia necessidade de escrever as suas "Recordações de Infância e Juventude", foi sentar-se entre as velhas colunas da Acrópole Grega e, em meio daquelas ruínas apagadas pelo tempo, confessou-se aos seus contemporâneos: "Os verdadeiros homens são aqueles que tomam como ponto de partida um profundo respeito pelo passado. Quanto a mim, continua Renan, nunca me sinto mais firme em minha fé liberal do que quando penso nos milagres da fé antiga, nem mais ardente no trabalho de construção do futuro do que depois de ficar horas inteiras a ouvir soarem os sinos da cidade de IS".

Por isso é que — nestes dias em que o culto às conquistas materiais da técnica vem elevando o homem à categoria de semi-deus, em que o narcisismo e a auto-idolatria de certa juventude irreverente e desarvorada vem criando inusitada escala de valores humanos — necessário se torna olharmos para trás e compreendermos que o passado não é apenas túmulo de sonhos desfeitos, de pensamentos vividos, de erros acumulados, de miséria ou grandeza extintas, mas, e principalmente, repositório de experiências sentidas e sofridas, por aqueles que, sejam quais forem os seus defeitos, falhas ou imperfeições, bastante fizeram, algo construíram, porque também sonharam, ousaram e amaram. . . E, por que não dizer? também viveram, e, se viveram, cultivaram certamente a dor. . . E é

através deles, de seus erros ou inspirações, que o futuro vai buscar a capacidade renovadora que permite a volta de um novo ciclo ascensional do homem, dando-lhe maior vitalidade para as ulteriores conquistas nos ramos da atividade humana. . . E o vigor dessas conquistas, como afirmação de um momento dado do progresso, exige para valorizar-se, uma profissão de fé. . . Sim, de fé no primado do espírito, com superior significado da vida humana; da beleza, como fonte inspiradora da arte; da ciência, como forma de conquista do talento; da moral, como forma de princípios dominantes da vida.

Aí está, então, o enorme paradoxo de nosso tempo. Conquanto a curva do engenho humano se eleva de zero ao infinito, em realizações materiais nunca sonhadas, a linha horizontal e divisória de nossos costumes vai em descensão para o negativo, tanto mais quanto nesta época de comportamento desacreditado, que o eufemismo de alguns e as conveniências de muitos convencionaram chamar de "modernismo". Sobretudo quando alguns "ismos" deixam de ser um instante na vida de certos movimentos literários, para se transformarem em furor revolucionário, numa hostil abstração de tudo o que constitui tradição ou venha do passado.

E esse paradoxo se acentua à medida que nos rebelamos contra a verdade estética da moral, considerando-a apenas como problema de razão ou de conceito individual, e não como modalidade de beleza e sentimento. Mas, para mim, como não sei ver a vida, a ciência, as artes, as tradições, enfim o mundo estético senão como atributos imanentes do espírito; como não creio no celebrado "poder jovem", nem em meus filhos tampouco, sem a permanência de um poder maior, que é a força de nossa espiritualidade; como entendo que a mais justa das exaltações à mocidade é conferir-lhe o porta-estandarte de todas as nossas esperanças e sonhos irrealizados, como só assim entendo e porque só assim entendo, é que estou aqui, para falar-lhes de um homem que aqui viveu, nesta cadeira sentou-se, como primeiro presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás, e cuja presença mística ainda nos evoca uma ancianidade austera. Foi um homem do passado, mas foi um homem. Se não foi dos raros, foi incomum, na maneira de pensar, viver, agir e sentir a vida. . .

João Teixeira Álvares Júnior foi um exemplo de vida que se situa entre os que deveriam ser melhor conhecidos. A existência foi justa e pródiga para com esse varão ilustre. Deu-lhe uma descendência numerosa a que ele assistiu, sobrevivendo ao tempo de três gerações, que se somaram à uma vida configurada por um traço de união entre a pobreza e a dignidade.

Quem quer que tenha tido, como eu, a honra de merecer a sua amizade e a feliz oportunidade de conhecê-lo num convívio

cotidiano por muitos anos, poderia aferir suficientemente as suas qualidades, em que predominavam sempre as melhores e mais raras.

Aproximamo-nos quando passei a integrar o quadro de médicos do Ex. I.A.P.C. Mas, só o tempo, na exata medida, mostrou-me as qualidades humanas e o cabedal de virtudes daquele varão probo, que a modéstia e o recato esconderam ciosamente de uma época que, não lhe pertencendo, a ela já não se ajustavam os seus conceitos de honra e dever. Dirigiu, por muitos anos, como Superintendente, o Serviço Médico daquele antigo Instituto, onde deixou, não obstante o rigor de suas franquezas, uma tradição de coerência, nobreza, honestidade e sobretudo de amizade. Escrupuloso quase ao excesso, no cumprimento do dever, jamais aceitou os privilégios do cargo para acomodar-se a ele. Exigia de todos as obrigações devidas e a pontualidade quase absoluta do horário. Mas, antes de fazê-lo exigia de sim mesmo o cumprimento desses deveres. Não estando, como chefe do Serviço, submisso à disciplina funcional e, conseqüentemente, às justificativas aos retardatários, era, contudo, o primeiro a chegar ao Gabinete de Trabalho e o último a sair dele. Sua formação moral deu-lhe apurada consciência de justiça e um respeito quase místico ao direito de outrem. As vezes essa forma "judicial de equidade" torturava-o intimamente, sempre que, diante de um parecer a ser dado, o senso de justiça se opunha à necessidade intrínseca de ser bom.

No pequeno e modesto gabinete da Superintendência, onde vinham ter as reclamações justas e injustas, procedentes e improcedentes, ali, não sei de decisões suas que não tenham sido sob o apoio das normas legais. Não recuava de seus pareceres, mesmo quando necessário se fazia contra os interesses do Instituto, (ao qual serviu lealmente), desde que não preterisse um direito assegurado de terceiros.

Nós, seus colegas, respeitavam-no menos pela condição de Chefe do que pela atitude austera que imprimia na sua autoridade quase patriarcal. Autoridade que se tornava maior e aceitável pela maneira sincera com que participava conosco das responsabilidades funcionais, e da defesa de nosso conceito profissional. Sentia-se com direito de fazer-nos as advertências cabíveis e que julgava justas, mas não aceitava intromissão estranha, ou críticas de quem quer que fôsse com o intuito malicioso de desmerecer o serviço, ou envolver o nome do colega hierarquicamente subalterno. Não era afeito às decisões a priori, aos despachos apressados. Tinha sempre à mão, sôbre a mesa, "O Estatuto dos Funcionários", "A Lei Orgânica do Instituto", as últimas determinações da Direção Geral. Só dialogava com o interessado, baseado nos textos

legais ou oficiais. Era, realmente, intransigente nas questões em que implicava julgamento. . .

A despeito dos seus setenta anos de idade, era agradável vê-lo no exercício de sua chefia. Vestia-se com a sobriedade e rigor de asseio. Vigoroso no andar, sempre e rigorosamente barbeado, gravata bem ajustada, pendente no pequeno bolso da calça o inseparável relógio de ouro em corrente bem trabalhada, sapatos limpos e lustrosos, tudo isso lhe emprestava um toque de elegância viril, à qual ninguém daria os anos que já lhe começavam a pesar os ombros. . .

Tínhamos por hábito, quase rotina, antes de cada expediente, sentarmos todos em derredor de sua mesa, numa reunião informal e familiar, em que os assuntos se diversificavam, desde os problemas técnico-profissionais às anedotas jocosas, não faltando, também, as críticas de corpo presente. Entretanto, jamais faltaram o equilíbrio e o respeito mútuo, principalmente à sua pessoa. Possuía palavra fácil e agradável. Deleitava-se e a todos nós nas evocações dos grandes vultos da Medicina de sua época acadêmica, lembrando antigos e queridos mestres de sua Faculdade, focalizando as peculiaridades de cada um, relatando curiosidades e fatos que marcaram os seus recuados dias de estudante.

Para mim, foi sempre um encanto espiritual as nossas tertúlias sobre a história política do Brasil. Era um prazer ouvi-lo nas longas dissertações sobre coisas do passado, sobretudo quando se referia aos antigos políticos, notadamente aos que tiveram atuação mais destacada no parlamento da primeira República e nos dias tumultuosos que marcaram a consolidação do regime republicano: Carlos Peixoto, Rui, Pinheiro Machado, João Mangabeira, Cesar Zama e muitos outros constituíam o nosso tema predileto, em prolongadas análises, fruto de nossas leituras biográficas.

Há dois episódios na história parlamentar brasileira a que Dr. João Teixeira me referia constantemente com especial interesse. Eu ouvia atentamente, embora já os conhecesse através de leituras biográficas: o primeiro, foi o célebre discurso proferido por Rui na memorável sessão do Senado, a 13 de outubro de 1896, em resposta a Cesar Zama, a que se deu o nome de "Esfola da Calúnia"; o segundo, (e este é o que fazia com especial entusiasmo), foi o êntrevero, o choque verbal entre Rui e Ramiro Barcelos, no Senado Brasileiro, em que o talentoso gaúcho não se deixou abater pelo poder verbal de Rui.

João Teixeira foi um ledor assíduo e apreciador de boas leituras. Sempre que desejava, recorria à minha pequena e modesta biblioteca, indagando-me o que lia e o que tinha para se ler. . . Parece-me não ter tido preferência toda especial por este ou aquele escritor. Entretanto, creio, deveria ter certa predileção pelo estilo

de Alexandre Herculano, cujos livros me eram os mais solicitados por êle.

Posto que vivessemos ele e eu em mundos e idades diferentes, creio que a identidade espiritual e a curiosidade pelas letras e pela vida de homens ilustres de nossa história política foram a base sobre a qual nasceu e alicerçou uma respeitosa amizade, que sempre cultivei no tempo. A função de Superintendente, menos técnica que administrativa, exigia-lhe deveres burocráticos. Por isso, os seus longos relatórios e correspondência, escrevia-os ele mesmo, com esmero e paciência. São cartas, ofícios, exposições de motivos, pareceres que lá estão arquivados, atestando valor e caráter pela firmeza e intransigência de conceitos, pelo primor de redação, pelo brilho da linguagem correta e limpa, onde, vez por outra, nos surpreendem frases e locuções latinas, demonstrando uma formação humanística e um misto de médico e bacharel em direito que foi.

Ao afastar-se da Superintendência, por força da compulsória, tive oportunidade de dizer-lhe, naquela época, em nome de meus colegas: "Vós sois, entre poucos, um daqueles que criaram para si mesmos uma concepção singular da vida; dos que souberam compreender que as dinstituições sociais e o poder material são transitórios e não conferem, por si próprios, honra e dignidade sem o mérito da virtude e do auto-respeito".

Em certa época da história política de Goiás, João Teixeira Álvares Júnior foi tudo neste Estado, sem ser, entretanto, político militante. De Interventor Substituto a Secretário Geral, onde se houve com o senso de dignidade como os que mais o foram. Por isso, os cargos nada lhe acrescentaram, nem tampouco lhe distorceram a personalidade. Homem intrinsecamente honesto, exerceu-os sem comprometer a sua contextura moral, principalmente quando o poder e as conveniências da época, a alguns tudo permitiam. A política, disse certa vez, foi apenas um episódio em sua vida. Médico é que foi e médico é o que desejaria ser realmente, por vocação e formação ética...

Floriano Peixoto — o conolidador de nossa República — apesar das restrições que se lhe fazem quanto às suas atitudes anti-liberais, foi um homem de comprovada honestidade pessoal, e sempre respeitado entre os seus amigos e inimigos. Pois bem, quando ouvia palavras elogiosas à honestidade de um cidadão qualquer, indagava ele desconfiado: "ocupou ele algum cargo público em que pudesse furtar?".

João Teixeira Álvares Júnior nos seus momentos de vida pública, não se conjurou com o poder contra o Patrimônio Público, nem deu consenso para tal aos arrivistas ou àqueles que, ao invés de servirem-no, servem-se dele. . . Enfim foi um homem

sereno diante da vida. E os conviveram com ele devem ter percebido que essa serenidade traduzia a mais admirável faceta de seu mundo interior — A Fé —. Foi, sem dúvida, um homem de fé integral. Quando, certa vez, falávamos da beleza do estilo literário em que foi escrita a Encíclica “Rerum Novarum”, aproveitei a oportunidade para sugerir-lhe, mesmo por curiosidade, a leitura da “Ética” de Spinoza. Quando lhe expliquei que a minha admiração a esse notável pensador holandês, positivamente uma das mais estruturadas cabeças pensantes do Sec. XVII, significava nenhum compromisso doutrinal de minha parte, mas apenas à maneira engenhosa e genial por que o filósofo judeu armou as proposições, para dar ao universo e à vida uma concepção panteísta de Deus, respondeu-me ele, categoricamente: “Nunca li e não leio, porque não aceito coisa alguma que desminta a minha fé”.

Efetivamente, esse vigor de convicção, das “coisas que se espera e não se vê”, (a que São Paulo chamou de Fé explícita na sua Epístola aos hebreus) foi o baluarte mais forte de seu “Eu” espiritual contra o assédio da descrença e do nihilismo de nosso tempo. Conservou-se, até o fim, nessa firmeza de convicção. Não foi, contudo, um fanático. Cumpriu, até quando lhe permitiram as reservas físicas, os preceitos de sua Religião. Não se deixou perder nos embates das idéias agnósticas ou utilitárias dos apressados reformadores da Fé. Nem tampouco, participou dessa corrente liberal modernista, que por aí vem, rompendo os limites da ortodoxia, ao peso de fórmulas ultra-reformistas, nem sempre expurgadas de negações cétricas... Guardou, para si, a revelação subjetiva de Deus, dentro do espírito católico, de uma Fé pura, sem controvérsias, vivendo intensamente aquele humanismo cristão da “reabilitação em Deus” de que nos fala Jacques Maritain. Fé consciente, que tem dado lustre e espiritualidade a profundos pensadores do laicato católico brasileiro.

Os anos de sua aposentadoria ele os passou afastado de todos e de quase tudo, vivendo tão somente para o recesso do lar. Nessa reclusão espontânea, sempre o acompanhei, de longe ou de perto, com as minhas visitas habituais, quando o tempo e as horas me permitiam. Eu as fazia, procurando amenizar, com as evocações, aquela atitude de retraimento e solidão em que viveu os seus últimos anos. . .

Já amnésico, ligeiramente abúlico, não mais representava o que fora. Mesmo assim, nos seus momentos de maior lucidez, os amigos mais afeiçoados estavam presentes na memória: Raul Rassi, Eduardo Jacobson, Virgílio Gondim, Geraldo Brasil e alguns outros. Para ele o I.N.P.S. nunca existiu.

Nas suas indagações, referia-se sempre ao I.A.P.C., como repositório de amizades. Ali, fora a sua última tenda de trabalho, o

seu último acampamento de luta. Consequentemente, devera ser também, dali as derradeiras chamas a se apagarem no seu mundo de recordações e lembranças...

Pouco mais de um ano que antecedeu a sua morte, já eram evidentes as manifestações de decadência física e intelectual. Na última visita que lhe fiz, me pareceu trôpego, claudicante nas palavras, desinteressado das coisas vulgares e mesmo essenciais da vida. Acentuadamente desmemoriado, deixava antever que, a pouco e pouco, ia penetrando aquela zona crepuscular, a que alguém já se referiu, em que "para o velho, tudo é silêncio e incompreensões, a não ser o seu dramático diálogo com a eternidade" . . .

Os velhos legionários, romanos, veteranos de glórias e de conquistas, ao retornarem dos campos de luta, despiam-se das armaduras às portas de Roma, sobre os seus muros sacudiam o pó das sandálias rôtas, para depois se recolherem ao seio da Pátria comum, satisfeitos consigo mesmos, orgulhosos com trazerem nas faces a expressão do soldado cansado mas não vencido.

João Teixeira Àlavares Júnior foi um velho legionário da vida. . . Apagou-se ao amanhecer de um certo dia. Silenciosamente, como a chama azulada do santelmo, que se deixa extinguir por uma luz maior.

Evidentemente, nem todos poderão morrer numa manhã de luz ou numa esplêndida aurora, banhado de sons e de sonhos, a entoar cânticos à vida, como Jean-Christophe. Mas, todo aquele que, de certo modo, lutou, criou e sofreu, poderá sentir-se como o personagem de Romain Rolland, levando nos ombros o pesado fardo da vida, em busca da margem oposta. E, ao atingi-la, possa dizer, também, como ele, à mão amiga que o espera:

"Eis-nos, enfim, chegados! Vida, como és pesada. . . e tu, mão amiga quem és? !

E ela lhe responderá: — Eu sou o dia que vai nascer" . . .

Pois bem, já que a vida é um eterno renascimento, porque haverá uma aurora a chegar, feliz será todo aquele que, como João Teixeira Àlavares Júnior, puder morrer renascendo, e deixar escrito à margem da estrada percorrida o velho preceito de Confúcio, para o outro viajor que passar em busca de uma nova aurora: "Conservei as sublimes qualidades que não fazem ruído e alarde" . . .

SAUDAÇÃO A JAIME CÂMARA

Waldir Luiz Costa

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás aprovou consentir em que fosse eu seu intérprete da sessão magna de posse do confrade JAIME CÂMARA, à qual se associam representantes de todas as classes sociais desta amável cidade e sua culta população, para resgatar, como se possível fosse, a gratidão de que é credor o recipiendário desta noite inesquecível para a nossa inteligência e para nossa sensibilidade.

Num livro lançado, há poucos dias, sob o título "Esse Velho Vento da Aventura", Paulo Pinheiro Chagas colocou, como palavras de pório, um diálogo de imaginação platônica posto na boca de um jovem carioca — "alto, atlético, ombros largos, vulto olímpico" os cabelos lisos escorridos, de um loiro desmaiado, caindo sobre as espáduas — e na do autor, cético, que não perdeu com os anos nem o manejo da pena, nem o gosto do florete e continha, com muita tenacidade, pensando, como AMIEL, que a juventude é apenas um "estado de alma".

O velho, então, abrindo o "speech", diz ao moço que, sem entender, se admirava de vê-lo a escrever suas memórias: "Você pertence a esta geração privilegiada que vai conhecer o ano dois mil, quando o Brasil será uma grande potência, ao lado dos Estados Unidos, da Rússia, do Japão e da China".

A conversa de ambos — velho e moço — vai longe, em tom dialogal, no confronto de uma gíria malandra e descontraída, com a prosa cartesiana, para demonstrar o autor a seu interlocutor, com a lógica dos fatos, "como pode um menino órfão e pobre galgar certas posições, sem ser cortesão nem laçao, sem ser genro, nem filho de homem rico ou poderoso. E tudo se passando num mundo dominado e espoliado pela extraordinária figura do medalhão, esse produto nefasto da sociedade de consumo, oco, jejuno, de uma federal falta de decoro, e que não passa, no mais das vezes, de um capitalista assustado ou de um político servil, num caso ou no outro, freneticamente aplaudido por basbaques, tatibitates e safardanas" . . .

Meu caro JAIME CÂMARA, lembro esse diálogo, fruto de imaginação sem dúvida, mas que me pareceu ajustado à liturgia da saudação, nesta hora de reflexão, que nos cabe fazer, do casamento da verdade com a razão, que é o que se celebra permanentemente no Instituto Histórico, onde quer que ele esteja.

A discussão entre o jovem e o velho se dá todos os dias conosco, senão todas as horas, em casa, na escola, na rua, na imprensa, que praticamos, ironizando sem ferir, acusando sem humilhar, confessando sem mentir, e na missão que nos cabe de pesquisar a verdade dos fatos, muitas vezes caindo naquele castigo a que se referia Hobbes, para quem o inferno é apenas a "verdade encontrada tarde demais".

Penso que nos incumbe tudo fazer para jogar luzes sobre esse conflito de gerações, o maior mal de nosso tempo, dando nosso depoimento sobre episódios históricos, mostrando que o futuro se constrói com as experiências do passado e que o "mundo tornou-se demasiado perigoso para qualquer coisa que não seja a verdade e demasiado pequeno para qualquer outra que não seja a fraternidade", segundo a advertência do Pastor Powell Davies da Unitarian Church.

Essa crise da juventude é a projeção daquela filosofia do êxito nascida na alma dos moços, logo após a ocupação da França, na guerra passada, consubstanciada nesta locução — "Au jour le jour" — Vivamos o dia de hoje, porque os moços franceses, diante do excídio da civilização, perderam a crença no futuro e foram dominados por uma anervia moral, por um processo de conformismo e indolência, mas uma irresistível volúpia de gozar a vida num só instante, na versão moderna do hedonismo.

O mal endêmico aportou no Brasil, com a mesma virulência das pestes importadas e anemizou o espírito dos moços, esse baixel misterioso do ideal e dos sonhos, para extinguir nele a fé nos princípios superiores da vida humana.

Naquele tempo, o mapa da França que, na infância, os jovens tinham conhecido como esplendente espelho de maravilhas, confrangia-os agora como a Verônica da Civilização tantas eram, nele, as máculas de sangue.

A guerra passou, mas a noite pávida não saiu das almas dos jovens e, em vez de labaredas da Lutvaf destruindo catedrais e palácios, em vez do estrondo das bombas, a guerra se faz à arte, à ciência, à vida honrada, ao amor na sua mais alta e mais nobre expressão humana, que é a solidariedade entre os homens.

Atira-se contra o pensamento nos seus relicários que são os livros; bombardeiam o gênio estético nas suas tradições, que são as obras de arte, como se, à crueldade da guerra, se pretendesse substituir com a vilta do desprezo. E o resultado aí está, com a preocu-

pação de todos: Um mundo ameaçado de morrer de fome por excesso de população, mas entre quatro bilhões de consumidores, maior que a falta de alimentos é a falta de homens.

O instituto histórico é, nessa dizimação dos Neros modernos, a catacumba dos resistentes, onde se cultua o respeito do passado, o amor da tradição, materiais insubstituíveis na estrutura das nacionalidades e a veneração dos grandes exemplos da história, com suas lutas, suas aspirações e suas glórias, representa forma culminante desse culto, no qual se associam e se fundem os supremos ideais de justiça e de paz, sempre audíveis ao coração dos povos.

Por isso, as pessoas dedicadas à pesquisa, à historiografia, ao registro dos vultos e dos fatos passados dignos de nota, as que se sensibilizam com os problemas do presente e as preocupações do futuro, que toam com a voz sagrada da história, essas se reúnem nesses institutos, com a missão de juntar o disperso campo raso, por onde passou incinerando tudo o incêndio devastador de materialismo crasso do mundo moderno.

E aqui nós reunimos e falamos uns aos outros, porque entendemos que os homens vão restaurar tudo com a palavra, por que foi com a palavra que Deus fez o mundo: **Fiat!** E me parece ter sido de Fenelon esta advertência: **Tudo depende do povo e o povo depende da palavra.**

Não é por outra razão que, na Grécia e em Roma, os tribunos do povo tinham a fronte cingida com uma coroa de mirto, sinal de que eram invioláveis pelas opiniões e votos que proferissem.

É evidente que nossa missão é a de recolher os destroços dessa guerra contra o passado, incitando os contemporâneos a meditar sobre as leis fundamentais da evolução do povos, sob os princípios basilares do imperativo da ordem e a vocação da liberdade e o fazemos por meio de votos, comunicações e propostas, falando ou escrevendo.

E, enquanto tudo lá fora se consome, com a humanidade depauperada de energias, mas inebriada de luxo e de prazeres nas rixas extéreis das fracções, enquanto a nós escasseiam as coisas mais necessárias ao nosso trabalho e lá fora se queima tudo, se destroem tesouros, temos que nos ocultar com certos decoro, na humildade da nossa oficina porque os anos, como relha de arado, vão revolvendo o solo, abrem na alma leiras fundas, onde ignoradas mãos vão deixando cair a semente de todas as dores, de todas as alegrias, de triunfos e de penas, de tudo, enfim, que, através dos tempos, faz o patrimônio inconsumptível de crenças, de tradições e de glórias.

Esse trabalho Jaime Câmara já vem fazendo há muito tempo, registrando a crônica diária da cidade, do Estado e do país, nos

jornais que edita nos livros que escreveu, reconstituindo uma época com suas tradições, usos, costumes, ideais e mentalidade, sem fazer oposição a fatos historicamente averiguados, examinando cuidadosamente os documentos que pode haver às mãos, observando os lugares, teatros dos acontecimentos narrados.

Em suas obras "**Nos Tempos de Frei Germano**" e "**Tempo de Mudança**", seu maior esforço e a melhor safra de rendimento está em discutir os documentos à luz de uma razão esclarecida, apreciando os fatos no tempo e no espaço, para discernir o que dependeu da vontade dos homens e o que obedeceu à fatalidade das coisas, numa palavra, fazendo a crítica histórica.

Alexandre Herculano, quando se abalçou a escrever a História de Portugal, rigoroso e arguto na crítica até consigo mesmo, abriu a obra com uma "Advertência" e nela confessou o seguinte:

"Erros, havê-los-á neste volume, bem como nos que se lhe seguirem. O que, porém, posso afirmar, com a mão na consciência, é que eles foram involuntários. Tenho fé que não me cegam malevolência para com os estranhos, nem parcialidade para a terra natal. Para o homem sacrificar a longas e áridas investigações, frequentes vezes sem resultado, todas as faculdades do espírito, quase todas as horas da vida, com o intuito de dar ao seu país uma história, senão boa, ao menos sincera, é necessário, como eu, algum amor da pátria".

É por verificar esses teus méritos, todos à flor de tuas obras quer no jornal, quer em livros, todas elas feitas sem compromissos com escolas ou grupos, escrevendo como te aprouve, ao descuido "**spiritus qui ubi vult, fiat**", segundo uma indesviável inspiração de funda e perene sinceridade, que o convocamos para nossa casa, onde se pratica esse amor da pátria, na vigília constante das tradições de que ela se alimenta e cresce.

Para o diálogo e edificação dos mais moços, tua vida é uma longa página aberta à reflexão dos jovens, que de nós se aproximam, nesses cursos aqui realizados, com a desconfiança arisca dos pássaros diante da gaiola.

E que tu podes explicar como é possível, com pobreza, trabalho e a perseverança, partir de aprendiz de tipógrafo e chegar a empresário de grandes jornais; de anônimo menino potiguar a deputado federal por Goiás; de munícipe a Prefeito de Goiânia; de empregado a empresário, encarnando um exemplo que é, sobretudo, a prova do quanto vale o esforço inspirado pelo ideal, em tudo o que compõe tua multifária atividade de cidadão prestante, nas lides classistas, na assistência social, na política, na administração, no convívio e no empenho de servir a comunidade.

É que tu podes dialogar com o moço de Paulo Pinheiro Chagas, que é o moço do mundo de hoje, e dizer a ele, e mais do

que dizer, demonstrar, nessa maratona da vida, que ela não é um dia só, o dia de hoje, mas o ontem, o hoje e o amanhã e que o trabalho, como dizia Charles Pêguy, é a mais necessária e a mais nobilitante de todas as honras. Dele, nem o próprio gênio se pode liberar, porque na conhecida definição de Buffon, o gênio não é senão uma longa e aturada paciência. Mas, paciência organizada, inteligente, ativa. . .

Por tudo isso, meu caro Jaime Câmara, por reconhecermos na tua vida, neste meio século de atividade devotada à causa comum entre nós, em contínua atividade nobremente eficiente e dadivosa, conservando e divulgando as tradições de cultura, para estendê-las a todas as camadas sociais, é que nós congregamos em torno de ti, neste momento, em efusiva prova de admiração e de amizade.

Pouco é o que te oferecemos em troca do brilho e do prestígio que emprestarás ao nosso Instituto, a não ser um título que não é foral de domínio, senão um compromisso solene a mais de embrenhar-te no imenso e confuso acervo de papéis nos arquivos, numa luta espartana com as traças, com a paciência do cronista, discutindo os documentos à luz de uma razão esclarecida, como afinal vens fazendo e continuarás a fazer com esse convite a redobradas dedicações, à sobrecarga de trabalho, em agravação de teus deveres e responsabilidades. Benvindo, pois, recebendo as homenagens justas dos confrades e do povo, trazendo entusiasmo para que os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás vinguem, desabrochem e frutifiquem em farta e luminosa messe de glórias para Goiás e para o Brasil.

Discurso de posse de Jaime Câmara

Meus Senhores

É bastante conhecida a reação do falecido ex-presidente da França, Charles De Gaulle, ao ser questionado numa de suas célebres conferências à imprensa sobre o esvaziamento da grandeza de seu País em decorrência do processo de descolonização que subtraía dos domínios gauleses influência econômica externa.

Que seria da França sem as colônias, que seria de sua grandeza sem as possessões na África e na Ásia?

De Gaulle não titubeou na resposta. E afirmou que a descolonização era um imperativo dos tempos, uma imposição dos anseios de liberdade de todos os povos. Mas, se a França sofria perdas materiais com isso, ela nunca deixaria de ser grande e respeitada,

porque acima de tudo era uma invejável padrão de cultura. A medida maior de sua grandeza estava no acervo dos seus institutos culturais, valores imperecíveis.

De fato, se os indicadores econômicos nos permitem avaliar o grau de expressão material de uma sociedade e a extensão das suas condições de bem estar, é preciso que procuremos nos seus valores culturais subjacentes a sua referência maior, por quem eterna e indestrutível. Os bens materiais são suscetíveis á dilapidação. E mesmo as economias mais fortes sujeitas ao colapso. Os valores perenes da cultura, não são incorrossíveis e permanentes.

Por isso o aperfeiçoamento de uma sociedade não se obtém sem o enriquecimento de seus padrões de cultura. E o mais importante legado que uma geração transmite a outra é acumulação de sabedoria. E para que esta herança seja conservada e repassada, de uma geração e a outra, a sociedade precisa dispor de alguns meios e instrumentos indispensáveis. Entre eles, estão entidades como este valioso Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, depositário de tantos conhecimentos, guardião de sabedoria e expressão maior da memória do Estado.

Permitam-me senhores deste Instituto e permitam-me a platéia que me desvanece com a sua presença nesta solenidade, que agora evoque, como seu patrono, no ingresso desta casa, uma grande figura goiana

Na galeria dos nossos grandes mortos busquei no exemplo na sabedoria e na estatura intelectual e moral do PROFESSOR FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS AZEVEDO — O PROFESSOR FERREIRA um modelar padrão. E, atendendo às tradições deste Instituto, inspiro-me na sua memória, que reverencio com respeito.

Há dois anos por sinal o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás marcava oportunamente em sua agenda a comemoração condigna da passagem do centenário de nascimento do professor Ferreira, personagem inseparável de um período importante da vida de Goiás.

Durante cinquenta anos de verdadeiro apostolado, entregou-se o professor Ferreira à educação e à formação intelectual da juventude de sua terra.

No dia 15 de novembro de 1942 Goiás sofria de uma de suas maiores perdas, quando este homem de abrangente intelectualidade veio a falecer, depois de ter prestado tantos serviços à cultura de Goiás e do Brasil. Deixou obras importantes, que mais a diante mencionaremos, e transmitiu a pelo menos três gerações de goianos valiosas parcelas de seu vasto conhecimento. No antigo e tradicional Liceu de Goiás, lecionou Algebra, Geometria, Trigonometria, Astronomia, Geografia, Inglês, Português, e Mecânica. Também

agrimensor, iniciou vários jovens nesta profissão, dividindo ainda o seu precioso tempo contribuindo para a formação das moças matriculadas na antiga Escola Normal Oficial da Cidade de Goiás e no Colégio Santana das dedicadas irmãs dominicanas.

O seu espírito abrangente enriqueceu pesquisas que contribuíram para a formação de um fértil ambiente intelectual e cultural na sua terra.

Foi um edificante exemplo de cidadão e de chefe de família. Co-fundador deste Instituto Histórico e membro fundador da Academia Goiana de Letras, Professor Ferreira fez com que as suas atividades tivessem sempre a forma de uma contribuição ao desenvolvimento cultural de Goiás. E nos deixou um inextinguível legado.

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1875-1942) foi um goiano de raro mérito como educador, cariógrafo e matemático.

Lecionava geografia e aritmética no Liceu Goiano da velha Capital do Estado e suas aulas constituíam verdadeiro encanto para seus discípulos, que viam nele um amigo e conselheiro.

Formado em agrimensura pela afamada escola de Ouro Preto, ocupou mais tarde o cargo de engenheiro do Estado de Goiás e nessa qualidade viajou todo Estado em levantamento de plantas topográficas.

Organizou uma carta Geográfica de Goiás e escreveu várias obras científicas como sejam — "PÁGINAS ÁRIDAS" —, "CONSIDERAÇÕES" GERAIS SOBRE AS QUANTIDADES NEGATIVAS" E O DICIONÁRIO ANALÓGICO".

Em 1910 publicou o "ANUÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E DESCRITIVO DO ESTADO DE GOIÁS", que além de uma parte histórica e técnica traz também uma parte literária. Damos, a seguir o transcrito do "Anuário", sobre as "Grutas Notáveis" e a potamografia de Goiás:

* A cinco quilômetros mais ou menos de Traíras existe uma gruta bem grande e nela encontram-se estalattites e estalamites.

A cinco quilômetros também da paróquia do Ouro Fino, existe outra, em cuja cavidade aparece certa matéria branca e friável que se supões ser salitre.

No morro dos Macacos, na estrada de Antas (hoje Anápolis), há uma gruta que nos meses de agosto e setembro destila certa matéria betuminosa, que aparece enxôfre. . ."

O professor Ferreira elegeu-se Deputado Estadual em 1909, mas o seu fraco não era a política, que às vezes, destrói o indivíduo, mas o magistério.

A respeito do professor Ferreira transcrevemos aqui, com a devida vênia, o que escreveu ZOROASTRO ARTIAGA (história de Goiás, ps: 44-45):

“Publicou o professor Ferreira: folhetos sobre a data gregoriana do descobrimento do Brasil, tendo recebido os mais justos elogios ao seu trabalho que, mais tarde, a melhor revista literária e científica do Sul do país, a “Revista do Clube Corintiano do Estado do Paraná”, transcreveu. Organizou a única publicação que possuímos no gênero — “Anuário Histórico e Geográfico de Goiás”. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS QUANTIDADES NEGATIVAS” mereceu honrosos pareceres das Escolas Politécnicas — do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como da Escola de Minas de Ouro Preto e do Centro de Ciências e Artes de Campinas, São Paulo. Dentre as suas obras que se distinguem pela erudição, salienta-se, entretanto, o “Dicionário Analógico da Língua Portuguesa”, que, no Jornal do Brasil”, publicou substancioso artigo estudando-o. Essa obra, não há negar será a maior contribuição de Goiás para as letras nacionais. . . O professor Ferreira, que consagrou tanto de sua existência a essa obra foi, vencidos todos os óbices que se opuseram à sua publicação, roubado à vida justamente quando acabava de receber da casa editora as primeiras provas para revisão, quando foi assim realizado o seu grande desejo, a maior aspiração”.

Meus Senhores,

Honrado e emocionado pelo privilégio que me conferem os membros desta casa ao me incluírem no Instituto, permitam-me que antes de agradecer a esta comovedora deferência renda aqui as minhas homenagens aos pioneiros da entidade, já falecidos como Luis do Couto, Alfredo de Castro, Joaquim Ferreira, Pedro Gomes de Oliveira.

Foram eles que ajudaram a acender a chama e a conservá-la, nos tempos daquele idealismo contagiante que superou as dúvidas e venceu as incertezas, transformando a nova capital no mais eloquente atestado da vontade de um povo e da decisão de progresso assumida pelos goianos.

Já existia, então, a base embrionária do Instituto Histórico e Geográfico. Americano do Brasil o propusera, no Governo do Desembargador João Alves de Castro. E, criado de direito em 1930, somente seria a entidade instalada a 17 de dezembro de 1933, numa solenidade realizada no salão de festas do tradicional Liceu da Antiga Capital. Ou seja, exatamente quando o Governo do Estado dava concretude às providências para a mudança da capital. O Instituto coincide portanto com o movimento de mudança da Capital para Goiânia e é desta identificação histórica que recebeu os seus primeiros impulsos. Mas se isso servia de estímulo para a sua

corporificação definitiva, não podemos recusar de outro lado, o fato de que o período transitório vivido por Goiás naqueles anos transformava a tarefa de levar avante a entidade num esforço ainda mais ingente.

Não faltaram idealismo e muito menos menos força de ânimo desses pioneiros, que, em 1938, instalavam o Instituto em Goiânia, lançando, a pedra fundamental de seu edifício-séde. Em novembro de 1939, o Interventor Federal Pedro Ludovico assinava o decreto 2.593, considerando de utilidade pública a entidade. À memória de Goiás ganhava, então, de modo definitivo, o seu mais valioso instrumento. O ideário de 1930 e de 1933, assumido na cidade de Goiás, obtinha na nova capital o seu corolário.

A homenagem que desejo prestar aos pioneiros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás seria certamente incompleta se eu não destacar aqui particularizadamente o papel desempenhado desde os primórdios da Casa pelo seu muito justamente proclamado presidente vitalício, o doutor Colemar Natal e Silva.

Jurista, educador político e historiador, o nome de Colemar Natal e Silva está associado de firma arraigada à evolução cultural e política de Goiás nestas últimas décadas. Do pai respeitado e ilustre homem público, doutor Marcelo Francisco da Silva, herdou certamente o amor às grandes causas e às sensibilidades para as tarefas de envergadura social. Da mãe, Eurídice Natal e Silva, uma das fundadoras da Academia de Letras de Goiás, a inclinação para a atividade intelectual, que exerce desde quando estudante de Direito, no Rio de Janeiro.

O doutor Colemar Natal e Silva é ademais, uma referência da cultura de Goiás em âmbito nacional. No ano passado, em agosto, na presença de duas centenas de intelectuais de todo o país, foi empossado Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, numa solenidade prestigiada pela presença maciça de sua diretoria, tendo à frente o professor Pedro Calmon. É membro ainda do Instituto dos advogados brasileiros e possui diploma e medalha do Conselho Nacional de Serviço Social.

A sua compulsão para atividade criativa já se manifestava também desde este tempo, quando se integrou a diretoria do tradicional Centro acadêmico Cândido de Oliveira, o CACO. Foi um dos pioneiros da Associação Goiana do Rio, grande referência de Goiás na antiga Capital Federal. Colaborou com INFORMAÇÃO GOIANA, sob a direção de Henrique Silva, escreveu no Jornal do Comércio, no Jornal do Brasil e em O Jornal.

À sua compulsão para atividade criativa já se manifestava também desde este tempo, quando se integrou a diretoria do tradicional Centro Acadêmico Cândido de Oliveria, O CACO. Foi um dos pioneiros da Associação Goiana do Rio, grande referência de

Goiás na antiga capital Federal. Colaborou com INFORMAÇÃO GOIANA, sob a direção de Henrique Silva, escreveu no Jornal do Comércio, no Jornal do Brasil e em O Jornal. Junto com figuras como Paschoal Carlos Magno ajudou a fundar no Rio a Casa do Estudante. Diplomado, retorna à sua terra, leciona no tradicional Liceu e na Escola Normal Histórica de Goiás, História Universal, Sociologia e Português. Foi Promotor público e em seguida Secretário do Interior e Justiça, pasta que incorporava também os assuntos de Estado da Educação e Cultura, introduzindo iniciativas de fôlego e relevando sempre os pendores de sua imaginação criadora, foi depois, por doze anos, Procurador Geral do Estado, dirigindo relevantes soluções jurídicas, dentre elas a definição dos limites Goiás — Minas e encerrando um centenário impasse entre os dois Estados.

Professor da Faculdade de Direito de Goiás e da Faculdade de Filosofia Católica, transformou-se no maior batalhador pela criação da Universidade Federal de Goiás, liderando uma campanha na qual investiu um inacreditável esforço pessoal. Vitoriosa a campanha, foi justiça, o primeiro reitor da UFG, realizando uma administração consolidadora.

Com várias obras publicadas, entre elas realçando RUI BARBOSA, EM SEU TEMPO E EM SEU MEIO; PARECERES E DECISÕES, e obra de Direito prefaciada por um dos maiores juriconsultos brasileiros, Clóvis Bevilacqua; NA TRIBUNA E NA IMPRENSA; coletânea de conferências e artigos que mereceu consagrada apologia do prof. Pedro Calmon; na SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA E NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, obras que sintetizam e documentam iniciativas e realizações no exercício dos dois cargos; e a importantíssima HISTÓRIA DE GOIÁS, em dois volumes, prefaciada pelo Conde Afonso Celso.

Quanto ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, todos os antigos e atuais membros são unânimes em reconhecer que a entidade não teria vencido os obstáculos para nascer, crescer e se consolidar se não fosse a disposição pessoal, o empenho, a operosidade e a admirável dedicação de Colemar Natal e Silva. O Instituto desdobra-se atualmente em diversas iniciativas de grande porte, como a participação nas pesquisas para a História da II Guerra Mundial, os cursos de Cultura Goiana; a Organização do Arquivo Público do Estado; a divulgação de ensaios e estudos importantes pela sua revista, que ganhou periodicidade certa; o encontro recente dos Institutos Históricos em Goiânia; e a metodizada organização de seu arquivo, onde se encontram 750 volumes que guardam duzentos anos da História de Goiás.

Esta entidade está, portanto, acionada como dinamismo necessário para cumprir com operosidade e grande proveito as suas finalidades, voltando-se para a consecução de objetivos concretos em favor de relevantes préstimos à cultura e à memória de Goiás. Este trabalho de pesquisa relacionado com a história da segunda Guerra Mundial permitirá que se levante em extenso documentário sobre a participação dos goianos na segunda guerra.

Eles nos proporcionará uma visão histórica de nossa presença no conflito, através da heróica força expedicionária mobilizada para combater na Itália e contribuir para o triunfo dos ideais da Democracia, os cursos de Cultura Goiana nos oferecem um rico painel da realidade regional, lançando luz sobre aspectos importantes do desenvolvimento social, político e cultural do Estado. A revista do Instituto, com a sua nova periodicidade, absorve contribuições e estudos de grande significado.

Todas essas iniciativas e todo esse operoso empenho da entidade nos seduzem a participar e a contribuir para o êxito das missões assumidas pelo Instituto.

Sinto-me profundamente sensibilizado com a deferência desta Casa, incluindo-me entre os seus membros.

Honra-me sobremaneira a companhia de Colemar Natal e Silva, Basileu Toledo França, Claro Augusto Godoi, Modesto Gomes, Luis Gonzaga de Faria, Augusto da Paixão Fleury Curado, Altamiro de Moura Pacheco, Anthonio Teodoro da Silva Neiva, Ático Vilas Boas da Mota, Eli Brasiliense, Euclídes Félix de Sousa, Gilberto Mendonça Teles, Gelmires Reis, José Lopes Rodrigues, Waldir Castro Quinta, Alcides Celso Ramos Jubé e Waldir L. Costa.

E por tudo isso o meu ingresso neste augusto cenáculo, que consitui, sem dúvida, não somente um título que a partir de hoje abrilhanta o meu "curriculum vitae", como um galardão, que generosamente me é oferecido por esse colendo Instituto e de que eu, minha mulher e meus filhos nos honraremos para sempre.

A LEI RIVADÁVIA: sua aplicação em Goiás

Lena Castello Branco Ferreira Costa

1. Antecedentes

A Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental — conhecida por Lei Rivadávia — a exemplo das diversas reformas educacionais introduzidas durante a Primeira República, foi elaborada com base em autorização legislativa expressa em **cauda orçamentária** (1) e aprovada por decreto do Executivo (2).

Promulgada, pois, no liminar da segunda década do século XX, a Lei Rivadávia (3) representou uma ruptura em relação à maneira tradicional com que, a partir da Constituição de 1891, vinham sendo conduzidos pela União os assuntos relativos à educação. De certa forma, significou um retorno aos ideais positivistas que haviam marcado o movimento republicano e as reformas dos diversos graus de ensino elaboradas por Benjamin Constant(4), embora trouxesse a nova lei outro enfoque que se vinculava às próprias dissidências internas do pensamento positivista no Brasil (5). Assim é que, enquanto Benjamin Constant buscara a reforma da sociedade através da reforma do saber, delineando uma **educação universal** expressa em noções essenciais de todas as ciências fundamentais(6), Rivadávia Correia, ligado à facção civil e gaúcha do positivismo brasileiro, evocava o preceito constitucional do "livre exercício de qualquer profissão"(7) para, ampliando-o, introduzir no País o princípio da total liberdade de ensino, desoficializando-o sob a égide da livre concorrência (8).

Parece oportuno lembrar as circunstâncias históricas em que se consagraram tais diretrizes, atentando para o fato de que se tinham apagado os últimos vestígios da influência do pensamento de Benjamin Constant, na legislação educacional da Primeira República, por ocasião da Reforma Eptácio Pessoa(9).

No início da década de 1910/19, a situação política internacional caracterizava-se pela consagração de coalizões de nações, formando blocos antagônicos na Europa(10), os quais haveriam de confrontar-se durante a Primeira Grande Guerra. Esta apresentaria

uma duração insólita(1914/1918), a par da surpresa representada por novas e mortíferas formas de luta. Marcaria, igualmente, o início de importantes mudanças no equilíbrio mundial, sobretudo pela afirmação do poderio dos Estados Unidos e pelo desgaste da Europa, decorrente das destruições trazidas pela enormidade de conflito(11). Viveu-se, pois, entre 1910 e 1915, período de graves perturbações e transições, em escala mundial, de cujas consequências não poderia escapar o Brasil, situado na órbita de influência econômica e política dos países envolvidos na guerra.

No plano nacional, ascendera à Presidência da República o Marechal Hermes da Fonseca, depois de dezesseis anos de hegemonia civil, a partir do governo de Prudente de Moraes. Embora se tivesse apresentado como candidato partidário, apoiado pela máquina governamental e pelo prestígio do todo-poderoso senador gaúcho Pinheiro Machado, Hermes contava também com as simpatias de um grupo de jovens militares, que aspiravam a um governo empreendedor, liberto do "bizantinismo jurídico" que, no entender de alguns fazia estiolar o progresso do País(12). Um certo desencanto em relação aos frutos até então colhidos pela República também se fazia presente na candidatura Hermes, vista como uma espécie de "boulangismo", rude e honesto, capaz de regenerar... a sociedade corrompida dos políticos e dos homens de negócios, simbolizada na força do dinheiro..."(13)

Sob tal aspecto — o de concretizar o desejo de uma renovação de mentalidades — o quadriênio que se iniciava oferecia traços invulgares, não presentes na História anterior da Primeira República, até então mantida, pelos governos civis, nos limites do compromisso e da tradição.

A campanha eleitoral do candidato opositor, Ruy Barbosa, realizada em moldes norte-americanos, introduzira novos métodos de aproximação com as massas urbanas, embora as formas de eleição permanecessem as mesmas, com a utilização de pressões e fraudes eleitorais(14) que, ao final, beneficiariam o candidato situacionista dando-lhe ampla margem de vitória (15). Empossado Hermes da Fonseca, iria deflagrar-se uma série de intervenções nas contendas partidárias dos Estados, vale dizer, nas oligarquias que dominavam os governos estaduais, à sombra do federalismo. Sob o pretexto de "depurar o regime" e "defender a pureza das instituições democráticas" perpetraram-se as chamadas "salvações", que destituíam os governos locais e tentavam renovar os quadros políticos dos Estados pelo desmantelamento das "velhas máquinas"(16).

Também no campo das idéias, o governo Hermes iria assistir ao despertar de pensamentos inovadores, expressos em preocupações de caráter nacionalista, que logo seriam transpostos para o

campo da educação. Disseminara-se a convicção de que o Brasil "padece e sofre da falta de crença e de esperança", diante da inépcia dos políticos profissionais, "pastores egoístas do rebanho tresmalhado". O sentimento de que a República falhara, revelava-se na pregação de que se deveria "republicanizar a República", ou seja, na tentativa de restaurar o "espírito republicano", combalida ante as deturpações sofridas nas fases iniciais da sua adaptação à realidade brasileira(17). Sob este prisma, a **Reforma Rivadávia** deve ser encarada: a) como expressão de retorno do positivismo que fora responsável, em parte, pelo republicanismo histórico; b) como repúdio ao **status quo** educacional, rotineiro e omissivo, implantado no País, a partir da Constituição de 1891; c) como tentativa de encontrar novos caminhos para a construção da República, através de orientação nitidamente diversa daquela que até então prevalecera no campo da educação.

2. A Lei Rivadávia

A reforma do ensino promulgada por Rivadávia Correia quando Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, foi aprovada pelo Decreto n.º 8.669 de 5.4.1911. Intitulava-se, impropriamente, **Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República** — quando, em verdade, não se tratava de lei, uma vez que não foi votada pelo Congresso, nem se referia ao Ensino Superior e Fundamental, mas ao Ensino Superior e Secundário, dentro, aliás dos limites de competência estabelecidos pela Constituição Federal de 1891, segundo a interpretação corrente. A Reforma em questão não cuidou, pois do ensino primário, nem do ensino normal, uma vez que estes situavam-se sob a jurisdição dos Estados.

Assim, **ab initio**, a dita **Lei Orgânica** (ou **Lei Rivadávia**), pretendendo consagrar o princípio da liberdade de ensino no País, limitou-o aos graus mais avançados da instrução, fazendo frustrar-se, no nascedouro, qualquer pretensão de **organicidade** na estrutura — aliás inexistente — da educação brasileira.

O diploma legal em questão compreende 140 artigos. Foi elaborado a partir de dispositivos inseridos nos arts. 3.º e 4.º da Lei Orçamentária de 1911, autorizando o Poder Executivo a "reorganizar a Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores" e a "reformular a instrução superior e secundária" segundo diretrizes que compreendiam:

- a. personalidade jurídica própria e autonomia econômico-financeira dos estabelecimentos de ensino superior e secundário, vinculados ao sistema federal, tendo como úni-

- ca limitação a prévia anuência governamental para eventual alienação de bens;
- b. liberdade de organização interna e autonomia disciplinar daqueles estabelecimentos, com a obrigatoriedade, porém de **exame de admissão** para ingresso nos cursos superiores;
 - c. exigência de um ensino de caráter prático no curso secundário, cujas funções seriam mais amplas do que as de mera preparação para os cursos superiores;
 - d. previsão da possibilidade de colaboração financeira da União com os Estados que despendessem, pelos menos, 10% do seu orçamento anual com o pagamento de professores de ensino público primário (18).

Tais dispositivos inovavam em diversos pontos, notadamente quanto à liberdade e autonomia que passariam a nortear a ação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, até então orientados pelos princípios da equiparação e da fiscalização direta do Governo. Na Lei Orçamentária para 1911 ficava prevista, outrossim, a cooperação da União com os Estados, a nível de ensino primário considerado, até então, terreno proibido para a atuação do Governo Federal, pelos exegetas da Constituição de 1891 — o que, todavia, não passou de uma declaração de intenções, porquanto o auxílio previsto não se concretizou.

A **Lei Orgânica** fundamentou-se, pois, em autorização legislativa de caráter inovador. O texto legal, assinado pelo Presidente Hermes da Fonseca e por seu Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Correia, ampliou, todavia, os limites dessa autorização. São os seguintes os principais dispositivos consagrados na Lei:

- a. abolição de **privilégios** decorrentes da instrução secundária e superior (art. 1.º) e, na interpretação dos seus autores, dispensa de diplomas para o exercício de quaisquer profissões;
- b. caracterização dos institutos de ensino mantidos pela União como **corporações autônomas** (art. 2.º);
- c. atribuição de **personalidade jurídica** aos mesmos institutos, com autonomia para o recebimento de bens e legados e para a administração dos respectivos patrimônios, mantida a exigência de autorização do Governo para o fim de alienação (art. 3.º, 7.º e 10);

- e. criação, definição e regulamentação do Conselho Superior de Ensino, para substituir a função fiscal do Estado e presidir a fase de transição entre o regime anterior e o que se inaugurava (art. 6.º, 11 a 20);
- f. explicitação das atribuições e deveres dos Diretores de estabelecimentos de ensino, bem como dos processos de sua escolha, relações com a Congregação e duração de mandatos (art. 21 a 30);
- g. constituição do corpo docente, seus deveres e direitos (art. 31 a 43), com introdução de nomenclatura diversa da até então consagrada;
- h. regulamentação da livre-docência (art. 44 a 49), emprestando-lhe maior importância e autonomia;
- i. definição da constituição das Congregações, seus fins e atribuições (art. 50 a 51);
- j. fixação de requisitos para inscrição nos institutos de ensino superior, cursos livres e Colégio Pedro II (art. 62 a 73), com a criação do exame de admissão;
- l. distribuição, por série, das matérias dos cursos e exames (art. 74 a 81), com previsão de "conferências, aulas teóricas e práticas, de acordo com as necessidades pedagógicas";
- m. definição do regime disciplinar — "polícia acadêmica" — a ser imposto aos corpos docente e discente (art. 82 a 93);
- n. explicitação de normas aplicáveis ao pessoal administrativo; secretário, tesoureiro, bibliotecário, amanuenses, etc. (art. 94 a 107);
- o. disciplinamento de licenças e faltas do pessoal docente e administrativo (art. 108 a 123);
- p. concessão de **certificados** — e não **diplomas** — aos concluintes de cursos (art. 124);
- q. disposições sobre instrução militar (art. 125);
- r. estabelecimento de normas para a transição entre o regime antigo e o que se implantava (art. 126 a 140), mantidos os direitos e regalias anteriormente consagrados.

Da leitura das disposições acima resumidas, parece evidente ter sido intenção do legislador introduzir, no País, orientação diversa de que até então prevalecera em matéria de educação, passando da oficialização, da centralização, dos entraves burocráticos e do cartorialismo à autonomia didática e administrativa e, conseqüentemente, ao auto-governo dos institutos de ensino vinculados à União. Como órgão mediador entre o Governo, as escolas superiores e o Colégio Pedro II, o recém-criado Conselho Superior de Ensino teria atribuições normativas e deliberativas, e funcionaria também como instância superior para apreciação de recursos. A valorização da livre-docência, reorganizada em moldes germânicos, teria, igualmente, o objetivo de promover a renovação qualitativa do ensino, uma vez que não sendo seus professores estipendiados pelo Governo, mas pelos próprios alunos, presumia-se que se esforçariam por obter alto rendimento em suas aulas.

A eliminação de privilégios decorrentes da instrução recebida nos institutos de ensino superior e secundário, assim como a proscricção dos **diplomas** e sua substituição por **certificados** representaram, talvez, as mais controvertidas das determinações da **Lei Orgânica**, porquanto reeditavam antiga polêmica travada no Congresso Constituinte, sobre o livre exercício de profissões. Ali, com efeito, tinham sido apresentadas por positivistas gaúchos diversas emendas, no sentido de associar o livre exercício profissional — afinal incluído no texto da Constituição — à não exigência de habilitação específica, o que foi rejeitado pelo plenário(19). A **Lei Orgânica**, editada por Rivadávia Correia, filiado à corrente positivista do Rio Grande do Sul, cuja Constituição Estadual consagrara a irrestrita liberdade de profissão, ampliou os dispositivos inseridos no texto da Constituição Federal de 1891 e estendeu a todo o País a orientação adotada pelos constituintes gaúchos. É interessante notar, porém, que, relativamente às exigências de habilitação específica, já então vigentes nas corporações e associações profissionais, não se tem notícia de que tenham sido as mesmas revogadas, durante a vigência, aliás curta, da **Lei Orgânica**.

A substituição dos **diplomas** de cursos superiores e secundários por **certificados** visaria à eliminação do chamado **bacharelismo**, ou da mentalidade **bacharelesca** predominante na sociedade brasileira. A consagração dos **diplomas** e dos **bacharéis**, todavia, resultara de uma série de fatores históricos e sociais, que não seriam superados pela simples substituição de um papel por outro, de nome diverso. A propósito, escrevia Carlos de Laet, no **Jornal do Brasil**:

“Releva ponderar também quanta ingenuidade ha na idéa de que se abate de uma vez a hydra só com o substituir os “diplomas” por “certificados”.

Simple mudança de nomes.

O sonho dourado das famílias será de agora em diante ter filhos, sobrinhos, netos 'certificados', e os pais continuarão a fazer sacrifícios para 'certificar' os rapazes.

Singular ilusão essa, acreditar que com uma pennada se corrigem tendencias arraigadas no povo.

.....
Um dos que primeiro aportaram a este nosso país e aqui foi deixado por castigo, era bacharel. Elle relacionou-se com os caboclos, que optimamente o receberam, mettu-se pela selva a dentro, e bem provavel é que se casasse civilmente e tivessem muitos filhos.

Acabar com tamanha raça a golpes da Lei Orgânica é uma utopia..."(20).

Na consagração dos princípios de autonomia e auto-gestão dos estabelecimentos de ensino estaria a preocupação de levá-los a assumir a responsabilidade de suas decisões, bem como a participar destas, com maior interesse. Seria a maneira encontrada, outrossim, para obter-se melhor rendimentos do ensino e sua mais rápida adaptação à evolução das ciências e do mundo moderno, uma vez que os currículos e programas se descentralizavam, devendo ser aprovados tão somente pelas Congregações. Tão salutares propósitos deveriam ajustar-se à recomendação sobre a coexistência de ensino **teórico** e **prático** no Colégio Pedro II o qual, embora destituído oficialmente do seu caráter modelar, continuava sendo o único estabelecimento de ensino secundário mantido pela União, no Distrito Federal. Dessa forma, buscava-se incentivar o estudo prático das ciências, sempre negligenciado dentro das tradições brasileiras de ensino linguístico e literário.

Finalmente, a instituição do **exame de admissão** aos cursos superiores deu início à praxe que se perpetuaria na legislação educacional brasileira, sob a forma de concurso vestibular. Na **Lei Orgânica**, tal exame substituiria o de **madureza**, no sentido de comprovar a maturidade do candidato para a realização de estudos superiores.

No conjunto, pois, a **Lei Orgânica** representou importante mudança de rumo na legislação brasileira, quando os políticos e a sociedade em geral mostravam-se desalentados com os resultados alcançados pela República que fora possível implantar, nos últimos vinte anos (21). Optando pela desoficialização do ensino e pela autonomia e responsabilidade dos estabelecimentos educacionais, bem como criando o Conselho Superior de Ensino, o legislador, ao

que parece, terá levado em conta o modelo norte-americano de educação, onde o Bureau of Education (22) exercia papel catalizador que se procurava emprestar ao novo colegiado máximo da educação brasileira.

Com suas características inovadoras, inspirada na filosofia comtista, a Lei Orgânica deveria ser aplicada em todo o território nacional, onde as disparidades regionais se acentuavam, à medida que avançava em anos a República.

3. O Estado de Goiás em 1911

No remoto Estado de Goiás, não diferiam, em essência, as condições sociais daquelas que marcavam as demais Unidades da Federação. Com a proclamação da República — cujo anúncio foi saudado pela população, em praça pública da Capital, entoando a Marselhesa(23) — estabeleceram-se no poder as oligarquias locais, resultantes de uniões familiares aliadas a interesses econômico e políticos.

Durante as primeiras décadas da República Velha, assistimos, em Goiás, à hegemonia dos **Bulhões**, cujo prestígio emergira já nos últimos anos do Império através do Partido Liberal e da pregação abolicionista(24), e encontrara reforço, no novo regime, na pessoa de Guimarães Natal, republicano histórico, casado com uma das irmãs de Leopoldo de Bulhões, o ilustre chefe do clã.

No período que se estende de 1889 até 1912, os Bulhões que, no Império, haviam sido monarquistas liberais, abolicionistas e federalistas, consolidaram sua liderança, sobretudo após a ascensão de Floriano Peixoto à Presidência da República. Tinham como figura exponencial Leopoldo de Bulhões que, em 1883, fora eleito Deputado às Cortes por Goiás e não mais se afastou do cenário político, até 1918, embora suas atividades se tenham desenvolvido sobretudo no Rio de Janeiro, como parlamentar. Eleito Presidente do Estado de Goiás(1892), renunciou em favor do Vice-Presidente, Antônio José Caiado, e prosseguiu em suas atividades de Deputado na Capital Federal.

Todo o grupo dominante em Goiás, a partir de então, era ligado aos Bulhões, ou por laços de parentesco, o que era mais frequente, ou por compromisso político(25). A primeira Constituição de Goiás, na República, tornou-se conhecida como **Constituição dos Bulhões**. A situação manteve-se inalterada até 1904, quando ocorreu o fracionamento do grupo, tendo em vista a dissidência liderada por Xavier de Almeida. Quatro anos depois, o Estado

viveu momentos de intranquilidade, provocados por disputas entre grupos, interessados na sucessão presidencial e senatorial, o que haveria de resultar em uma revolta armada, da qual emergiram vitoriosos, mais uma vez, os Bulhões(26).

No plano federal, Leopoldo de Bulhões consagrara-se como Ministro da Fazenda no governo Rodrigues Alves, quando haveria de ter atuação destacada que o credenciaria a exercer as mesmas funções, durante o governo Nilo Peçanha. Tornara-se ele, como político, "mais Brasil do que Goiás"(27) e o seu distanciamento das bases que o apoiavam faria declinar a hegemonia do seu clã, que seria sucedido por outro, nascido no seio do bulhonismo, mas que se tornara seu adversário.

O ocaso político dos Bulhões ocorreu durante o Governo de Hermes da Fonseca. Embora a maioria da representação goiana no Congresso Federal se tivesse manifestado favorável à candidatura de Hermes, o chefe do clã bulhônico, ao que parece, via com bons olhos a campanha de Ruy Barbosa, a quem teria oferecido apoio à revelia dos seus correligionários (28).

Em 1910, assumira o Governo do Estado Urbano de Gouveia, cunhado de Leopoldo de Bulhões; seu mandato deveria estender-se até 1913. No plano local, todavia, o novo Presidente do Estado encontrava forte oposição, chefiada por Eugênio Jardim e Ramos Caiado, que lideravam uma facção dissidente do Partido Democrata.

Desenrolavam-se, então, as **salvações**, por meio das quais Hermes da Fonseca procurava dismantelar as poderosas oligarquias estaduais. Em fevereiro de 1912, Eugênio Jardim — que era coronel reformado e um dos mais expressivos adversários de Gouveia — recebeu telegrama, firmado por Olegário Pinto, que lhe entregava, a mando do Presidente da República, a direção política de Goiás (29).

Urbano de Gouveia, desprestigiado, licenciou-se para viajar ao Rio de Janeiro, de onde não retornou. Era o fim do domínio oligárquico dos Bulhões.

Tais os fatos, sob o ponto de vista político: uma sucessão de eventos, que culminaram com a derrubada de uma oligarquia — a dos Bulhões — através de uma das **salvações** decretadas por Hermes; e sua substituição, em 1912, por outro grupo oligárquico, o dos **Caiado**, que permaneceria como detentor do poder em Goiás até a Revolução de 1930.

Este era o cenário político do Estado de Goiás, quando, na esfera educacional, começava a vigorar a **Lei Rivadávia**, que se propunha introduzir a liberdade e a autonomia administrativa, financeira e didática nos estabelecimentos de ensino, em oposição ao oficialismo e à centralização até então dominantes.

Será conveniente traçarmos um ligeiro esboço da sociedade goiana, no liminar da década de 1910, para, em seguida, passarmos ao estudo dos reflexos da **Lei Orgânica do Ensino** no Estado de Goiás.

A situação geográfica de Goiás marcou-lhe a História, bem como condicionou as características da sua economia e sociedade.

Localizado a grandes distâncias dos centros litorâneos, o Estado — antiga Capitania e Província de Goyaz — emergiu para a civilização em decorrência da corrida do ouro deflagrada durante os séculos XVII e XVIII.

Fundada em 1727, Vila Boa — depois cidade de Goyaz e capital do Província — foi, inicialmente, um núcleo de apressados mineradores e de zelosos administradores da Coroa Portuguesa, ávida de guardar para si os melhores frutos das **minas dos goyazes**.

A euforia do ouro, todavia, foi breve(30), e a decadência das minas traduziu-se no refluxo das populações flutuantes que se tinham espalhado pelos sertões, dando origem a turbulentos arraiais, sempre em choque com as tropelias dos índios, e em guarda contra a cupidez e indisciplina dos seus próprios habitantes(31).

A primeira metade do século XIX assistiu à transição, na região, da economia mineradora — de teor urbano e comercial — para a economia agro-pecuária, que lentamente se impunha em Goiás, onde os campos cerrados se anunciavam como propícios à criação de gado.

A Independência iria encontrar a Província de Goiás como uma das menos povoadas no Brasil, com população acentuadamente mestiça, os brancos constituindo-se em menos de 14% dos habitantes, mas detendo todo o poder e quase toda a escassa riqueza(32). Inexistia uma classe média; a pobreza generalizara-se com a exaustão das minas. Poucas famílias tinham escapado à ruína: a elas pertencia a circunscrita elite local, dentre a qual eram escolhidos os administradores, exceção feita aos Presidentes da Província, Deputados Gerais e Senadores, impostos pela Corte, quase sempre à revelia dos chefes regionais(33).

Com o advento da República, a situação não iria sofrer alterações radicais, no que diz respeito à estagnação econômica e às dificuldades de transporte e de comunicação. O telégrafo demorou a ser instalado em Goiás(34); a estrada de ferro arrastava-se e, por falta de recursos, sua construção progredia lentamente: chegara a Araguari (Minas Gerais) no fim do século XIX, mas até 1931 avançara apenas 287 km em território goiano(35).

O automóvel, introduzido no Estado em 1907, trafegava por estradas construídas para carros de bois. Do Rio de Janeiro à cidade de Goiás, via São Paulo, levava-se, então, seis dias de viagem, o que

representava notável progresso em relação aos trinta dias gastos por uma carta, no mesmo trajeto, em 1895.

Do que foi exposto, é evidente o isolamento em que viviam as populações goianas, dispersas pela imensidão territorial do Estado. Os viajantes estrangeiros que visitaram Goiás no século XIX — Sant-Hillaire, Pohl, Gardner, Agassiz e outros — são unânimes em assinalar o total ilhamento dos núcleos urbanos e das fazendas, bem como a pobreza que lhes era característica, como traço comum. Registram, igualmente, a predominância de mestiços e índios na composição étnica das populações que encontraram, radicadas nos sertões goianos.

Dessa forma, há que ser acentuado o fato de que as preocupações dominantes entre essas populações, pelo menos a nível de seus desvalidos dirigentes, seriam, em primeiro lugar, a **sobrevivência ao meio hostil**; em seguida, a **manutenção da ordem pública**, como requisito para a convivência e para a sobrevivência de alguns elementos de civilização; e, finalmente, a **transmissão de uma herança cultural mínima**, em termos de língua e de padrões de conduta.

Da **luta pela sobrevivência ao meio hostil**, resultou que os valores da cultura indígena foram relegados, quando não destroçados. Os poucos brancos, que constituíram as elites dirigentes, tornaram-se extremamente conservadores e tenderam para a endogamia, ao que foram levados até pelo isolamento em que viviam.

Na **manutenção da ordem pública** residia um dos problemas crônicos que assolavam arraiais e vilas, nascidos à sombra dos garimpos e da ambição mais desenfreada. O quadro aparece sombrio: de um lado, o comportamento negativo das próprias autoridades, muitas das quais "sensíveis ao suborno"; de outra face, o relaxamento dos costumes originados da escassez de mulheres, e expresso nas rixas que resultavam da prostituição generalizada (36). Acrescem, ainda, os péssimos exemplos que dava o clero goiano, que teria deixado arrastar também pela ambição e — pelo menos em parte — não primava nem pela humildade, nem pela castidade (37). Finalmente, não podem ser esquecidas as tropelias dos índios, que perturbavam ainda mais, e seguidamente, o ambiente conturbado da região. De tudo isso, resultava a quase obsessão dos governos e das inseguras populações no sentido de ser prioritária a manutenção da ordem pública e, igualmente, a ministração da justiça (38).

Na **transmissão da herança cultural** — língua e padrões ético-religiosos — atuou a Igreja Católica, que desempenhou, em Goiás, funções mais evangelizadoras do que educadoras (39). A atuação da Igreja, a despeito de todas as ressalvas que se lhe faça, atingia amplas camadas da população, tanto sob o aspecto de trans-

missão do conhecimento da língua portuguesa a índios e mestiços, como sob o ângulo da pregação religiosa propriamente dita.

Destaca-se, a seguir, a atividade das chamadas **escolas de primeiras letras** que, nos agrupamentos urbanos, ensinavam os rudimentos do ler, escrever e contar, a par da doutrina cristã. Nas fazendas, disseminou-se o **ensino em família**, ou seja: os pais ministravam instrução elementar aos filhos e estes, uma vez adiantados em seus conhecimentos, passavam de alunos a mestres dos irmãos mais moços (40). No início do século XX, tal praxe, consagrada pelo uso e pela tradição, passou a contar com professores, o mais das vezes itinerantes, que ajustavam seu salário com o fazendeiro e permaneciam com a família até que os alunos aprendessem quanto tinham para lhes ensinar. Cumprida sua missão, partiam para outra fazenda, e assim sucessivamente(41).

As escolas de primeiras letras, situadas em perímetro urbano, tinham caráter público ou pertenciam a particulares, regulando-se por dispositivos comuns. Consoante a legislação vigente no Império, os sucessivos Governos da Província — depois Estado de Goiás — editaram leis e regulamentos que incidiam sobre a instrução elementar, definindo conteúdos curriculares, métodos de inspeção, confecção de mapas estatísticos, requisitos para o exercício do magistério, exigências para concessão de subvenções, etc. Nota-se desde os primeiros destes dispositivos, tendências centralizadoras (42), contrariadas eventualmente por tentativas de municipalização da instrução primária.

Dentre as vantagens por que se cogitava de transferir aos municípios as responsabilidades do ensino primário, avultavam as conveniências de uma fiscalização mais direta, que prevenisse ou evitasse a apresentação de mapas fictícios de frequência, expediente usado por alguns professores ante o temor de a escola vir a ser fechada pelo Estado, caso se comprovasse reduzida matrícula(43).

Quanto ao ensino profissional, a Capital goiana dispunha de uma Escola de Aprendizizes Artífices (44), com oficinas de sapateiro, ferreiro e carpinteiro. Escola prática de trabalho, de artes e ofícios corresponderia a uma necessidade pública(45). Seus alunos eram recrutados entre "a mocidade desvalida da fortuna", que receberia "instrução primaria e o ensino de uma arte ou officio que a ponha ao abrigo dos infortúnios da sorte, fornecendo assim à sociedade cidadãos úteis a si e à pátria"(46). Dela não saíam "bacharéis nem doutores", mas também não saíam os fracos da vida, porque os que d'ali se arremessassem para a luta levariam uma profissão definida

ao lado de uma positiva confiança em seus próprios esforços". "A demanda da Escola de Aprendizes Artífices era razoável, sendo a habilitação mais procurada a de carpinteiro. Em 1914, havia 55 alunos matriculados no estabelecimento(48).

Esta a situação do ensino elementar no Estado. Com referência ao ensino secundário, funcionava na Capital o **Lyceu Goyano**, fundado em 1847, sobre o qual tecia as seguintes observações a Mensagem do Presidente do Estado, em 1911:

"O **Lyceu**, mantido à custa do Estado, era modelado pelo **Gymnasio Pedro II**, em virtude da lei sobre ensino publico; agora, porém, que o Governo da União acaba de decretar a liberdade de ensino, não reconhecendo mais privilégios, é necessário que acompanhem a lei federal remodelando o nosso Estabelecimento de Instrução, de modo a torná-lo mais practico sem o acúmulo de materiais dispendáveis.

Sem renegarmos o nosso curso de humanidades, conjunto de conhecimentos científicos e linguísticos indispensáveis ao homem culto, devemos facilitar o preparo àquelles que não querendo ter o curso completo satisfizerem-se com as disciplinas indispensáveis às matrículas nas diferentes academias. O **Lyceu** continua a funcionar regularmente, havendo 113 alumnos matriculados.

Tomaram o gráo de bacharel em letras o anno pasado 8 alumnos.

Funciona o **Lyceu** em predio alugado. Está mal installado e precisando de mobiliario adequado.

O Governo tem em mente dar-lhe melhor accomodação, ainda este anno, em edificio proprio" (49).

Do texto transcrito, deduz-se que o **Lyceu** achava-se equiparado ao **Pedro II**, o que ocorrera efetivamente em 1907(50). Seu currículo enfatizava o ensino das **humanidades** e das **ciências**, indo além do que se exigia para o ingresso nas academias, e chegando a conferir o grau de bacharel em Letras (51).

No campo das escolas particulares, de nível secundário, o Estado de Goiás dispunha, em 1911, de diversos estabelecimentos dessa natureza. Na Capital do Estado funcionava, desde 1890 o **Colégio Sant'Anna**, dirigido por irmãs dominicanas francesas, ministrando ensino primário e secundário, exclusivamente para meninas.

O ensino superior teve início, em Goiás, com uma Academia de Direito, criada em fins do século XIX — ao que conta a tradição — por insistência das moças casadouras de Goiás(52). A nova escola foi instalada somente cinco anos depois, e funcionou regularmente até 1909; no ano seguinte, encerrou provisoriamente suas atividades, sob o pretexto de que tinha reduzida matrícula, e que os títulos que conferia não eram reconhecidos nem pela União, nem pelos demais Estados(53). Justificando o fechamento temporário da Academia, que fora solicitado pelo seu antecessor, Urbano de Gouveia teceu observações candentes:

“Depois de ter funcionado por algum tempo, reconheceu-se, e foram todos acordes em que a Academia, como está constituída, não satisfaz aos fins para que fora creada.

Um máo fado presidio à sua instalação. Abastardou-se a instituição, julgando fazer serviços aos moços; não se honrou o diploma, exigindo a maior somma de conhecimentos; as proprias humanidades foram consideradas supérfluas”.

(54).

Nos seus sete anos de existência, a Academia de Direito formara 26 bacharéis, no curso jurídico, único que mantinha, com três anos de duração, e exigindo do candidato à matrícula na 1.^a série ter concluído o curso de humanidades, ou os exames gerais desses preparatórios, prestados de acordo com a legislação federal (55).

Em 1905, pouco antes de formar a primeira turma de bacharéis, eram estes declarados “advogados provisionados para todos os efeitos legais”(56). Em dezembro, concluíam o curso 16 jovens, que receberam o grau em solenidade que marcou época(57). Dos bacharéis egressos da Academia, alguns “sem o tirocínio indispensável, em virtude de uma lei de exceção, foram nomeados juizes de direito, outros ocupam cargos públicos”, segundo o Presidente Urbano de Gouveia (58). Referia-se ele às regalias concedidas pela citada Lei 263 de 7 de julho de 1905, aos bacharelados que tivessem dois anos de exercício como promotor público, curador de órfãos ou outras funções públicas, na data de formatura. Em virtude de tais regalias, poderiam eles ser nomeados, independentemente de maiores exigências, para o cargo de Juiz de Direito (59).

A má vontade de Urbano de Gouveia em relação á Academia deve ser entendida como decorrente do fato de que a sua ascensão

à Presidência do Estado ocorrera após a derrocada do grupo de Xavier de Almeida, na crista da Revolução de Maio de 1909, da qual emergiram vitoriosos as forças bulhonistas.

Ligado, partidária e familiarmente a Leopoldo de Bulhões, de quem era cunhado, Gouveia hostilizava os "xavieristas" e, possivelmente, procurava minimizar as obras do Presidente anterior, dentre as quais a instalação da Academia de Direito, para a qual também nomeara ele os lentes de todas as cadeiras.

Ao determinar o encerramento das atividades da Academia, escudado no pequeno número de alunos, que era fato incontestável, e nas precárias condições financeiras do Estado, que eram crônicas (60), Urbano de Gouveia atingiu elementos de proa do grupo de Xavier de Almeida, diminuindo-lhes a influência junto aos moços. Assim, a Academia foi fechada provisoriamente por decreto presidencial, posteriormente confirmado por lei aprovada pelo Congresso Constituinte do Estado (61). Os lentes foram dispensados (62).

4. A Lei Rivadávia em Goiás

A **Lei Orgânica do Ensino** teve ampla repercussão em todos o País, dadas as profundas modificações que buscava introduzir no panorama educacional brasileiro.

Em Goiás, tais repercussões refletiram-se em comentários da imprensa que, por sua vez, traduziam opiniões do público em geral. Consubstanciaram-se, outrossim, em alterações introduzidas no Regulamento do **Lyceu Goyano**. A nível secundário, a **Lei Rivadávia** possibilitou a abertura de alguns colégios particulares, no interior do Estado. A nível superior, contribuiu para que se cogitasse da criação da **Faculdade Livre de Direito de Goyaz**, obra de um grupo de cidadãos liderados pelo Dr. Luiz do Couto (63).

5.1 – Repercussão na Imprensa

A assinatura da **Lei Rivadávia** mereceu moderados comentários na imprensa goiana, empolgados por assuntos de interesse regional e dominada por grupos políticos antagônicos (64). Não obstante, o **Estado de Goyaz** publicou, em artigo de primeira página, extensa matéria intitulada **Reforma do Ensino**, na qual se analisam

aspectos da **Lei Orgânica**. Assinala que "a remodelação... representa um grande trabalho, um grande esforço; se dará resultados, se é proveitosa e será definitiva, só o futuro poderá nos dizer"(65).

Transcreve os comentários favoráveis feitos à Reforma pelo **Jornal do Commercio** do Rio; publica, igualmente, trechos de **O Paiz** mais estusiasta da Reforma, vendo-a como "golpe contra o bacharelismo" e celebrando a "desejada desoficialização do ensino". Prossequindo em sua aferição de opiniões, o jornal goiano transcreve também artigo de Carlos de Laet (**Jornal do Brasil**) no qual é causticamente criticada a nova Lei. Igualmente contrários são os trechos reproduzidos de artigos da **Imprensa** e do **Correio da manhã**.

Concluindo, externa o editorialista do **Estado de Goyaz**, o seu ponto de vista:

"Como vêm os leitores, a reforma está aplaudida e verberada. Ela destruiu as equiparações, condenou os diplomas, trouxe os bacharéis ao pelourinho, cortou fundo, alterou por completo a ordem do ensino secundário no Brasil..

.....
A situação do Brasil se caracteriza nestas palavras. 'Os factos, que presenciamos, demonstram o estado de desordem em que se acha o Paiz. A anarchia veio de cima para baixo. Partio da acção do Governo e contaminou todas as classes sociais. Queixe-se, pois de si mesma esta República sem justiça, sem moral, sem lei e sem Deus.'

O Ensino poderá ser salvo, quando tudo mais continua na lepra da dezorganização?

Parece que não; no entanto, os nossos melhores votos são para que proveitosos resultados sejam colhidos.

Ao **Lyceu Goiano** damos pesames. A reforma abre em torno da sua existencia uma linha de abandono, conforme os factos hão de demonstrar" (66).

O jornal **Goyaz**, o mais antigo dos semanários que circulavam na Capital do Estado, ao publicar **Relatório** apresentado pelo Secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas ao Presidente do Estado, faz referência, em **passant à Lei Orgânica**. Inicialmente, queixa-se o Secretário da "espinhosa tarefa" que lhe coubera "da direcção de uma Secretaria cuja esphera de acção abrange serviços que nenhuma afinidade guardão entre sí, dous dentre os quaes de naturezas diversas e ambos de feições delicadas: a Instrucção e as Terras..." (67)

Passando, em seguida, a analisar a situação do ensino, declara:

“... o estado geral da instrução não é satisfatório. Se há municípios nos quaes há boa escolha do pessoal docente, em outros, essa escolha obedece as instruções do partidatismo político, principalmente naquelles em que o estado custeia a instrução primária” (68).

Cumpré notar que, no mesmo ano em que a autoridade máxima da educação no Estado fazia constar de relatórios officias essa observação, foi editada a lei que transferiria aos municípios a responsabilidade da instrução primária. Diante das assertivas transcritas, permanece a dúvida sobre se a municipalização seria vista como meio de resolver o problema das interferências partidárias na instrução pública ou, se pelo contrário, significaria apenas a omissão proposital do Estado diante da situação existente (69).

Ao referir-se ao ensino secundário, o relatório em causa reporta-se ao Lyceu Goyano:

“Subordinado como se acha o regime do Lyceu ao do antigo Gymnasio Nacional, hoje Pedro Segundo, inutil será fazer considerações sobre o programa admitido; bom ou ruim, cumpre prestar obediencia a elle, na practica”.

E prossegue, já agora fazendo referências à **Lei Orgânica**:

“Considerando, entretanto, como defeituoso o regime de estudos do Pedro II) resolveu o Governo reformal-o e aguarda-se esse acto que pode trazer beneficios ao ensino publico, se é que tal reforma procurou atender o interesse da mocidade estudiosa, para tornar o ensino mais solido sem a espectacular serie de materiais, cujo ensino se resume apenas em ligeiras lições, sem a menor utilidade para certas e determinadas carreiras scientificas, e quando outras as exigem o seu ensino é deficiente”(70).

Como se vê, o **Relatório** em causa, publicado em 6 de maio de 1911, quase um mês após a edição da **Lei Pivadavia** — que data de 5 de abril de 1911 — foi possivelmente elaborado antes da vigência desta. Da leitura da lei orçamentária, que autorizara o Poder Executivo a proceder às reformas da instrução pública, certamente tivera o Secretário Albernaz conhecimento das inovações

que se anunciavam, mas as recebeu com inegável ceticismo, no que, aliás concordava com os comentários feitos pelo **Estado de Goyaz**, conforme vimos de referir.

4.1 — Ensino Secundário — os reflexos da Lei Rivadávia em Goiás poderão ser analisados, no que diz respeito ao ensino secundário, em relação aos estabelecimentos particulares de ensino e em relação aos de cunho oficial.

Quanto aos primeiros, há notícias da fundação de, pelo menos, dois novos estabelecimentos no interior do Estado: o **Collegio Immaculada Conceição**, em Pirenópolis, e o **Collegio Novaes**, em Curalinho.

Pirenópolis — antiga vila mineradora de Meiaponte, fundada no século XVIII — rivalizava com a Capital em importância cultural. Situada ao sopé dos Montes Pireneus, sediou o primeiro jornal goiano, o **Matutina Meyapontense** (71), bem como antigo colégio secundário, o **Nosso Senhor do Bomfim** (72). Em 1912, chegavam a Pirenópolis seis freiras espanholas da Congregação das Filhas de Jesus, que instalaram o **Collegio Immaculada Conceição** para a “educação religiosa, moral, profissional, artística e científica” das meninas e moças das regiões próximas (73). O estabelecimento funcionou em regime de internato e recebeu alunas de todo o Estado, especialmente de Pirenópolis, Corumbá, Jaraguá e Anápolis, até encerrar suas atividades na década de 1920/1929.

Curalinho, hoje Itaberaí, distante pouco mais de 30 Km da Capital, teve sua fundação ligada à criação de gado, que se iniciava na região nos fins do século XVIII. Adquiriu foros de cidade em 1903 (74) Alguns anos depois (75), ali foi instalado o **Collegio Novaes**, com os cursos “primário e intermediário”, funcionando com internato e externato. O colégio dispunha de “amphyteatro, no qual funciona o **Club Litterario Recreativo e Sportivo**, para cultura physica, moral e intelectual dos alunos”. Também abrigava a **Biblioteca Anhanguera**, contando “perto de 150 obras, além das revistas e varios jornaes”. Estava prevista, outrossim, a organização do “**Batalhão do Collegio**, isentando potanto, nossos alumnos do sorteio militar” (76).

Não há notícias sobre a criação e instalação de mais estabelecimentos particulares de ensino secundário no Estado, durante a vigência da **Lei Orgânica**. Também faltam informações sobre as relações existentes entre estes e os órgãos oficiais de ensino, se é

que terão existido quaisquer ligações ou interferências. Relativamente aos colégios fundados em data anterior, tornam-se necessárias referências ao **Collegio Sant'Anna** e o **Seminario Diocesano Santa Cruz**.

O **Collegio Sant'Anna**, dirigido por freiras dominicanas francesas, fora instalado na cidade de Goiás no alvorecer da República (77) destinando-se a formação de "boas mães de família" (78) através de um currículo diversificado de estudos acadêmicos e de prendas artísticas e domésticas. Em 1907, teve o seu curso normal equiparado à **Escola Normal Oficial do Estado** (79), mas somente o instalou em 1915, com a vigência dos novos Estatutos do Collegio. Desconhecem-se os motivos dessa anomalia, ou seja, da equiparação concedida previamente ao funcionamento propriamente dito ao curso normal. Nos Estatutos de 1915 transparece o cuidado do estabelecimento em manter, como prioritários, os objetivos da educação de moças para torná-las "bem instruídas e bem educadas nos princípios da Santa Religião" (80). Sobre o "curso secundário ou normal" é feita a seguinte observação:

"Hoje, sem desnortear-nos desse objectivo, cada vez mais importante, na sociedade (a formação de boas mães de família), o Collegio querendo prestar-se ainda melhor à difusão da instrução publica do Estado, pela formação também de professores habilitados para o magistério, resolveu entrar no gozo das regalias a elle conferidas pela lei n.º 301 de 18 de julho de 1907 que o equiparou à Escola Normal Oficial do Estado.

Chama-se pois a atenção das exmas. Famílias para o novo programma e novos estatutos que serão postos em vigor desta data em diante" (81).

Pode-se conjecturar que, com a vigência da **Lei Rivadávia**: a direção do **Collegio Sant'Anna** se tenha sentido desestimulada em relação ao funcionamento do curso normal, dada a sustação de eventuais privilégios decorrentes de títulos obtidos mediante a conclusão de estudos. Com a posterior **Reforma Maximiliano**, restritiva da concessão do instituto da equiparação, no plano federal, o Collegio Sant'Anna houve por bem evocar as regalias que lhe tinham sido conferidas pelo Estado, e ajustar o currículo do curso secundário que ministrava ao da Escola Normal Oficial a saber:

“São trez os cursos do colégio: o primário, o complementar, e o secundário ou normal (...). O curso secundário ou normal está organizado de perfeita conformidade com o programa da Escola Normal Official...”(82).

Relativamente ao **Seminario Diocesano de Santa Cruz**, destinava-se o mesmo a “educar e preparar bons padres”, mantendo dois cursos: o secundário e o superior ou teológico (83). Instalado em Goiás em 1871, fora depois transferido para Uberaba. Reaberto no arraial de Ouro Fino, nas cercanias da Capital voltou para sua sede anterior, no centro da cidade, em 1913. Funcionava em regime de internato, passando, a admitir alunos externos e a competir com o Lyceu na preferência dos estudantes secundários, a partir de então (84).

Durante o período em que vigorou a **Lei Orgânica**, foi o curso secundário do **Seminário Diocesano** equiparado “para todos os efeitos legais” ao **Lyceu Goyano**, mediante lei estadual (85). Contrariando diretrizes federais, o **Seminário** não só continuava a expedir diplomas aos concluintes do seu curso, como era conferido valor legal a tais documentos pelo Estado de Goiás, desde que obedecidos determinados requisitos, a saber: “sejam lecionadas as mesmas disciplinas e, pelos diplomados, pagos os sellos e impostos exigidos pelo **Regulamento do Lyceu** e que tenham o visto do **Secretário de Instrução** (86).

Do exposto, conclui-se que a desoficialização do ensino foi ignorada pelo Governo de Goiás, pelo menos no que diz respeito à expedição de diplomas e à concessão de privilégios aos diplomados.

A atitude das autoridades provinciais em relação à **Lei Orgânica** era, como já foi dito, de expectativa e de relativo ceticismo, nos termos do relatório apresentado em 1911, pelo **Secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas**, **Bernardo Antônio de Faria Albernaz**.

Especificamente em relação ao ensino secundário, a **Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo**, também em 1911, registrava:

“O **Lycêo** tem dado regulares resultados e melhores serão se não fosse a tolerância que felizmente ainda não tocou nos limites condenáveis.

Sua frequência é de 105 alumnos. As aulas funcionam regularmente e os Professores são assíduos e zelosos. Func-

ciona o Lyceu em um predio particular, sem as accomodações precisas. Está mal instalado" (87).

No ano seguinte — 1912 — na **Mensagem** anual do Presidente ao Congresso Legislativo, a preocupação mais acentuada, no tocante ao ensino secundário no Estado, voltava-se para as alterações decorrentes da aplicação da **Lei Rivadávia** ao único estabelecimento desse nível mantido pelo Estado:

"Tendo perdido o Lyceu, em virtude do decreto n.º 8.659 de 5 de abril do anno passado, as prerrogativas da equiparação ao estabelecimento federal congenere, nomeou o Governo uma comissão para organizar um novo regulamento que, quanto possível se conformasse com o plano concretizado na Lei Orgânica daquele decreto.

O regulamento organizado pela comissão foi mandado observar pelo decreto n.º 3004, de 9 de agosto ultimo, excepto na parte comprehendida nos artigos 22, 133 a 139 e 156, que encerram disposições dependentes da vossa decisão". (88)

O **Regulamento** em questão (89) compreende 256 artigos, distribuidos entre três Títulos, a saber:

Título I — Da organização do Lyceu

Título II — Do provimento dos cargos docentes

Título III — Da administração do Lyceu

Em confronto com o **Regulamento** anterior, vigente no Lyceu desde 1904, o novo texto introduziu inovações significativas, tais como:

I — Quanto aos aspectos didáticos-pedagógicos —

No art. 2.º — desmembramento das "Sciencias Phisicas e Naturaes" em "Physica, Chimica e Historia Natural, com ênfase em "aulas practicas de laboratorio";

— introdução do "estudo practico e litterario" no ensino de línguas vivas; e do estudo da "litteratura" no ensino do latim;

— inclusão de "Psychologia e logica" no currículo;
— supressão das cadeiras de "Noções da Constituição Federal e do Estado" e "Contabilidade e Escripção Mercantil".

No art. 43 -- supressão dos exames de madureza e dos exames de sufficiencia e sua substituição pelos exames de promoção e final.

Nos arts. 48 e 92 — adoção do sistema de reprovação por série, quando o aluno não alcançasse a média mínima em três ou mais cadeiras.

No art. 64 — previsão de provas escritas e orais nos exames de promoção; idem, de provas escritas, orais, práticas e gráficas nos exames finais, conforme a natureza da cadeira.

No art. 66 — atribuição, à Congregação, da responsabilidade da aprovação dos programas de ensino.

II — Quanto ao corpo discente —

Nos art. 8.º e 11 — exclusão da figura do aluno ouvinte, mantido porém o aluno especial, matriculado "em uma ou mais classes".

No art. 16 — facultada a matrícula a "aluno do sexo feminino, para os quaes haverá logar separado nas salas".

III — quanto ao corpo docente —

Nos art. 199 e seguintes — disciplinamento da realização de concurso para as cátedras, com exigência de tese, prova escrita e prova oral, esta com o "carater de uma lição".

IV — Quanto a títulos e solenidades —

Nos art. 97 a 108 — ampliação das disposições sobre a "collação de grau" e o diploma de bacharel, incluindo referência aos juramentos, imposição de borla, anel de formatura, etc.

Finalmente, em relação à manutenção dos direitos e regalias consagrados anteriormente à **Lei Orgânica** (art. 26), o **Regulamento do Lyceu** ampliou-os, prevendo a possibilidade de concessão de vitaliciedade a professores não concursados (art.156) bem como a outorga de adicionais aos vencimentos dos **lentes**, em proporção ao tempo de serviço, em outros benefícios (art. 133 a 139).

A vitaliciedade poderia ser concedida pelo Governo ao **Lente temporário** que contasse “mais de cinco annos de serviço effectivo”, e apenas quando proposta pela Congregação. Os adicionais, ou acréscimos de vencimentos, passariam a ser um dos direitos dos **lentes** que tivessem bem cumprido as suas funções. Poderiam atingir o teto de 40%, calculado sobre o ordenado mensal dos professores que completassem 30 annos de magistério. Previa-se, outrossim, aposentadoria por invalidez, em determinadas circunstâncias e, ainda, a possibilidade de concessão de licenças, por motivo de moléstia ou para interesse particulares.

Tais dispositivos — bem como os que se referiam ao pagamento de taxas pelos alunos (art. 22) — foram vetados pelo Presidente do Estado, conforme referido anteriormente. Encaminhada a matéria à apreciação do Legislativo, foi ela novamente objeto de referência especial na Mensagem do Presidente do Estado, encaminhada ao Congresso Legislativo em 1913, nos seguintes termos:

“Nego sanção ao presente projeto (de Regulamento) visto julgal-o contrario aos interesses do Estado(...) o criterio para a vitaliciedade foi sempre o grao de preparo do professor, verificado em concurso solemne(...) Ora, tornar vitalicios por meio de uma lei até os contractados, sem que esteja comprovada a sua capacidade profissional e sua competência para o magistério é atentar contra o desenvolvimento e a boa ordem do ensino (90)”.

O assunto teria ampla ressonância no seio da opinião pública e da imprensa que registrou, com destaque, a rejeição do veto presidencial pelo Congresso Constituinte (91). A concessão da vitaliciedade, tal como proposta e finalmente aprovada pelo Legislativo, era interpretada como contrária à austeridade que até então prevalecera nos processos de seleção do corpo docente do mais tradicional estabelecimento de ensino do Estado (92).

Não se acham esclarecidos os motivos que terão levado o Congresso Legislativo a manter os artigos vetados pelo Presidente:

razões e interesses de ordem familiar e política assim o decidiram. A Lei n.º 425 de 18.6.1913 aprovou, *in totum*, o **Regulamento do Lyceu**, inclusive na parte antes vetada, que beneficiava os lentes não concursados daquela casa de ensino.

Do exposto, é possível deduzir que, embora não fosse obrigado a acolher os dispositivos da **Lei Rivadávia**, por ser o **Lyceu Goyano** instituto de ensino mantido pelo Estado, foi intenção do Governo adotá-la no que fosse possível. A nível secundário continuaria, pois o Colégio Pedro II, pelos dispositivos que o disciplinavam na **Lei Orgânica**, a servir de modelo para aquele estabelecimento.

O novo **Regulamento do Lyceu**, elaborado em 1911, adotou efetivamente, algumas das diretrizes da nova lei do ensino. Manteve-se, porém, distante da mesma em matérias de importância fundamental, relativas à autonomia dos estabelecimentos, à não concessão de diplomas e privilégios, à escolha e nomeação do Diretor e outras.

À oportunidade, mantida embora a existência de concursos para admissão de lentes ao Lyceu, tornou-se possível a concessão de vitaliciedade a professores contratados. A despeito da oposição do Executivo, tal disposição prevaleceu, por decisão do Legislativo (93).

Para finalizar, cumpre registrar que, revogada a **Lei Orgânica** em 1915 (94) e revigorado o instituto da equiparação, o Lyceu Goyano foi "reputado idôneo" perante o Conselho Superior de Ensino (95), em sessão de 16 de junho do mesmo ano. Para efeito de sua equiparação ao Colégio Pedro II, foram efetuadas alterações no Regulamento e depositada a quantia de 3:500\$000, como quota de fiscalização para 1915 (96).

As modificações introduzidas referiam-se ao currículo oferecido, igualando-o ao Pedro II, sem cuidarem, todavia, de revogar aqueles benefícios concedidos aos docentes pelo **Regulamento** de 1911, e que tanta celeuma tinham provocado. Mais uma vez o **Lyceu Goyano** foi declarado instituto equiparado ao congêneres federal, em 12 de agosto de 1918, mediante diploma que foi conferido, assinado pelo Ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, atendendo a parecer favorável do Conselho Superior de Ensino. Manifestações de júbilo marcaram tal acontecimento na cidade de Goiás (97).

Ainda no campo do ensino secundário, uma iniciativa merece ser referida, no período considerado, pelo seu ineditismo: a

criação de uma Escola de Agronomia pelo Congresso Legislativo do Estado (98).

Teria a escola a finalidade de "administrar ensino medio, theorico, e practico da Agricultura" devendo ser "modelada, tanto quanto possivel, pela sua congenere estabelecida pelo Governo Federal" (99).

Aos alunos que concluíssem o curso de Agronomia seria entregue, junto com o diploma, o título provisório de uma data de terras de 900 hectares. Esta constituir-se-ia de "terras devolutas, à escolha do graduando", que receberia gratuitamente o título não lhe sendo permitido, porém, usar do direito de transferência. O documento definitivo da posse da terra seria expedido "dentro do prazo de dois annos", exigindo-se que o beneficiário provasse "ter-se estabelecido no terreno com cultura e criação" (100). Previam-se, igualmente, financiamento governamental para a aquisição de equipamentos, a ser ressarcido mediante indenização (101).

A Escola de Agronomia, porém, ao que tudo indica, não logrou tornar-se realidade, embora correspondesse, sem dúvida, a um reclamo da sociedade e da economia goianas.

4.2. Ensino Superior — Conforme referido anteriormente, o Estado de Goiás possuía um único estabelecimento de ensino superior, a Academia de Direito que funcionou de 1903 a 1910, quando, em **Mensagem** do Presidente do Estado, foram colocadas, em forma alternativa, as providências a serem tomadas pelo Governo em relação à mesma: "Tornar completo o curso juridico, de maneira que possa solicitar a sua equiparação as Academias officiais da República ou suprimil-o" (102).

Em verdade, já então fora assinado decreto no sentido de suprimir provisoriamente a Academia (103), ato que, submetido ao Congresso Legislativo, haveria de converter-se em lei, sob o pretexto da inexistência de alunos no curso, a par da situação irregular do mesmo, não equiparado aos "estabelecimentos officiaes" (104).

O período que medeia entre 1910 e 1915 vai assistir, inicialmente, aos debates e repercussões do fechamento do curso jurídico, para, em uma segunda etapa, viver a esperança da sua reabertura.

A imprensa registra, no início de 1910, o inconformismo dos lentes **cathedráticos** da Academia, que encaminharam requerimento ao Governo do Estado, no sentido de receberem seus vencimentos.

mentos "até 5 do corrente" (mês de janeiro), ao mesmo tempo que apresentavam veladas críticas às razões determinantes do fechamento provisório daquela casa de ensino (105). O despacho de indeferimento do pedido assinala que os lentes da Academia "são demissíveis *ad nutum*" e, diante do fato que o fechamento definitivo do curso ainda se encontrava na dependência de decisão do Congresso Legislativo, acrescenta:

"Se o Congresso não aprovar o acto do Governo, a Academia continuará, mas os lentes continuarão dispensados, porque a sua dispensa não independe de aprovação do Congresso" (106).

O tom acre com que foi tratada a questão, a par das referências pouco elogiosas feitas à Academia por Urbano de Gouveia, enquanto Presidente, confirmam a suposição de que, no cerne dos motivos que levaram à supressão da Academia estariam desentendimentos políticos, ligados às rivalidades existentes entre o grupo de Leopoldo de Bulhões, então no poder, e a facção de Xavier de Almeida, que fizera instalar e funcionar o curso jurídico.

Assim é que, em 1914, afastado Gouveia da Presidencia, a existência de uma Academia de Direito em Goiás é vista sob outro ângulo. Pondera o Presidente recém-empossado, Olegario Herculanino da Silveira Pinto:

"O Poder Executivo ao expedir aquele Decreto n.º 2581, teve em vista as condições financeiras do momento e a circunstância de não haver na ocasião um só alumno matriculado nesse estabelecimento.

Sendo como eram taes motivos puramente acciden-taes, parecia que ao Congresso competia apenas aprovar o acto, conservando de pé a instituição que tão assinalados serviços vinha prestando à mocidade estudiosa de nossa terra, até que as circunstâncias permitissem de novo o seu normal funcionamento.

Não me parece que a despesa realizada com esse Curso de Direito, único de instrucção superior em nosso Estado, fosse tão grande de modo a impedir a sua continuação e determinar a sua suppressão definitiva. Os benefícios prodigalizados pela extincta Academia ainda perduram e estão patentes aos olhos de todos. Basta considerar que das ac-

tuas comarcas do Estado em numero de 18, apenas 5 estão providas por juizes de Direito não formados na Academia de Goiás" (107). E prossegue a **Mensagem** assinalando a dificuldade encontrada pelo Governo "até no preenchimento dos logares de Juizes de Direito, devido a escassez de bachareis, sendo raros os que de outros Estados se sujeitam a virem ocupar-os" (108).

Após acentuar que "muito poucas são as capitaes do Estado que não possuem ao menos um estabelecimento dessa ordem", assinala ser de "imprescindivel necessidade a restauração da Academia de Direito", mas que "essa restauração não se deverá fazer obedecendo aos moldes instituidos pela primitiva lei (...) torna-se mister a sua (da Academia) equiparação aos estabelecimentos congeneres, tanto nacionaes como os livres que gosam das mesmas vantagens" (109).

Finalmente, conclui a exposição do Presidente do Estado:

"Na lei que a respeito tiverdes de elaborar convem que fique expressa a faculdade de poderem os bachareis da extincta Academia, fazer exame vago e conjuncto das cadeiras, que lhes faltarem para completar o curso de Direito, **segundo o programa official, fornecendo-lhes um certificado ou diploma que os habilite a serem equiparados aos demais bachareis da República para todos os effeitos legais**" (o grifo é nosso).

Vê-se, pois, que o novo Governo instalado em Goiás propunha-se recriar a Academia de Direito, em moldes anteriores aos da **Lei Orgânica** ou seja: de acordo com o "programa Official", que esta não definira; e para "effeitos legaes", que inexistiam. Única e parcial concessão, feita às disposições vigentes desde 1911, é a referência a "certificado ou diplomma", em pé de igualdade, quando a **Lei Rivadávia** de há muito proscivera este último.

A idéia de reviver a Academia de Direito encontrava agasalho junto à mocidade, e, sobretudo, entre aqueles jovens menos abastados que não poderiam buscar instruir-se nos grandes centros urbanos do País (110). A iniciativa proposta era combatida porém, por pessoas ligadas ao governo anterior, já agora sob a alegação de

que a instrução primária deveria ser atendida em primeiro lugar. Dizia, então um articulista: "De que vale culminarem os mais protegidos da fortuna em um instituto de ensino superior, quando o elemento popular em sua percentagem aterradora tatêa nas trevas?" (111)

A recriação da Academia de Direito iria hibernar, e nada de concreto foi realizado, para tal fim, até 1916, quando um grupo de cidadãos tomou a si a idéia, concretizando-a através da instalação de uma Faculdade Livre de Direito, instituição mantida às expensas de particulares, mais tarde vindo a contar com subvenção oficial.

É digno de nota o fato de que, entre os entusiastas pela fundação da nova Faculdade, ocupavam posição de liderança alguns dos bacharéis egressos da antiga Academia, que haviam logrado revalidar os seus títulos em escolas oficiais (112) e que viriam a tornar-se professores do novo estabelecimento de ensino jurídico.

Instalada solenemente, em 1.º.7.1918, a Faculdade Livre de Direito contou com o apoio do Secretário de Instrução do Estado, que veio a ser o seu primeiro Diretor. Ao noticiar o acontecimento, um dos jornais da Capital registrava que a extinta Academia proporcionara "aos moços pobres collocações de destaque na nossa sociedade e à justiça pública maior relevo". Sobre a Faculdade que iniciava suas atividades, assinalava que fora fundada "sem a menor intervenção do partido. Foi uma iniciativa particular que encontrou nos homens de responsabilidade todo o agasalho" (113).

Em resumo: no que diz respeito ao ensino superior, o período de vigência da **Lei Orgânica** correspondeu ao da supressão do único estabelecimento de ensino superior existente no Estado de Goiás.

A nova orientação que impregnava a **Lei Rivadávia** — de estímulo à livre iniciativa e concorrência — deixou, como fruto tardio no Estado, a Faculdade Livre de Direito, criada em 1916 e mantida por particulares, aspirando contudo à equiparação oficial.

A título de registro, fica assinalado, outrossim, que somente em 1922 seria instalado mais um estabelecimento de ensino superior em Goiás: a **Escola de Pharmacia**, também fundada por particulares e funcionando no Hospital de Caridade (114).

5. Conclusões

Do estudo feito, é possível concluir que a **Reforma Rivadávia** pode ser inserida no quadro de insatisfação generalizada, que marcava a sociedade brasileira, no despontar da segunda década deste século. Essa insatisfação, nascida da avaliação crítica das poucas realizações da República que fora possível construir — em confronto com aquela que se desejara alcançar — resultou, na área da educação, em um retorno ao positivismo que estivera nas origens do movimento republicano, e que nortearia, igualmente, a chamada **Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental**.

A mesma insatisfação, somada às crises que antecederam à 1.^a Grande Guerra, quando o Brasil se caracterizava como país de reduzida expressão política e econômica, no cenário internacional, gerou a consciência de que, na área da educação, providências deviam ser tomadas para modificar a realidade existente, ou seja: ensino de má qualidade e insuficiente, analfabetismo e atraso cultural. Em consequência, optou o governo Hermes pela quebra da tradição, com a edição da chamada **Lei Rivadávia**, que introduziu o regime da liberdade, da desoficialização e da livre concorrência no ensino, como remédios heróicos para os males crônicos da educação no País.

No plano estadual, Goiás enfrentava problemas relativos à sua economia precária vinculada a produtos primários; à população rarefeita; às enormes distâncias e à falta de comunicação com os centros mais adiantados do País. A rede de ensino do Estado era deficiente, quantitativa e qualitativamente, tanto no grau elementar, como no secundário. O único estabelecimento de ensino superior existente no Estado fora extinto em 1910.

Relativamente à situação política local, tinham voltado ao poder os **Bulhões**, cujo expoente máximo, Leopoldo de Bulhões, detinha prestígio e expressão nacionais. O quadriênio de Hermes da Fonseca representou um período de transição nos quadros estaduais, pois — através de uma das suas **salvações** — levou à derrocada o grupo dominante, permitindo o surgimento de outra oligarquia, a dos **Caiado**.

Em 1911, a deficiente instrução primária de Goiás foi entregue aos municípios, decisão esta logo revista, com o retorno do ensino elementar à responsabilidade do Estado, em 1913.

Nos níveis secundários e superior, diretamente afetados pela **Lei Orgânica**, e no tocante à reação da imprensa goiana, as repercus-

sões das novas diretrizes educacionais foram restritas. De um modo geral, os jornais do Estado ignoraram o assunto, ou dele trataram com indiferença e ceticismo.

Mantendo um único estabelecimento de ensino secundário — o **Lyceu Goyano** — O governo estadual decidiu aplicar-lhe a **Lei Rivadávia**, no que fosse possível. As alterações introduzidas no **Regulamento do Lyceu**, em 1911, harmonizavam-se em parte, com os dispositivos da **Lei Orgânica**, no que respeitava a assuntos didáticos-pedagógicos. Quanto aos aspectos institucionais e formais — de autonomia dos estabelecimentos e da supressão de regalias e diplomas — as posições inovadoras da lei foram ignoradas, prevalecendo, e até mesmo sendo reforçada a tradição. Como única expressão de autonomia da Congregação, restou, no novo **Regulamento do Lyceu**, a concessão de algumas regalias e vantagens aos docentes do estabelecimento, a despeito de cerrada oposição do Executivo e da imprensa governista.

No ensino secundário, mantido por particulares, assinala-se, na Capital, a equiparação do **Seminário Diocesano Santa Cruz ao Lyceu Goyano**, em plena vigência da **Lei Orgânica**. Outro fato a registrar é o não funcionamento do curso normal do **Collegio Sant'Anna**, adrede equiparado à **Escola Normal Official**, e que somente viria a ser instalado com a edição da **Reforma Maximiliano**.

No interior do Estado, durante o período de vigência da **Lei Rivadávia**, foram inaugurados, pelo menos, dois estabelecimentos de ensino primário e secundário: o **Collegio Immaculada Conceição**, de Pirenópolis, de cunho religioso; e o **Collegio Novaes**, mantido por leigos, em Currealinho (Itaberaí).

Por outro lado, a extinção, possivelmente por motivos de ordem política, da Academia de Direito de Goyaz, em 1910, privou o Estado do seu único instituto de ensino superior. No último ano de vigência da **Lei Orgânica** (1914), reavivou-se a idéia de reeditar a Academia, como antes sob a égide do Governo Estadual, e estruturada em moldes antigos, consentâneos com a legislação anterior. A iniciativa da recriação do curso jurídico somente lograria êxito, porém, em 1916, com a instalação da **Faculdade Livre de Direito**, mantida por particulares — fruto tardio da **Lei Rivadávia** em Goiás.

Em resumo: as proposições mais inovadoras da **Lei Orgânica** — autonomia dos estabelecimentos de ensino, desoficialização e livre — concorrência, proscrição do bacharelismo — não foram se-

quer tentadas, em Goiás. Para que tal ocorresse, contribuíram o apego à rotina e à tradição, característico das isoladas elites locais, a par do possível desconhecimento do alcance da nova orientação adotada pelo Governo Federal, em matéria de educação.

-
1. Lei n. 2536 de 31.12.1910, art. 3.º e 4.º. Durante a Primeira República era comum o artifício de incluir na **Lei Orçamentária** assuntos importantes, mas que lhe eram estranhos, constituindo a **cauda orçamentária**.
 2. Decreto n. 8.659 de 5.4.1911.
 3. As reformas de ensino, editadas durante a Primeira República, tornaram-se conhecidas pelos nomes dos titulares da pasta da Justiça e Negócios Interiores, à qual se vinculavam os assuntos da educação e cultura.
 4. Dentre outros: Dec. 407 de 17.5.1890 e Dec. 982 de 8.11.1890, referentes à Escola Normal do Rio de Janeiro. Dec. 981 de 8.11.1890, relativo à Instrução Primária do DF.
 5. AZEVEDO Fernando. **A Cultura Brasileira**. Companhia Melhoramentos de São Paulo, S.P., 1971, p. 620 e 621.
 6. COMTE, Augusto. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. Editora Globo/EDUSP. São Paulo, 1976, p. 95 e seg.
 7. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24.2.1891, art. 72, § 24. COMPANHOLE, Adriano *et alii* – **Todas as Constituições do Brasil**. Ed. Atlas S.A., São Paulo, 1976, p. 477.
 8. AZEVEDO, F. *Op. cit.*, p. 637.
 9. *Idem*, p. 629.
 10. NERE, Jacques *et alii*. **História Contemporânea**. DIFEL, São Paulo/Rio Janeiro, 1975., p. 226.
 11. *Id.* p. 340.
 12. BELLO, José Maria. **História da República (1889–1954)**. Cia Editora Nacional, 7.ª ed., São Paulo, 1976, p. 203.
 13. BELLO, J.M. *Id.*, p. 204.
 14. CARONE, Edgard. **A República Velha (Evolução Política)**. DIFEL, São Paulo, 1971, p. 245.
 15. NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. EU/DIFEL, São Paulo, 197, p. 8.
 16. BELLO, J.M. *Op. cit.*, p. 221.
 17. NAGLE, J. *Op. cit.*, p. 100

18. Lei n. 2356 de 31.12.1910, art. 3.º e 4.º .
19. BARBALHO, João. **Constituição Federal Brasileira. Comentários.** Typographia da Companhia Lytho – Typographia em Sapopemba, 1902, p. 329 a 331.
20. Transcrito em **Estado de Goyaz**, Anno I, n.º 19, p. 1 e 2, de 27.04.1911.
21. NAGLE, j. Op. cit., p. 144.
22. O **Bureau of Education** foi fundado em 1867; suas atribuições, a princípio limitadas, foram ampliadas posteriormente. V. HANS, Nicholas – **Educação Comparada.** C.E.N., São Paulo, 1971, p. 349.
23. A notícia da proclamação da República chegou à Capital goiana somente a 5 de dezembro e foi comunicada à população, que se reunira no Largo da Matriz, pelo Presidente do Clube Republicano, Joaquim Xavier Guimarães Natal. Como expressão do entusiasmo dominante, “foi entoado o heróico hino francês, a Marselhesa, num impressionante còro de milhares de vozes.” Apud COUTO, Goiás do. **Memórias e Belezas da Cidade de Goiás.** Cidade de Goiás, 1958, p. 19 e 20.
24. PALACIN Luiz e MORAES, Ma. Augusta S. **História de Goiás.** Goiânia, Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1975, p. 82. Leopoldo de Bulhões e Felix de Bulhões destacaram-se como políticos liberais, sendo o último conhecido como o “Castro Alves goiano”, pela sua atuação a favor da abolição dos escravos. Era poeta e compôs o Hino Abolicionista Goiano.
25. Integravam o chamado “clã bulhônico”, dentre outros:
 - José Leopoldo de Bulhões – seu chefe
 - Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim – primo e cunhado de José Leopoldo.
 - Benedito Felix de Souza – tio, cunhado e sogro de José Leopoldo
 - Joaquim Felix de Souza – tio de José Leopoldo
 - Urbano Coelho de Gouveia – cunhado de José Leopoldo
 - Antônio José Caiado, Joaquim Fernandes de Carvalho e Luiz Gonzaga Jayme – correligionários políticos, sem parentesco com a família Bulhões. Apud MORAES, Ma. Augusta Sant’Anna. **História de Uma Oligarquia: Os Bulhões.** Ed. Oriente, Goiânia, 1974, p. 128.
26. PALACIN, L. Op. cit. p. 87
27. MORAES, Ma. Augusta Sant’Anna. Op. cit., p. 158
28. Idem, - p. 207.
29. Ibidem.
30. PALACIN, L. Op. cit., p. 21.
31. GOMES Modesto. **Os turbulentos arraiais goianos**, in **Cadernos de Estudos Brasileiros**, n.º 1, Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1963, p. 122.
32. PALACIN, L. Op. cit. . 36.
33. Idem, p. 70.

34. O telégrafo chegou a Goiás em 1891. PALACIN, L. Op. cit. p. 91.
35. Os trilhos da Estrada de Ferro de Goiás chegaram a Goiânia em 1950, Daí, estenderam-se em 1957 ao vizinho bairro de Campinas, onde se detiveram até os dias atuais.
36. Assinala Saint-Hillaire: "A chegada de um Capitão General em Vila Boa espalhava o terror entre os homens e punha em alvoroço a ambição das mulheres. Já se sabia que o capitão em breve escolheria uma amante e, até que ele lançasse a luva, cada qual tremia pela sua". Transcrito por GOMES, M. Op. cit. p. 116.
37. Idem, p. 117.
38. PALACIN, L. Op. cit., p. 99.
39. Nem mesmo os jesuítas fundaram colégios em Goiás, limitando sua atuação à catequese de índios, às margens do Rio Tocantins. Apud SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. Ed. Oriente, Goiânia, 1975, p. 35.
40. Idem, p. 50 e seg.
41. Idem, p. 53.
42. Idem, p. 55.
43. Idem, p. 90.
44. Criada pelo Decreto n. 7.556 de 23.09.1909 e instalada a 01.01. 1910.
45. **Discurso proferido na instalação da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás**, pelo seu Diretor, Coronel Virgílio de Barros , em 1.º 01.1910. *Ín Goyaz*, Anno XXV, n. 1.097, p. 1, 08.01.1910.
46. **Acta da Instalação da Eschola de Aprendizes Artífices**. Ibidem.
47. **Resumo do discurso do Dr. Joviano de Moraes, Secretário de Finanças e da Instrução**, na instalação da Escola de Aprendizes Artífices. Ibidem.
48. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário Herculano da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1913**, p. 28 a 34. Typographiado Estado de Goyaz, Goiás, 1914.
49. GOUVEA, Urbano de. **Mensagem cit.**, p. 10.
50. Decreto n.º 6.630 de 5.9.1907.
51. O currículo do Lyceu, a partir de 1894, incluía: Português, Inglês, Francês, Italiano, História, Geografia, Cosmografia, Constituição Federal e do Estado, Ciências Físicas e Naturais, Aritmética, Contabilidade, Escrituração Mercantil, Algebra, Geometria, Trigonometria e Desenho. In BRETAS, Genesco "127 anos de Lyceu". *Nossa*, Ano I, nº 2, Goiânia, março de 1974, p. 10.
52. A **Academia de Direito de Goyaz** foi criada pela Lei n.º 186 de 13.8.1898. Consta da tradição oral da família Albernaz que, estando no exercício da Presidência do Estado o Vice-Presidente Bernardo Antonio de Faria Albernaz, foi ele visitado por uma comissão de moças que lhe dirigiu veemente apelo, no sentido de que criasse uma Academia de Direito na Capital do Estado. Fundamentavam o pedido no fato de que os

rapazes das melhores famílias goianas iam estudar nas faculdades do Rio de Janeiro ou de São Paulo, e quando regressavam formados, estavam noivos ou casados, em detrimento dos interesses das jovens residentes em Goiás. O episódio foi narrado pelo Professor Dr. Cid Albernaz de Oliveira, descendente, em linha direta, de Bernardo Antônio Faria Albernaz, e atual Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. A citada Lei n. 186 de 13.8.1898 resultou de projeto apresentado ao Congresso Legislativo, pelo então deputado José Xavier de Almeida, o mesmo que, como Presidente do Estado iria instalar a Academia.

53. GOUVEIA U. **Mensagem** Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz a 15 de Maio de 1911 pelo Exmo. Sr. Coronel Dr. Urbano de Gouveia, Presidente do Estado, Typografia do Goyaz, 1911. (P. 10).
54. *Ibidem*.
55. CASTRO Abel Soares de. **Origem dos Institutos Jurídicos de Goyaz**. Departamento Estadual de Cultura, Goiânia, 1946, p. 23.
56. Lei n. 263 de 07.07. 1905.
57. Em 1906 contavam-se mais 5 concluintes. Em 1907, não houve formatura, por falta de alunos matriculados na 3.^a série. Em 1908, terminaram o curso apenas 2 bacharelados. Apud CASTRO, Abel S. Op. cit. p. 36 à 38.
58. GOUVEIA Urbano de. **Mensagem** cit. p. 10.
59. Art. 3.^o da Lei 263 de 07.07.1905. As regalias foram estendidas aos demais bacharelados pela Lei n. 276 de 12.07.1906.
60. O orçamento estadual estimara a receita, para o exercício de 1909, em 878:000\$000. Os gastos com a Academia somavam 19:000\$000. CASTRO, A. Soares. Op. cit., p. 10.
61. Decreto n. 2581 de 18.2 1909 e Lei n.^o 362 de 30.06.1910, respectivamente.
62. *O Goyaz*, Anno XXIV, n. 1.100, p. 1 e 2, 29.1.1910 publica requerimento dos lentes **catedráticos** da extinta Academia, pelo qual pleiteavam pagamento de vencimentos até 17 de dezembro. O requerimento foi indeferido, em termos contundentes, pelo Secretário de Instrução, Terras e Obras Públicas.
63. CASTRO, A. S. Op. cit., p. 68.
64. Dos jornais publicados à época na Capital, destacam-se: **O Estado de Goyaz**, da facção bulhonista; **Goyaz**, órgão do Partido Democrático; **A Imprensa**, ligada ao grupo de Xavier de Almeida; **O Lidador**, da Diocese.
65. **Estado de Goyaz**, Anno I, n. 19, p. 1 e 2, 17.04.1911.
66. *Ibidem*.
- 67 **Goyaz**, Anno XXVI n. 1.166, 6.5.1911.
68. *Ibidem*.

69. A municipalização do ensino primário em Goiás foi introduzida em 1911 e revogada em 1913, pelas Leis n.º 397 de 21.7.1911 e n.º 436 de 19.7.1913.
70. *Goyaz*, Anno XXVI, n. 1.116, 6.5.1911.
71. Fundado em 1830.
72. De propriedade de Henrique Raimundo Trigant de Genettes, funcionou o **Collegio Bomfim**, em Pirenópolis, de 1868 a 1878, quando foi transferido para Entre Rios, vindo a extinguir-se pouco depois. SILVA, Nancy R.A. *Op. cit.*, p. 76.
73. *O Lidador*, Ano X, n. 4, p. 3, 18.01.1912.
74. SIQUEIRA, J. Assuero de. **Chorographia de Goyaz**. Typographia Siqueira. Pirenópolis, 1937, p. 39.
75. Presumivelmente em 1915, segundo **Circular Semestral** enviada aos pais de alunos em 25.12.1916. **A circular** é assinada por **Eleutherio de Souza Novaes**, Director do Collegio Novaes. In *A Imprensa*. Anno XII, n. 573, p.3, 29.12.1916.
76. *Ibidem*.
77. Funciona, ininterruptamente, desde 1.º.01.1890. As Irmãs Dominicanas também mantêm o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, a partir de 1903. SILVA, Nancy R.A. *Op. cit.*, p. 38.
78. **Estatutos do Collegio Sant'Anna**. Goyaz, Anno XXX, n. 186, p. 3, 24.7.1915.
79. Lei n. 301 de 18.07.1907. In *Estatutos cit.*
80. *Estatutos cit.*
81. *Estatutos cit.*, p. 3. *cit.*, p. 3
82. *Ibidem*.
83. *O Lidador*, Anno XI, n. 45, p. 1, de 13.11.1913.
84. BRETAS, G. *Op. cit.*, p.9.
85. Art. 1.º da Lei n. 492, de 27.07.1914. In **Collecção das Leis do Estado de Goyaz**. Tomo XXI, Tip. Perseverança. Goyaz, 1914, p. 2.
86. Lei *cit.*, art. 2.º.
87. GOUVEIA, Urbano Coelho de. *Op. cit.*, p. 10.
88. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo pelo Exmo. Sr. Cel. Joaquim Rufino Ramos Jubé, DD. Presidente do Estado no caracter de Presidente do Senado do Estado de Goyaz**. Goiás, Anno II, n. 118, p. 2, 19.5.1912.
89. Aprovado pelo decreto n. 3.004 de 9.8.1911 com excessão dos art. 22, 133 a 136 e 156, cuja aprovação deveria ser decidida pelo Congresso Constituinte. *Correio Official*. Goiás, Anno I, n. 17, p. 4, 18.8.1911.
90. **Mensagem apresentada ao Congresso Constituinte pelo Exmo. Sr. Coronel Herculano de Souza Lobo, Presidente do Estado, por ocasião de sua instalação**. *Correio Official*, Anno III, n.º 100, p. 2, 13.5.1913.

91. **Goyaz**. Anno XXVIII, n.º 1267, p. 1, de 14.6.1913. **Estado de Goyaz**, Anno III, n. 191. p. 2, 12.06.1913.
92. *Ibidem*.
93. **A Mensagem** encaminhada em 13.5.1914 pelo Presidente do Estado, Dr. Olegário Herculano da Silveira Pinto, ao Congresso Legislativo ainda insiste na inconstitucionalidade da lei que concedera vitaliciêdade aos professores não concursados, "pretendendo a autonomia do ensino". Typographia do Estado de Goyaz, Goiás, 1914, p. 28 a 34.
94. **A Lei Orgânica** foi revogada pela chamada Reforma Carlos Maximiliano, autorizada pela lei orçamentária de 1915. (Lei n. 2924 de 5.1.1915), corporificada no dec. n. 11.530 de 18.3.1915.
95. In **Officio** do Secretário de Instrução de Goiás ao Presidente do Conselho Superior de Ensino, em 7.10.1915. *Correio Official*, Anno 5, n. 41, p. 2.
96. Alterações aprovadas pelo dec. n. 4.089 de 23.2.1916. In *Correio Official*, Anno 59, n. 68, de 13.5.1916. O Lyceu Goiano funcionava, então à rua Dr. Corumbá, "em um vasto e arejado prédio". In **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goiás, pelo Cel. Salatiel Simões de Lima, 1.º Vice-Presidente em Exercício**. Typographia do Estado de Goiás, Goiás, 1915.
97. BRETAS, G. *Op. cit.*, p. 11.
98. Lei n. 504 de 1.º.8.1914. *A Imprensa*, Goiás, Anno X, n. 465, p. 5, de 19.8.1914.
99. *Idem*, art. 1.º e 2.º
100. *Idem*, art. 4.º e 5.º
101. *Idem*, art. 6.º
102. **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Cel. José da Silva Baptista, DD. Presidente do Estado, ao Congresso Legislativo**. *Goyaz*, Anno XXV, n. 1101, p. 5, de 5.2.1910.
103. Decreto n. 2581 de 18.12.1909.
104. GOUVEIA, Urbano de. *Mensagem cit.*, p. 10.
105. *Goyaz*. Anno XXV, n. 1.100, p. 2, 29.1.1910.
106. *Ibidem*. O Congresso determinou a supressão definitiva da Academia de Direito de Goiás através do decreto legislativo n. 362 de 30.1.1910.
107. **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goiás pelo Dr. Olegário Herculano da Silveira Pinto em 13 de Maio de 1914**. Typographia do Estado de Goyaz, Goiás, 1914, p. 28 a 34.
108. *Ibidem*.
109. *Ibidem*
110. Levantamento feito sobre o local de formação jurídica dos primeiros professores da Academia de Direito de Goiás revela que, destes, três formaram-se em Pernambuco, dois em São Paulo, e sobre um não existem dados a respeito. CASTRO, A. S. *Op. cit.*, p. 33.
111. CASTRO, Joviano de. In *Goyaz* 27.06.1914.
112. CASTRO, Abel Soares de. *Op. cit.*, p. 69.
113. *A Imprensa*. Anno II, n. 562, p. 2, de 7.7.1916.
114. *O Democrata*. Anno VI, n. 289, p. 2, de 12.1.1923.

JORNAIS CONSULTADOS

- I. **No Gabinete Literário Goiano (cidade de Goiás)**
 1. **Estado de Goyaz** – coleções de 1911, 1912, 1913 e 1914.
 2. **Goyaz** – coleções de 1910, 1911, 1912, 1913, 1914 e 1915.
 3. **A Imprensa** – coleções de 1911, 1914 e 1916.
 4. **O Lidador** – coleções de 1911, 1913, 1914 e 1916.
 5. **O Democrata** – coleções de 1923.

- II. **No Arquivo Histórico do Estado de Goiás (Goiânia)**
 1. **Correio Oficial** – coleções de 1911, 1912, 1913, 1915 e 1916.

APLICAÇÃO DA LEI RIVADÁVIA AO LYCEY GOYANO DISPOSIÇÕES MAIS IMPORTANTES

Matéria disciplinada pela Lei Orgânica	Tratamento dispensado à matéria pelo Regulamento do Lyceu	Observações
a. Abolição de privilégios decorrentes da instrução superior ou fundamental (art. 1.º) :	Os bachareis pelo Lyceu continuarão a ter preferência para os cargos estaduais e serão dispensados de concurso, exceto para cargos docentes do próprio Lyceu e da Escola Normal (art. 122).	A Lei não foi seguida pelo Regulamento.
b. Caráter de corporações autônomas, emprestado aos institutos de ensino (art. 2.º), bem como atribuição de personalidade jurídica aos mesmos (art. 3.º, 7.º e 10.º).		Matéria não referida no Regulamento.
c. Definição do curso mantido pelo Pedro II como fundamental sem alusão ao seu caráter modelar, antes consagrado (art. 5.º).	O Lyceu Goyano tem por finalidade proporcionar a cultura intelectual necessária à obtenção do grau do bacharel em Ciências e Letras; também objetiva ministrar, aqueles que o preferirem, apenas o ensino de uma ou algumas matérias (art. 1.º).	O Curso do Lyceu tem caráter terminal; não há referências à condição modelar do estabelecimento que, na prática, continuou a ser observada mesmo na vigência da Lei Orgânica.
d. Atribuições dos Diretores; definição dos processos de escolha, das relações com a Congregação e da duração de mandato (art. 21 a 30). — O Diretor é eleito pela Congregação. — só são elegíveis para o cargo de Diretor os professores ordinários. — Toda a parte administrativa compete ao Diretor.	O Diretor é nomeado pelo Governador do Estado. — O Diretor é o próprio Secretário de Instrução (art. 235). — prevista extensa relação de atribuições administrativas ao Diretor (art. 239).	A Lei não foi seguida pelo Regulamento. Ignorado o art. 25 da Lei Orgânica. Atendido o espírito da Lei.
e. Constituição do corpo docente, seus deveres e direitos (art. 32 e 38), com utilização de nomenclatura diversa da até então consagrada: professores ordinários e mestres , no Colégio Pedro II. Atribuições dos professores (art. 33).	Mantida a designação de Lentes , própria da legislação anterior. Os lentes são vitalícios ou temporários. As disposições do Regulamento estão conformes com as da Lei Orgânica e são acrescidas de outras (art. 128).	Não foi seguida a orientação da Lei Orgânica. Atendido o espírito da Lei.
f. Na constituição da Congregação do Colégio Pedro II, seus fins e atribuições (art. 50 a 61) estão incluídos o Diretor, professores ordinários e mestres (parágrafo único do art. 31). — Atribuição da responsabilidade didática à Congregação (art. 28) cabendo recurso de suas decisões ao Conselho Superior de Ensino.	Inclui o Diretor e todos os lentes (art. 168). A responsabilidade didática é atribuída à Congregação (art. 185). Não está previsto recurso de suas decisões.	Idem, exceto no que diz respeito a recursos.

<p>g. Fixação de requisitos para inscrição no Colégio Pedro II (art. 73):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Idade mínima: 12 anos, – Idade máxima: 14 anos. – Aprovação em exame de admissão. – Pagamento de taxas. – A lei estabelece prescrições para a realização do exame de admissão. 	<p>Requisitos para matrícula à 1.^a série (art. 13):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Idade mínima: 11 anos, – Idade máxima: não há. – Aprovação em exame de admissão. – Comprovação de vacinação e de boa saúde. – Pagamento de taxa de matrícula. <p>O Regulamento detalha o exame de admissão (art. 58).</p>	<p>Idem, com exigência adicional de atestado de higiene e vacinação.</p> <p>Atendido o espírito da Lei.</p>
<p>h. Distribuição, por série, das matérias dos cursos (art. 24).</p>	<p>Distribuição das disciplinas por cadeiras. As disciplinas serão lecionadas em 6 séries, que estão definidas (art. 2.^o, 3.^o e 6.^o).</p>	<p>Idem.</p>
<p>i. Previsão de ensino através de conferências, aulas teóricas e práticas, de acordo com necessidades pedagógicas (art. 75).</p>	<p>Os objetivos dos programas das diferentes disciplinas explicitam os métodos didáticos a serem adotados. Observa-se grande preocupação com o ensino prático das ciências físicas e naturais e das línguas vivas (art. 5.^o alíneas a e j).</p>	<p>Idem.</p>
<p>j. Processos de exames. No Colégio Pedro II, os alunos terão acesso à série subsequente mediante simples promoção e por exames finais (art. 76).</p>	<p>Previsão de exames de promoção e finais (art. 43, 45, 61 a 90). A regulamentação é extensa e minuciosa, definindo também impedimentos por parentesco, exames de 2.^a época, pagamento de taxas de exames, etc.</p>	<p>Atendido o espírito de lei, com exigências adicionais para os exames. Não foi prevista no Regulamento, a simples promoção de série.</p>
<p>l. Concessão de certificados ao invés de diplomas (art. 124). Proscrição dos bachareis.</p>	<p>Mantida a colação de grau dos bacharéis, com todas as insígnias e solenidades (art. 97 a 107). Previsão dos diplomas para os que tiverem "tomado grau", e certificados para os que concluírem "algumas matérias" (art. 108 a 109).</p>	<p>Não foi atendida a lei.</p>

ATA DA INSTALAÇÃO SOLENE DO DEP. DE HIST. E GEOGRAFIA DA CIDADE DE GOIÁS

ATA da sessão solene de instalação do Departamento de História e Geografia da Cidade de Goiás, Vila Boa, cujas preliminares foram realizadas no dia dezenove de abril do corrente ano, com a presença do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Professor Colemar Natal e Silva, Vice-Presidente Professor Basileu Toledo França, membro Professor José Mendonça Telles, Frei Simão Dorvi, designado Diretor e Dr. Élder Camargo de Passos, Vice-Diretor e Professora M. da Glória Scartezini de Azerêdo Coutinho, secretária-Executiva da Presidência. À instalação do Departamento de História e Geografia de Vila Boa compareceu, a convite, o Superior do Convento dos Dominicanos, Frei Marcos Lacerda.

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de 1.977, na sala de aulas da Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, não estando pronta ainda a sala onde ficará instalado, definitivamente, o Departamento de História e Geografia, às 16 horas e como parte das comemorações do 250.^o Aniversário de fundação de Vila Boa de Goiaz, com a presença do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Prof. Colemar Natal e Silva, Sr. Djalma de Paiva, Prefeito Municipal e Presidente da Comissão, Tenente Romenil Dias de Alcântara, representante do Exército e Coordenador Geral da Comissão, Dr. Eudes Pacheco Santana, Consultor Jurídico da Municipalidade e Coordenador Administrativo da Comissão, Frei Simão Dorvi, Dr. Élder de Camargo Passos, Dr. Manoel Rodrigues Ferreira, Vice-Presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes e portador de várias mensagens de instituições culturais paulistas, Dr. Juarez Távora Azerêdo Coutinho, representante do Tribunal de Justiça do Estado, Dra. Genezy de Castro e Silva, Sr. Múcio P. Ferreira, Prof. João do Couto, foi realizada a sessão solene de instalação do Departamento de História e Geografia de Vila Boa,

integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. O Presidente, Prof. Colemar Natal e Silva, declarou aberta a presente solenidade, convidando, para compor a mesa, o Prefeito Djalma de Paiva, o Tenente Romenil Dias Alcântara, Frei Simão Dorvi, Dr. Juarez T. Azerêdo Coutinho, Escritora Rosarita Fleury, Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Prof. Augusto P. Fleury Curado, representante do Instituto dos Advogados de Goiás, Prof. José Gonçalves Zuza, representante da Academia de Artes e Letras do Planalto Central, de Brasília, Profa. Hellé Caiado de Castro Rollen, representando o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Sr. Manoel Rodrigues Ferreira, representando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Ordem Nacional dos Bandeirantes, da qual é o 1.º Vice-Presidente e Jornalista Múcio Porfírio Ferreira, representante da Associação Paulista de Jornalistas. Ao declarar aberta a presente solenidade o Prof. Colemar Natal e Silva disse que a cerimônia seria simples, porém grande na sua significação, profunda e relevante, afirmando que "este Departamento será uma célula viva do cultivo da História, repositário permanente dos feitos que engrandecem e enobrecem aqueles que com eles colaboram". Disse que o Departamento ainda será um elo de ligação com o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e outras entidades culturais do país, entregue que foi à competência e experiência de quem viveu mais de 40 anos relacionado com a cidade de Goiás e coadjuvado pelo cultor da história e da cultura de Goiás, Dr. Élder Camargo. Disse que, por esses motivos, o Departamento já começa com perspectivas altamente promissoras, pois a equipe estará inteiramente voltada para o cultivo da História. Enalteceu a colaboração do Tenente do Exército, Sr. Romenil Dias de Alcântara assim como de todas as entidades de classe da cidade. Exortou os responsáveis pela direção do Departamento, dizendo que o esforço deve ser contínuo, não só "o Cultivo do passado, mas, da elaboração do presente para lembrança, no futuro". E agradeceu a presença de todos que vieram de outras cidades e de outros Estados para prestigiar as comemorações dos 250 anos de Goiás.

Assim dizendo, declarou instalado, naquele instante, o Departamento de História e Geografia da Cidade de Goiás. Franqueou a palavra, que foi solicitada pelo Sr. Manoel Rodrigues Ferreira, 1.º Vice-Presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, para transmitir algumas mensagens de instituições culturais paulistas. O Sr. Manoel disse que deixou de lado suas férias deste mês para, com o Sr. Múcio Porfírio Ferreira, preparar todo o material que

pretendia trazer como contribuição das entidades culturais paulistas para as solenidades que ora se comemoram em Goiás. Disse que, além das mensagens, trouxe mais de 150 volumes da História de São Paulo para que São Paulo estivesse presente, através de sua palavra e das mensagens trazidas. Afirmou que a fundação da cidade de Goiás é algo que os paulistas recordam com muito carinho e com muita emoção, principalmente porque o sertão de Goiás, assim como a cidade, durante 21 anos, constituíram terras da Capitania de S. Paulo, tendo aqui residido, de 1739 a 1742, o Governador da Capitania de S. Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, tendo sido a cidade de Goiás, portanto, sede do Governo de S. Paulo durante mais ou menos 3 anos porque, durante esse tempo, D. Luiz tanto resolvia os problemas de Goiás, como os de S. Paulo. Disse que as mais representativas entidades culturais de S. Paulo enviaram, por seu intermédio, mensagens escritas, acondicionadas em album, cujos originais foram doados ao recém criado Departamento de História e Geografia e 2 cópias, sendo uma para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e outra para a Prefeitura Municipal da cidade.

Leu a primeira mensagem e mencionou as seguintes, dando os nomes das entidades e seus presidentes ou diretores. A mensagem lida foi a da Ordem Nacional dos Bandeirantes: "São Paulo, 21 de julho de 1977 — Senhor Presidente — Tendo em vista o Of. n.º 027/CFA, dessa ilustre Comissão e encaminhado em 27 de junho último ao Membro Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Manoel Rodrigues Ferreira, deliberou a Ordem Nacional dos Bandeirantes divulgar neste Estado o programa dos festejos do 250.º aniversário da cidade de Goiás. Atendendo a esse honroso convite, as entidades culturais, particulares e oficiais, associaram-se a essas atividades, enviando, por intermédio do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade de Goiás, que se instala no dia 24 do corrente, mensagens ao seu povo e livros para a biblioteca dessa novel instituição de cultura histórica. Desses documentos, encaminhamos a essa digna e operosa Comissão Organizadora, cópias em "xerox" que se acham anexadas à presente. Dada a exiguidade do tempo, não nos foi possível realizar um trabalho mais amplo e eficiente, mas podemos dar a V.S. a certeza de que, não obstante toda a improvisação, São Paulo comparece aos festejos com o que tem de mais representativo no campo da cultura. Agradecendo à douta Comissão Coordenadora o honroso convite que nos enviou, aproveitamos a oportunidade para apresentar a todos os seus membros os protestos da nossa mais alta estima e consideração". Assinado: Manoel Rodrigues Ferreira — Vice-Presidente em exercício".

Da mesma instituição vem ainda a mensagem, à cidade de

Goiás, assinada por seu Presidente, Tito Lívio Ferreira. Da Academia Paulista de História, mensagem enviada também por Tito Lívio Ferreira, seu Presidente. Da União Brasileira de Escritores, mensagem assinada por seu Presidente, Raimundo de Menezes. Da Sociedade "Amigos da Cidade" – São Paulo, mensagem assinada pelo Presidente em exercício, Francisco Antônio Bianco Júnior e por seu secretário, Paulo da Silveira Santos. Do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, mensagem assinada por Tito Lívio Ferreira, seu 1.º Vice-Presidente, no exercício da Presidência. Da Ordem dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo, mensagem assinada pelo Dr. Mário Graciotti, seu Presidente. Do Círculo Militar de S. Paulo, mensagem de seu Presidente, Cel. R/1 Eng.º Olavo Lauro Gronau. Do Instituto Genealógico Brasileiro, mensagem ao Sr. Prefeito da cidade de Goiás, assinada por seu Presidente, A. B. Galvão Bueno Trigueirinho. Da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia – Departamento de Artes e Ciências Humanas, mensagem enviada pelo responsável pelo Departamento, Alfredo João Rabaçal. Da Prefeitura do Município de São Paulo – Divisão do Arquivo Histórico, mensagem enviada pelo Diretor do Arquivo, Sr. Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento. Do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, enviando livros, Ernesto de Moraes Lemes, seu Presidente. Do Museu Paulista da Universidade de S. Paulo, remetendo livros, seu Diretor Prof. Dr. Antônio Rocha Penteado". Após a leitura do que acabamos de transcrever, feita pelo Sr. Manoel Rodrigues Ferreira, este passou as mensagens às mãos de Frei Simão Dorvi, Diretor do Departamento de História e Geografia, entregando, ainda, uma coleção de cópias ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, por intermédio de seu Presidente, Colemar Natal e Silva. Reafirmou, o Sr. Manoel Rodrigues Ferreira, que São Paulo deixa, assim, patente a sua presença, cuja amizade deve ser fortalecida, pois Goiás é um prolongamento de S. Paulo, assim como a Cidade de Goiás é um prolongamento da Cidade de S. Paulo. Disse que a herança que Goiás recebeu de S. Paulo não foi apenas de uma fundação, mas, de um espírito, de uma alma, e que há muitas coisas que ligam Goiás a São Paulo como por exemplo, José de Anchieta e Frei Simão Dorvi – os dois apóstolos dos dois Estados: assim, os dois Estados se identificam tendo um santo na sua história. Terminou o Sr. Manoel Rodrigues Ferreira dizendo que ele e o Sr. Múcio Porfírio Ferreira, representando todas essas entidades citadas, se congratulam com o povo de Goiás, com os maiores votos de que todo o Estado e o povo continuem nesta aventura gloriosa, sem o que a nossa vida na terra deixa de ter sentido. O orador foi viva e entusiasticamente aplaudido, sendo cumprimentado por muito dos presentes. Retomando a palavra o Dr. Colemar Natal e Silva disse que

ela estava livre, para quem dela quisesse fazer uso. Solicitou-a o Dr. Élder Camargo que, em nome do Departamento de História e Geografia que se instalava naquele momento, e do qual é o Vice-Diretor, para agradecer a louvável lembrança da Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em honrar a cidade de Goiás com esse Departamento, afirmando que tal ato faz jus ao que a sociedade de Goiás merece, por seu desenvolvimento cultural e pelo dinamismo dos novos elementos que contribuem com seu trabalho. Em nome do Diretor do Departamento, Frei Simão Dorvi, agradeceu a honra da instalação e as mensagens enviadas por São Paulo e, ainda, a presença de quantos ali se encontravam para a solenidade de conagração e cultura. Dizendo o Sr. Presidente que a palavra continuava livre, solicitou-a o Dr Athos Vieira de Andrade, representante do Governo de Minas Gerais e que, em vibrantes palavras, disse trazer a Goiás a mensagem do Dr. Aureliano Chaves, Governador do Estado de Minas Gerais e de como os mineiros sentem a aproximação histórica entre Goiás e Minas Gerais.

Mencionou os feitos de Bartolomeu Bueno e Fernão Dias Paes Lemes, dizendo que São Paulo e Minas Gerais são gêmeos nas bandeiras que enviaram e quase iguais na extensão territorial. Disse que o mineiro fincou bandeiras em Goiás, que nunca mais foram arrancadas, pois que a cultura mineira se identifica em quase tudo com a cultura goiana. E, como disse, são iguais ainda na sua história quanto à mudança de suas antigas capitais. Prosseguindo, lembrou que, se São Paulo deu a Goiás um Governador, Minas Gerais deu-lhe um Senador, na figura imperecível de Juscelino Kubitschek. E afirmou ser esta a melhor ocasião para um processo de abraço entre Minas Gerais e Goiás, enfatizando a necessidade de uma união cada vez mais crescente e vigorosa entre goianos e mineiros, desejo esse expresso na mensagem enviada, por seu intermediário, pelo Governador de Minas Gerais, Dr. Aureliano Chaves. O Presidente anunciou novamente que a palavra continuava franqueada. Pediu vênias para fazer uso dela a Professora Hellé Caiado de Castro Rollen que, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, trazia a sua mensagem de congratulações e de regozijo pela instalação do Departamento de História e Geografia na cidade de Goiás, "um prolongamento do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que vem se esforçando, também, heroicamente, para compensar os 13 anos que esteve em recesso, mas, que agora, sob a Presidência do Professor Colemar Natal e Silva, tudo tem feito, sem medir esforços, para se firmar e lançar seu nome além das fronteiras do nosso Estado". Teceu palavras elogiosas aos nomes escolhidos para dirigirem o Departamento — Frei Simão Dorvi e Dr. Élder Camargo, ressaltando as qualidades do povo goiano, que

sabe dar de si, sem pensar em si. Continuando franqueada a palavra, solicitou-a ao Sr. Presidente o Professor José Gonçalves Zuza. Saudando o Professor Colemar, disse ser ele um dos baluartes dos movimentos culturais em nosso Estado. E, em nome da Academia de Artes e Letras do Planalto Central, que representava naquele momento, transmitiu o seu fraternal abraço pelo acontecimento. Falou que S. Paulo lançou em Goiás as sementes de cultura, pertinácia e denodo, numa cultura interiorana e que Minas Gerais, legando a Goiás também sua cultura, legou-lhe ainda um político de grande valor que, contra tudo e contra todos, concretizou o sonho de todos os brasileiros, que foi a interiorização da Capital da República — Brasília. Afirmando que a Academia de Artes e Letras do Planalto Central seria sempre um liame entre o Distrito Federal e Goiás, por congregar em seu seio membros de muitas regiões vizinhas, finalizou dizendo: “Goiás é filho de São Paulo, irmão consangüíneo de Minas Gerais e pai de uma filha que une todo o Brasil no altiplano coração da Pátria: Brasília”.

O mestre de cerimônias da solenidade, Sr. Ferraz Filho, Diretor da Rádio Brasil Central, de Goiânia, agradeceu, em nome do Departamento de História e Geografia, a palavra carinhosa de todos que ali se encontravam ou que se fizeram representar. Convidou os presentes para ouvirem a palestra que o Professor Colemar Natal e Silva iria proferir à noite, na sede da Câmara Municipal, dizendo ter a certeza do alto nível e da importância da mesma. Retomando a palavra o Professor Colemar, encerrando a solenidade, disse que ela era um conagraçamento entre as entidades culturais de todas as partes do País ressaltando com eloqüentes agradecimentos, as presenças de São Paulo, Minas Gerais e Brasília dizendo que “este encontro encerra um momento nacional da cultura”. Agradeceu, ainda, as presenças: do Sr. Pompeu Cristóvão de Pina, Secretário do Município de Pirenópolis e representante de seu Prefeito, Sr. Alkamiro Mendonça; do Sr. Aderson Cavalcante Coelho, Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Goiás; do Dr. Paulo Bertran Wirth Chaibub, Diretor do Escritório de Representação do Governo de Goiás no Distrito Federal e representante do Presidente do Escritório, Cel. Antônio Henrique Alves dos Santos; do Sr. Professor João do Couto; do Sr. José Batista Pinto, tabelião do 1.º Ofício desta cidade; da Srta. Goyandira do Couto, Diretora da Escola de Belas Artes desta cidade; da Sra. Dolcy Caiado de Castro, Diretora do Ginásio Estadual de Goiás e do Sr. Antônio Pereira Gonçalves, dirigente do conjunto folclórico “As Pastorinhas”, de Pirenópolis, que participou das comemorações festivas do aniversário de Goiás, além do grande número de pessoas que lotavam o recinto Do que, para constar, eu, Maria da Glória Scartezini de

Do que , para constar, eu, Maria da Glória Scartezini de Azerêdo Coutinho, Secretária-Executiva da Presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, designada secretária para a presente solenidade, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Colemar Natal e Silva
Manoel Rodrigues Ferreira
Athos Vieira de Andrade
Augusto da Paixão Fleury Curado
Maria José Alencastro Veiga Silva
Guilherme S. da Silva
Irmã Maria Luisa Resende - (Dominicana)
Irmã Noêmia Ferreira Camêlo — (Dominicana de Arraias)
Joaquim Alves de Oliveira
Irmã Edilberta da Veiga Jardim
Amélia Andrade
Juarez Távora Azerêdo Coutinho
Maria Lucy Veiga Teixeira
Goiandira Ayres do Couto
Frei Simão Dorvi, O.P.
Romenil Dias de Alcântara
Élder Camargo Passos
Ivany Craveiro Fleury
Hellé Caiado de Castro Rollen
Olinda Cordeiro Pires
Ana Marinho Pires
Jarbas Ribeiro de Freitas
Joaquim da Silva Bernardes
Nair Perillo Richter
Sulamita Costa Wirth Chaibub
Hélios de Amorim
L. Caiado de Castro

e outras assinaturas ilegíveis

RELATÓRIO DE ATIVIDADES:

março de 77/maio de 78.

1. SESSÕES SOLENES:

- 27/5/77 – Sessão Solene de posse, como Membros Correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, dos Professores Braúlio do Nascimento e Vicente Salles.
- 15/6/77 – Sessão Solene de posse, dos Srs.: Prof. Bueno de Azevedo Filho, como Sócio Correspondente e Escritor Jaime Câmara, como Membro Efetivo.
- 19/11/77 – Conferência comemorativa do sesquicentenário de Nascimento do Mal. Manoel Deodoro da Fonseca, proferida pela Profa. M. da Glória S. de Azerêdo Coutinho.
- 23/12/77 – Encerramento do III CURSO DE CULTURA GOIANA, com palestra do Sr. Prof. Colemar Natal e Silva sobre "Divisão Territorial e Administrativa do Estado de Goiás".

2 REUNIÕES ORDINÁRIAS:

- 16/06/77 – Assuntos de ordem geral. Programação do III CURSO DE CULTURA GOIANA.
- 23/06/77 – Parecer e aprovação de projeto para construção da nova sede do Instituto. Outros assuntos.
- 9/08/77 – Reunião p/ tratar de assuntos referentes ao III CURSO DE CULTURA GOIANA. Outros assuntos de interesse geral.

3. BIBLIOTECA:

Obras recebidas:

- Revs. do Instituto do Ceará;
- Mensário do Arquivo Nacional (números diversos);
- "Sta. Maria de Belém do Grão-Pará" – de José M. de Azevedo Barbosa;
- Boletins do Museu Nacional e outras publicações avulsas:
 - "The Descendent of Man" – Charles Darwin;
 - "Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris";
- "História do Palácio Anchieta" – Luiz Serafim Derenzi – E. Santo;
- Rev. "Finanças e Orçamento", n.º 12 – Trib. de Contas de Goiás;
- Boletim Bibliográfico – Bibliot. Nacional – nos. 1 e 2 – Vol. 21;
- "Applied Sciences and Development" – Vols. 8 e 9;

- Revs. do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro;
- “Programa Nuclear Brasileiro” – março/77;
- Rev. “Dirigente Rural” – Vários números;
- Rev. “Construção” – vários números;
- “Crítica Sistemática” – Wendel Santos;
- “Fragmentos do Passado” – Dr. Claro Augusto de Godoy;
- “Hercílio Luz” – Evaldo Pauli;
- “Estudos Sociais – Coleção Bibliográfica” – Wilma T. F. de Andrade;
- Rev. SHALOM – vários números
- Revs. do Arquivo Público Mineiro – (vários números)
- “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira” – 2 vols. – C. dos Deputados;
- Rev. do Trib. de Contas do Estado do Pará;
- “Meus Encontros com o Mundo” – Mozarth Ribeiro;
- “O Caminhante” – Mozarth Ribeiro;
- “O Carioca” – Mozarth Ribeiro
- “Presidentes do Ceará” – vols. 1, 2, 3 e 4 – Inst. do Ceará.
- Do Insti. de Ciências Naturales do Museo de História Natural – Argentina:
 - “Prehistoria Del Centro Oeste Argentino”
 - “Uma Flauta de Pan Litica Nueva Para la Arqueologia de Mendoza (Argentina);
 - “Instrumento Cortante de Wolframita Nuevo Para la Arqueologia de Mendoza (idem);
 - “Guia de Antropologos Argentinos y de Paises Limitrofes”;
 - “Observaciones y Correcciones sobre lo que Llamaramos “Pucará del Atuel”
 - “Influências “Condorhuasi” en el Centro de Mendoza” (Argentina)
 - “Nuevos Aportes a los Fechados de Radiocarbono de la Argentina”
- “Ibrantina Cardona” – Arruda Dantas
- “O Processo Sintagmático na Obra Literária – Moema de Castro e Silva Olival
- Rev. da Academia Paraense de Letras – Vol. XIX
- “Santo Antônio dos Anjos da Laguna” –
- “Rondon e o Brasil” – Prof. Néelson Abel de Almeida
- “Anuário Estatístico EMBRATUR – 1976 – 1977
- “Catarinensismos” – Theobaldo Costa Jamundá
- “Nereu Ramos – Theobaldo Costa Jamundá
- “Documentos do Arq. Público do Munic. de Vitória”
- “Projeto Bacia do Paranã” – Alfredo A. C. Mendonça de Sousa
- “Gente que ajudou a fazer uma grande Cidade – Rio Preto” – Leonardo Gomes
- “História Naval Brasileira” – 1.º vol. – Ministério da Marinha
- “A Transilvânia na História do Povo Romeno” – Constantin C. Giurescu
- Rev. da Biblioteca da Academia Paulista de Letras – vários volumes
- “O Grande Almirante” – Adelpho Poli Monjardim
- “D. Pedro II e a Cultura” – Min. da Justiça – Arquivo Nacional
- “IV Concurso Nacional de Música do Est. de Goiás – Canto” – Inst. de Artes da Univ. Fed. de Goiás.
- “Currae” – Bibliografia – Inst. Bras. de Bibliografia e Documentação

- Boletins do Museu Paraense “Emílio Goeldi” – vários números
- Bibliografia Brasileira de Agricultura – Inst. Bras. de Bibliografia e Documentação;
- Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais – idem
- Arquivo de Anatomia e Antropologia – Vols. I e II – Inst. de Antrop. Prof. “S. Marques”
- “Pareceres Capitalismo” – M. Rita Garcia Loureiro
- Coleção Museu Paulista – Série Ensaio – Vol. I
- Coleção Museu Paulista – Série Ensaio de Arqueologia – Vol. IV
- “Subsídios p/ a História de Tanabi” – Sebastião Almeida Oliveira
- “Retrato da Acad. Goiana de Letras” – Humberto Crispim Borges
- “Município de Jaraguá do Sul – Sta. Catarina” – folheto
- “Senado – 150 anos” – Senado Federal
- “Discursos Parlamentares” – A. C. Tavares Bastos
- “Correspondência e Catálogo de Documentos da Coleção da Biblioteca Nacional A. C. Tavares Bastos
 - “Como se Comprova a Existência de Deus e a Imortalidade da Alma” – Michele Frederico Sciaca
- “O Perigo da Desumanização Através do Predomínio da Tecnocracia” – Juan Vallet de Goytisolo
- “Valores Básicos p/ a Construção de uma Sociedade Realmente Humana” – Octavio Nicolás Derisi
- “Ciências Humanas” – Univ. Gama Filho – vários vols.
- “Introdução do Estado da Música Indígena Brasileira” – Helza Camêu
- “Anuário da Acad. de Letras de Nova Iguaçu” – 1977
- “Convergência – Rev. da Acad. de Letras do Triângulo Mineiro – vários vols.
- Boletim do Inst., Geogr. e Etnográfico Paranaense – vários vols.
- Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de Minas Gerais – vários vols.
- Brasil: Desempenho do Turismo Emissivo e Receptivo” (anexo ao Anuário Estatístico da EMBRATUR)
- “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio G. do Sul” – Vol. 121
- Enviados pela Secretaria do Governo de Goiás:
 - “Coletânea de Decretos Numerados” – 1974
 - “Coletânea de de Leis do Estado” – 1974, 1975 e 1976
 - “Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista”
 - “Autarquias e Fundações Estaduais” – 1975
 - “Sistema Administrativo do Estado” – 1976
 - “Constituição do Est. de Goiás” – 1970-1978
- “Discurso Comemorativo do Tricentenário de Morte de Luiz de Camões” – R. Teixeira Mendes
- “Discurso: Embaixador Paulo E. de B. Carneiro” – R. Teixeira Mendes
- “Roncador-Xingu – Roteiro de uma Expedição” – Acary de Passos Oliveira
- “Navigator” – Rev. do Min. da Marinha – vários vols.
- “A Musicologia Kamayurá” – Rafael J. de M. Bastos
- “Campos Sales – Perfil de um Estadista” – Tomos I e II – Célio Debes
- Rev. INTER-AÇÃO – Ano 2, n.º 3 – Fac. de Educação da U.F.Go.
- “O Jogo dos Reis” – Carlos Fernando Magalhães
- “Boa Vista do Padre João” – Aldenora Alves Correia

- “Anais de História” – Inst. de Letras, Hist. e Psicologia de Assis – S. Paulo
- “Recordações de um Cosmógrafo de Cabeça de Vaca” – Luiz Carlos P. Tourinho
- “Amazonas – Maranhão – Nordeste” – Augusto de Lima Júnior
- “Crônica Militar” – Augusto de L. Júnior
- “Revisões e Retificações Históricas” – Vítor Figueira de Freitas
- “Poeira de Minha Estrada” – Baltazar dos Reis – 2 vols.
- “Cavalhadas de Pirenópolis” – Carlos Rodrigues Brandão
- “Peões, Pretos e Congos” – Carlos R. Brandão
- “A Folia dos Reis de Mossâmedes” – Carlos R. Brandão
- “Discursos e Pronunciamentos Políticos” – Arthur da S. Bernardes
- “Transporte de Matérias Primas e Produtos Siderúrgicos” – Dermeval J. Pimenta
- “Ciclo de Estudos sobre os Problemas de Preservação do Meio Ambiente” – Assembléia Legislativa de M. Gerais
- Rev. do Conselho Estadual sobre os Problemas de M. Gerais – vários números
- “Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás” – Pe. Luiz Palacin
- “História de Goiás” – M. Augusta Santana de Moraes e Pe. Luiz Palacin
- “Alguns Dias na Paulicéia” – Bibliot. da Acad. Paulista de Letras

4. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: (a partir de abril de 1977)

–, Expediente da União Geográfica Internacional – Comissão Nacional do Brasil p/ que o Inst. Hist. e Geogr. de Goiás designe delegado para eleger o geógrafo representante dos Insts. Hists. e Geogrs. dos Estados na referida Comissão. (Foi designado o Sócio Prof. Gilberto Mendonça Telles).

– Solicitação da “Library of Congress Office, Brasil” Para que o Instituto lhe envie suas publicações.

– Vários telegramas e cartas de congratulações pelas poses dos srs. Profs. Bráulio do Nascimento e Vicente Salles, como Sócios Correspondentes do Instituto.

– Solicitação do Superintendente p/ Assuntos Culturais da SEC-CO para que o Inst. Hist. e Geogr. de Goiás indique representante para debater problema da preservação do Patrimônio Histórico do Estado. (Foi designada a Profa. Marivone Matos Chain).

– Corresp. do Pres. da Sociedade Brasileira de Educação e Integração confirmando a data de 15.6.77 para homenagear o Sr. Governador do Estado com a Medalha Ana Néri e receber o título de Sócio Correspondente do Inst. Hist. e Geogr. de Goiás.

– Idem, para conceder a medalha Couto de Magalhães à Profa. M. da Glória Scartezini de Azerêdo Coutinho.

– Convite da Acad. Brasiliense de Letras para a posse do Escritor Bernardo Élis na cadeira de José Veríssimo. (Foi designado para representar o Presidente, o Sócio Prof. José Mendonça Telles).

– O Comte. do 42.º BIMtz agradece convite para a posse dos Profs.

Braulio Nascimento e Vicente Salles, como sócios correspondentes do Instituto.

- Idem do Prof. Waldir do E. Santo de Castro Quinta.
- Idem do Dep. Ibsen de Castro, Presidente da Assembléia Legislativa Estadual.
- Idem do Pres. da Associação Comercial e Industrial do Estado, Dr. Eudoro Zacharias Pedroza.
- Idem do Diretor da Fac. de Medicina da UFGO., Dr. Ary Monteiro do Espírito Santo.
- Comunicação do Sr. Representante da DR-4 em Goiás, Prof. João Jardim Péclat, de que foi nomeado representante do Ministério da Educação e Cultura, em Goiás.
- Expediente do Sr. Paulo de Carvalho Rocha, Chefe de Gabinete do Secretário da Educação e Cultura enviando, pelo Conselho Municipal de Cultura, de Paranaguá(Paraná) 1 exemplar da obra "Paranaguá na História e na Tradição".
- Convite do Diretório Estadual de Estudantes, do R.G. do Sul, para o VI FORUM DE DEBATES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA E RIO-GRANDENSE", realizado em junho de 1977.
- Expediente do Sr. José Aquino Porto, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, agradecendo convite para a posse, no Instituto, dos Profs. Vicente Salles e Bráulio Nascimento.
- Idem do Sr. Prof. Irapuan da Costa Júnior, Governador do Estado.
- Expediente do Dep. Prof. Anísio de Souza, Diretor do IGAM, dando conta de que recebeu 100 números da Revista do Instituto para distribuição entre diversas Prefeituras do Estado.
- Convite da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo p/ participarem das sessões conjuntas semanais no museu da Casa Brasileira.
- Expediente do Sr. Prof. Aldair da Silveira Aires, Superintendente para Assuntos Culturais da SEC - Go., agradecendo convite para a posse, no Instituto, dos Profs. Vicente Salles e Bráulio do Nascimento.
- Idem do Prof. Amaury de Menezes, Chefe da Assessoria de Relações Públicas do Governo
- Expediente do Sr. Secretário de Serviços Sociais, Dr. Oscar Soares de Azevedo Júnior, agradecendo convite p/ entrega da Medalha Ana Néri ao Sr. Governador do Estado e posse dos Srs. Jaime Câmara e Prof. Bueno de Azevedo Filho.
- Idem da Pres. da Acad. Feminina de Letras e Artes de Goiás, Escritora Rosarita Fleury, indicando representante.
- Idem do Pres. do Inst. Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
- Idem do Desor. Messias de Souza Costa, do Trib. de Justiça de Goiás.
- Idem do Secretário da Administração do Estado, Dr. Moacyr Salles.
- Idem do Diretor do Museu Nacional, Prof. Luiz de Mello Filho.
- Idem do Dep. Federal Onísio Ludovico.
- Idem do Sr. Secretário do Governo, Cel. Ithamar Viana da Silva.
- Expediente da Chefia do Cerimonial do Governo, enviando programação para a outorga ao Sr. Governador do Estado, da Medalha Ana Néri, da Soc. Brasileira de Educação e Integração.

– Agradecimentos do Sr. escritor Oscar Sabino Júnior pela aprovação do seu nome para compor o Quadro de Sócios do Instituto Hist. e Geográfico de Goiás.

– Agradecimento do Prof. Walfredo Antunes de Oliveira Filho, Superintendente do INDUR, pelo convite para a solenidade de entrega da Medalha Ana Néri ao Sr. Governador e posse dos Pr. Bueno de Azevedo Filho e escritor Jaime Câmara como Membros do Inst. Hist. e Geográfico de Goiás.

– Idem do Prof. Jônathas Silva, Decano da Univ. Católica de Goiás.

– Idem do Reitor da Univ. Católica, Pe. José Carlos de Lima Vaz.

– Idem do Pres. da Federação das Indústrias do Estado, Dr. José Aquino Porto.

– Remessa da Programação das Comemorações do Aniversário da Cidade de Goiás nos seus 250 anos, pela Comissão Organizadora.

– Convite do Inst. dos Advogados do Distrito Federal para conferência do Sen. Teotônio Vilela, sobre as bases da reestruturação política e institucional do Brasil.

– Comunicação do Sr. Prof. Venerando de Freitas Borges de que recebeu expediente do Instituto congratulando-se por sua recondução à presidência da Diretoria Estadual da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

– Agradecimento, do Sr. Arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, pelo convite para a outorga da Medalha Ana Néri ao Sr. Governador e posse dos Srs. Jaime Câmara e Bueno de Azevedo Filho.

– Idem do Sr. Miguel Alves de Lima, da Fundação do IBGE.

– Idem do Cel. Nelson Ivan Peintzenauer Pacheco, Comte. Geral da Polícia Militar do Estado.

– Idem do Dr. Héilton Teixeira Leão, Chefe do Gabinete Civil da Governadoria.

– Idem da Presidência da Academia Cristã de Letras, de M. Gerais.

– Expediente da Acad. Cristã de Letras de Minas Gerais, solicitando que este Instituto se manifeste no sentido de que seja, a data de 4 de outubro, dedicada ao DIA DO POETA, em homenagem a São Francisco de Assis.

– Agradecimento do Prof. Anísio de Souza, Diretor do IGAM, pelo convite deste Instituto para as solenidades de outorga da Med. Ana Néri ao Sr. Governador do Estado e posse dos Srs. Jaime Câmara e Prof. Bueno de Azevedo Filho como Membros do Instituto.

– Idem do Presidente do Inst. Hist. e Geográfico de M. Gerais, Prof. José Geraldo de Faria.

– Idem do Diretor-Presidente da Caixa Econômica do Estado, Dr. Índio do Brasil Artiaga Lima.

– Agradecimento, pela "The Library of Congress Office, Brazil", da remessa da Revista do Instituto – n.ºs 2, 3, 4 e 5.

– Comunicação do Chefe da Assessoria de Relações Públicas do Governo, Prof. José Amaury de Menezes, de que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, pelos relevantes serviços prestados à cidade berço da história do Estado, deverá receber a Medalha Centenária criada para a comemoração 250.º aniversário de fundação de Goyaz.

– Expediente da Associação dos Arquivistas Brasileiros sobre a realização do Segundo Concurso Nacional de Monografias sobre temas Arquivísticos.

— Convite do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados Brasileiros para a sessão comemorativa do 150.^o aniversário da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

— Convite para as comemorações do Sesquicentenário de Nascimento do Mal. Manuel Deodoro da Fonseca, pela Secretaria de Estados dos Negócios da Educação e Cultura de Alagoas e Academia Brasileira de História.

— Agradecimento do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Fac. de Filosofia, Letras e Cs. Humanas da Univ. de S. Paulo, pelo convite para entrega da Medalha Ana Néri ao Sr. Governador do Estado de Goiás.

— Congratulações do escritor Jaime Câmara pela homenagem prestada ao Pres. do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva, quando recebeu da Prefeitura de Goiás, a Medalha Bartolomeu Bueno.

— Agradecimento do Sr. Presidente do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo, Prof. Ernesto Leme, pelo convite para a posse, como Membros do Instituto Hist. e Geográfico de Goiás, dos Srs. Prof. Bueno de Azevedo Filho e escritor Jaime Câmara.

— Agradecimento do Sr. Governador pela solidariedade manifestada pelo Instituto por ocasião da Semana do Folclore.

— Convite da Diretoria do Inst. de Artes da U.F.Go. para o 4.^o Concurso Nacional de Música do Estado de Goiás — Canto.

— Comunicação da Presidência da Academia Brasileira de História de que os Presidentes dos Inst. dos Estados passam a integrar aquele Silogeu, como Membros da Comissão de Honra.

Agradecimento, pela Academia Cristã de Letras, pela manifestação do Inst. Hist. e Geogr. de Goiás com respeito à sua adesão ao movimento para oficializar o dia 4 de outubro como sendo o DIA DO POETA.

— Convite para o Encontro Regional da Conferência das Classes Produtoras de Goiás — 4^a. CONCLAP — a ter lugar no R. de Janeiro a 31/10 a 5/11 de 1977.

— Comunicação do Inst. Hist. e Geográfico Paraibano da posse de sua Diretoria e Comissões Permanentes, eleitas para o Triênio 1977/1980.

— Agradecimentos do escritor Mozarth Ribeiro pela manifestação do Instituto sobre suas obras enviadas à nossa biblioteca.—

— Comunicação do Centro de Estudos Geográficos — CECEO — de Curitiba, da posse de sua nova Diretoria para a Gestão 1977/78.

—, Convite da Presidência da Academia Brasileira de História para a cerimônia de posse do historiador Tte-Cel. Neomil Portela Ferreira Alves, como Acadêmico.

— Expediente da Diretora da Faculdade de Educação, Prof.^a Nancy R. de A. e Silva, solicitando livros para a biblioteca daquele estabelecimento de ensino.

— Comunicação do Sr. Senador Lázaro Barbosa de que destinou, de sua quota pessoal, a importância de dez mil cruzeiros ao Inst. Hist. e Geogr. de Goiás.

— Convite da Bloch Educação e Caixa Econômica Federal para entrega de prêmios aos cinco primeiros classificados, em Goiás, no Concurso Maratona Escolar sobre Érico Veríssimo.

— Agradecimento do Sr. Presidente da Secional da OAB, Dr. Otaviano

de Miranda, pelo oferecimento, a um de seus funcionários, de 1 bolsa para o III Curso de Cultura Goiana.

– Expediente da Presidência do Inst. de História e Arte (M. Gerais) enviando informações detalhadas sobre o 1.º Congresso de História de Minas.

– Comunicação da Presidência do Gabinete Literário Goyano da eleição e posse de sua nova Diretoria para o período 1978/1979.

– 1978:

– Agradecimento do Sr. Prof. Joaquim Thomaz pela escolha do seu nome para compor o quadro de Sócios Correspondentes do Inst. Hist. e Geogr. de Goiás.

– Agradecimento do escritor Gelmires Reis, Membro do Instituto, pela comunicação de que seus artigos, publicados em jornais, estão sendo arquivados.

– Expediente da Sra. Diretora do Arquivo Histórico do Estado apresentando funcionária para proceder aos contatos com o Instituto a fim de colher subsídios a respeito do seu acervo histórico.

– Expediente do Sr. Vice-Governador, Dr. José Luiz Bittencourt, comunicando que entrou em entendimento com o Sr. Superintendente da SU-DECO, Dr. Júlio Arnoldo Laender, visando a reedição de obras históricas de Goiás.

– Comunicação da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás da posse de sua nova Diretoria, para o biênio 1978/1979.

– Comunicação do Sr. Presidente da União Brasileira de Escritores, Secção de Goiás, de que premiou vários intelectuais goianos com o Troféu Tiokô.

– Expediente do Sr. Roberto Silva, de Canguaretama, RN, solicitando revistas do Instituto.

– Convite do Inst. de Artes da UFGO. para o VI Festival de Música e Artes Plásticas do Estado de Goiás, a se realizar entre 29/10 e 20/11 de 1977.

– Expediente do Jornalista Sr. Alfrido Afonso de Oliveira sugerindo a criação do Museu da Imprensa, que passaria a integrar o acervo do Instituto.

– Convite da Sra. Presidente do Instituto de História e Arte de M. Gerais, Srta. Marina de Avellar Sena, para a participação do Instituto Hist. e Geogr. de Goiás no "Primeiro Congresso de História de Minas", entre os dias 16 e 19/1/1978.

– Convite da Academia Brasileira de História, de S. Paulo, para a cerimônia de posse, como Acadêmico de ilustres historiadores.

– Comunicação da Ordem Nacional dos Bandeirantes da Cidade de Goiás da criação dessa entidade, naquela cidade, no dia 25 de julho de 1977.

–, Convite da Presidente da A.F.L.A.G. para sessão solene comemorativa do seu 8.º aniversário.

– Convite da Presidência da Acad. Brasileira de História para a cerimônia de posse, como Acadêmico, do Prof. Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis.

– Remessa, pelo Sr. Senador Petrônio Portella, para a Biblioteca do Instituto, 10 exemplares dos "Discursos Parlamentares" de Tavares Bastos e de sua "Correspondência Ativa", assim como do Catálogo de Documentos da coleção da Biblioteca Nacional.

–, Convite da Presidência da Associação Goiana de Imprensa para

homenagear no dia 4/12/77, os Srs. Jaime Câmara e Venerando de Freitas Borges e Altamiro de Moura Pacheco.

– Comunicação do Inst. Hist. e Geogr. de S. Catarina da eleição e posse de sua Diretoria para o biênio 1977/1979.

–, Agradecimento do Reitor da Univ. Católica de Goiás pelo convite do Instituto para a conferência sobre o Mal. Deodoro da Fonseca.

Convite da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de S. Paulo para o Seminário sobre "Arquivos & História", a se realizar no período de 21 a 25 de novembro de 1977.

– Convite da Associação Goiana de Imprensa para a posse dos diretores do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado, eleitos para o triênio 77/80.

– Agradecimentos do Reitor da U.F.Go., Prof. Paulo de Bastos Perillo, pelo convite do Instituto para a conferência comemorativa do Sesquicentário de Nascimento do Mal. Manuel Deodoro da Fonseca.

– Idem da Presidência do Inst. Hist. e Geogr. de Alagoas.

– Idem do Superintendente P/ Assuntos Culturais, Prof. Aldair da Silveira Aires.

– Agradecimento do Conselheiro Dr. José Sebba, pelas manifestações jubilosas do Instituto, quando de sua investidura na Presidência do Tribunal de Contas do Estado.

– Convite da Bloch Educação e Caixa Econômica Federal para entrega de prêmios aos cinco primeiros classificados, em Goiás, no Concurso Maratona Escolar sobre Érico Veríssimo.

– Comunicação do Sr. Presidente da União Brasileira de Escritores, Seção de Goiás, de que premiou vários intelectuais goianos com o Troféu Tiokô.

– Expediente da Profa. M. da Glória Scartezini de A. Coutinho apresentando, ao Sr. Presidente do Instituto, a demonstração contábil da associação, referente ao exercício de 1977.

– Convite da escritora Janaína Amado para o lançamento de seu livro "Conflito Social no Brasil, A revolta dos Mucker".

– Expediente do Tribunal de Contas do Estado julgando legal a demonstração contábil apresentada pelo Inst. Hist. e Geográfico de Goiás.

– Expediente do Sr. Reitor da U.F.Go. Prof. José Cruciano de Araújo, convidando o Sr. Presidente do Instituto para o Encontro de Política Científica das Universidades Brasileiras, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Foram designados para representar o Instituto, os Pros. Nancy R. de A. e Silva, Dalísia E. Martins Doles e Ático V. Boas da Motta).

– Boletim do Inst. Hist. e Geogr. de S. Catarina, enviado pela Presidência.

– Convite da União Brasileira de Escritores (Ube-Go), Livraria e Papelaria Planalto e Editora Oriente para o lançamento da obra "Os Navegantes", (Goiás/dez anos de poesia do Escritor Brasigóis Felício.

– Remessa ao Sr. Presidente do Instituto, pela Profa. Nancy R. de A. e Silva, em nome da Comissão que integrou, da cópia do documento final aprovado por ocasião da sessão de encerramento do conclave.

– Expediente do Núcleo de Planejamento da Superintendencia de Assuntos Culturais da SEC solicitando a cessão de uma das salas do Instituto para funcionamento de um Curso sobre Implantação de Seção Técnica de Ensino.

– Da Sra. Secretária da Educação e Cultura, Dra. Ana Maria Camargo Pacheco, ofício convidando o Presidente do Instituto para reunião cuja finalidade é divulgar a estrutura e funcionamento de uma Seção Técnica de Ensino.

– Convite de S.A. Correio BRasiliense para o lançamento do Livro “A Mudança da Capital”, do jornalista Adirson Vasconcelos, no dia 17/4/78.

– Ofício do historiador Manuel Diégues Júnior agradecendo aos Membros do Instituto a indicação de seu nome para compr o Quadro de Sócio Correspondente.

– Of. circular da Academia Paraense de Letras que, por seu Presidente, comunica a posse de sua nova Diretoria, a 3/5/78.

– Expediente da Sra. Diretora do Arquivo Histórico de Goiás, Marilda de Godoi Carvalho, agradecendo oferta feita pelo Instituto de duplicatas de alguns boletins, folhetos e livros.

– Comunicação de Carlos José Gueiros, Escritório Particular de Procuradoria e Serviços, comunicando que foi feito o pagamento de Cr\$ 17.000,00, da cota pessoal de senadores e deputados de Goiás, ao Instituto Hist. e Geográfico de Goiás, estando à disposição do mesmo no Banco do Brasil, agência Mal. Floriano.

– Of. do Sr. Dr. Antônio Lisboa Machado agradecendo expediente enviado pela Presidência do Instituto por ocasião de sua investidura no cargo de Secretário do Governo Municipal.

– Idem do Sr. Eng.º Paulo de Tarso Daher, investido na direção da PAVICAP.

5. CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: (a partir de março de 1977)

– Congratulações do Instituto ao Sr. Prof. Hélio Naves pela sua investidura no cargo de Diretor-Geral do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural.

– Of. ao Sr. Editor do Jornal Folha de Goiaz – Élton Costa Campos – solicitando divulgação de notícias do Instituto: programação do III Curso de Cultura Goiana, sessões solenes de posse de sócios efetivos e correspondentes, etc.

– Idem ao Editor-Chefe de “O Popular”, jornalista Hélio Rocha

– Expediente à direção do Museu Paraense “Emílio Goeldi” agradecendo remessa de diversas edições suas.

- Expediente à Diretora da Unidade de Recursos Humanos da SEC atendendo pedido de cessão de uma das salas do Instituto para curso.
- Solicitação aos Srs. Membros da Diretoria do Instituto – Dr. Altamiro de Moura Pacheco, Prof. Basileu Toledo França, Prof. Augusto P. Fleury Curado e Prof. Luiz Gonzaga de Faria para que providenciem documentação para ser enviada ao Ministério da Justiça a fim de que o Instituto seja reconhecido de utilidade pública no âmbito federal.
- Of. ao Sr. Prof. Miguel Reale, Diretor da Rev. Brasileira de Filosofia, acusando o recebimento de alguns números.
- Of. à Inspeção Geral de Finanças do MEC, requerendo aprovação de seu Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 1976, apresentando atestado de funcionamento, de acordo com o Dec. n.º 67.213, de 17/09/70.
- Of. à Sra. Diretora da Fac. de Educação da U.F.Go., Profa. Nancy R. de A. e Silva, congratulando-se pela sua posse como Diretora dessa Faculdade.
- Of. ao Sr. Diretor da Escola de Agron. e Veterinária da U.F. Go., Prof. Salvador Jorge da Cunha Neto, congratulando-se pela sua posse como Diretor na referida Escola.
- Of. de congratulações à Prof. Ana Cáritas Teixeira de Souza, por sua nomeação para Diretora do Colégio de Aplicação da UFGO.
- Of. a Carlos José Gueiros, Procuradoria e Serviços, remetendo documentação necessária para o recebimento das verbas consignadas no Orçamento de 1977 em benefício do Instituto.
- Of. à direção da Editora SHALOM Ltda. agradecendo a remessa de suas edições durante o ano de 1976 e congratulando-se pela feliz reportagem sobre – CULTURA BRASILEIRA: O Documento de Goiânia.
- Of. ao Sr. Secretário da Educação, Dep. José de Assis, comunicando a aprovação, pelo Trib. de Contas do Estado, da demonstração contábil referente à verba de Cr\$ 25.000,00 concedida para o exercício de 1976.
- Expediente ao Sr. Gal. Álvaro Félix de Souza, convidando-o, por ter sido elemento destacado na Força Expedicionária Brasileira, para fornecer subsídios a respeito da atuação dos soldados brasileiros na 2.ª Guerra Mundial.
- Expediente ao Sr. Éltton Costa Campos, Editor do jornal Folha de Goiaz, solicitando publicação de notas sobre o Instituto.
- Idem ao Editor-Chefe de "O Popular", jornalista Hélio Rocha.
- Idem à jornalista Consuelo Nasser, Editor-Geral do jornal "Cinco de Março".
- Idem ao jornalista Édson Nunes, do jornal O REPORTER.
- Congratulações com o jornalista Alírio Afonso de Oliveira pela sua eleição para a presidência da Associação Goiana de Imprensa.
- Of. ao jornalista Arthur Rezende Filho, de O Popular, solicitando publicação de notícias do Instituto, referentes às pesquisas que vem fazendo sobre os ex-pracinhas e sobre a sua participação na 2.ª Grande Guerra.
- Idem ao Sr. jornalista Lourival Batista Pereira, da Folha de Goiaz.
- Idem à Sra. jornalista Maria José, de O Popular.

- , Idem ao Sr. jornalista T.J. Sebba, do jornal "Cinco de Março".
- Idem ao Sr. jornalista Luiz Otávio Soares, do jornal Folha de Goiás.
- , Of. à direção do Museu Paraense "Emílio Goeldi", acusando recebimento de obras.
- , Of. ao Prof. Gilberto Mendonça Telles solicitando matéria sua para publicação na Revista do Instituto.
- , Of. ao Sr. Pres. do Trib. de Contas do Est. do Pará, Dr. José Maria de Azevedo Barbosa, agradecendo o envio de publicações.
- Of. à Editora CQ Ltda. acusando o recebimento de suas publicações durante todo o ano de 1976 e solicitando a continuidade da remessa.
- Of. ao Editor da Cia. Editora Americana, Sr. Afrânio Coutinho, agradecendo o recebimento do Boletim Ariel.
- Of. ao Sr. Chefe de Expedição do Jornal dos Transportes, do Min. dos Transportes, agradecendo a remessa continuada do seu órgão de imprensa.
- Of. aos Srs. Diretores do Grupo Visão, acusando o recebimento e agradecendo a remessa das publicações O Construtor, Dirigente Industrial, etc.
- , Of. ao Pres. da Fundação Cultural de Goiás, Frei Simão Dorvi, O.P., designando-o para dirigir o trabalho de instalação do Departamento de História e Geografia, com sede na Cidade de Goiás.
- Expediente ao Prof. Gilberto Mendonça Telles, designando-o representante do Instituto Hist. e Geográfico de Goiás para exercer a função de Delegado na eleição do geógrafo representante dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados na Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional.
- Expediente ao Sr. Secretario da Educação e Cultura, Dep. José de Assis, solicitando a renovação do Convênio que o Instituto mantém com aquela Secretaria.
- Of. ao Sr. Pres. da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional comunicando que designou, para representar o Instituto, na eleição do geógrafo representante do Brasil, Prof. Gilberto Mendonça Telles.
- Of. ao Sr. Editor do "Nautico Notícias", sr. Luciano Diógenes, agradecendo a remessa contínua desse órgão de imprensa, durante todo ano de 1976.
- Of. ao Sr. Redator do Informativo SOTREQ, Sr. Alfredo Ribeiro de Barros, agradecendo a remessa do seu órgão informativo.
- Expediente aos jornais: "O Popular", "Folha de Goiaz", "O Repórter" e "Cinco de Março", solicitando divulgação da criação, na cidade de Goiás, do Departamento de História e Geografia, uma extensão do Inst. Hist. e Geogr. de Goiás.
- Of. ao Sr. Pres. do Trib. de Contas do Est., Prof. Waldir do E.S. de Castro Quinta, agradecendo remessa de seu órgão divulgador — Finanças e Orçamento.
- Of. ao Sr. Prof. Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., comunicando que seu nome foi escolhido para compor o quadro de Sócios Correspondentes do Instituto.

— Of. ao Sr. Magnífico Reitor da Univ. Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, de Assis, S.P., solicitando números da Revista da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univ. “Júlio de Mesquita Filho”.

— Of. de congratulações ao Sr. jornalista Lourival Batista Pereira pela escolha do seu nome para representar o “Comunicador do ano 76”, no setor de colunismo social.

— Idem ao Sr. jornalista Élton Costa Campos, por representar o “Comunicador do ano 76” no setor TELEVISÃO.

— Of. ao Sr. Superintendente do CERNE, Dr. Gladstone José de Lemos, congratulando-se com a Comissão que escolheu seu nome para representar um dos Comunicadores de 76.

— Of. ao artista Siron Franco pela escolha de seu nome para representar o “Comunicador do ano”, como Destaque na Pintura.

— Of. de congratulações ao Cel. PM Néelson Ivan P. Pacheco, Comte. Geral da Polícia Militar do Estado, por ter sido escolhido, como Destaque Especial, o “Comunicador do Ano 76”.

— Idem ao Cel. Lívio Massa de Campos, por ter sido escolhido como Destaque Especial, o “Comunicador do Ano 76”.

— Of. de congratulações ao escritor Eli Brasiliense pela grande vitória alcançada com a publicação de sua última obra — Uma Sombra no Fundo do Rio.

— Of. ao Prof. Bueno de Azevedo Filho, Pres. da Soc. Bras. de Educação e Integração, comunicando que seu nome foi escolhido para proferir, para o Instituto, conferência sobre o bi-Centenário do Barão de Itaquari.

— Of. de agradecimentos ao casal Dr. Carlos G. Vieira de Castro pelo brilhantíssimo com que preparou a recepção, no Teatro Municipal, quando da posse do Presidente do Inst. Hist. e Geogr. de Goiás como Membro do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro.

— Of. comunicando ao Sr. Superintendente de Assuntos Culturais da SEC que foi designada, para representar o Instituto, na Comissão incumbida de planejar pesquisas e as restaurações históricas de Goiás, a Prof.^a Marivone M. Chain.

— Of. agradecendo à direção da Biblioteca Nacional do R. de Janeiro a remessa de publicações.

— Of. ao Diretor-Editor do Semanário O Reporter, solicitando doação de uma assinatura para o Instituto.

— Idem, com relação ao jornal semanário OPÇÃO.

— Expediente ao Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, solicitando seja o Inst. Hist. e Geogr. de Goiás considerado de utilidade pública no âmbito federal.

— Expediente ao Sr. Secretário da Educação, Dep. José de Assis, solicitando a disposição de 1 funcionária p/ o Instituto.

— Idem ao Sr. Diretor do Inst. Goiano de Administração Municipal, Dr. Sebastião A.B. Xavier, solicitando que o seu órgão — IGAM — faça a entrega de revistas do Instituto aos Srs. Prefeitos Municipais do Estado.

—, Idem ao Sr. Pres. da Soc. Brasileira de Educação e Integração, Prof. Bueno de Azevedo Filho, marcando a data de 15/6/77 para a entrega da Medalha Ana Néri ao Sr. Governador e a sua posse como Membro do Instituto.

— Of. ao Sr. E. D'Almeida Vítor comunicando o recebimento de seu "Curriculum" p/ que possa compor o Quadro de Sócios Correspondentes do Instituto e remessa do "Curriculum" do Pres. do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva a fim de que seu nome figure no Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros, de autoria do Sr. D'Almeida Vítor.

— Of. ao Sr. Delegado do Diretório Regional da Liga de Defesa Nacional Dr. Néilson Figueiredo, dando conta da programação comemorativa do sesquicentenário de nascimento de Deodoro da Fonseca.

— Of. ao Sr. Pres. do Inst. Hist. e Geogr. de M. Gerais, Prof. José Geraldo de Faria, comunicando as solenidades em homenagem ao Mal. Deodoro da Fonseca.

— Of. ao Sr. Governador do Estado, Prof. Irapuan Costa Júnior, convidando para a posse, no Instituto dos Sócios Correspondentes: Prof. Vicente Salles e Bráulio do Nascimento.

— Idem ao Sr. Pres. do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Waldir do E.S. Castro Quinta.

— Idem ao Sr. Pres. do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Geraldo Majella F. Ferreira.

— Idem ao Sr. Pres. da Assembléia Legislativa Estadual, Dep. Ibsen Henrique de Castro.

— Of. ao Sr. Pres. da Acad. Brasiliense de Letras, Sr. J. Pereira Lira, agradecendo convite para posse, naquele Silogeu, do escritor goiano Bernardo Élis, credenciando o Prof. José Mendonça Telles para representar o Instituto naquela solenidade.

— Diversos ofícios a autoridades civis e militares do Estado, convidando para as solenidade de posse dos Profs. Vicente Salles e Bráulio do Nascimento como membros correspondentes do Instituto.

— Expediente aos jornais de Goiânia, solicitando divulgação da solenidade de posse dos Profs. Bráulio do Nascimento e Vicente Salles.

— Of. à direção da EMBRATUR, agradecendo a remessa do Anuário Estatístico EMBRATUR-76.

— Of. ao Sr. Prof. Venerando de Freitas Borges, Pres. da Campanha Nacional de Escoias da Comunidade, congratulando-se com a escolha do seu nome para a Presidência da mesma.

— Circular aos Srs. Membros do Instituto solicitando seu maior comparecimento às reuniões

— Of. ao Sr. Arq. Prof. Carlos Francisco Moura agradecendo seu trabalho enviado ao Instituto: "Termos de Mineração Usados em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX".

— Of. à Sra. Diretora da Secret. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro

informando os nomes dos Membros que compõem a atual Diretoria do Inst. Hist. e Geogr. de Goiás.

– Of. ao Sr. Dep. Fed. Jarmund Nasser agradecendo a doação feita, de sua cota pessoal ao Inst. da importância de Cr\$ 10.000,00.

– Expediente ao Sr. Dir. Pres. da METALSON – Inds. Reunidas Ltda., Dr. Vítor Ricardo de Araújo, solicitando alguns móveis para o Departamento de História e Geografia da Cidade de Goiás.

– Idem ao Sr. Senador Lázaro Barbosa, agradecendo sua contribuição ao Instituto, no valor de Cr\$ 10.000,00.

– Idem ao Sr. Dep. Fed. Onísio Ludovico, pela contribuição de Cr\$ 5.000,00.

– Idem ao escritor Mozarth Ribeiro, agradecendo remessa de obras suas.

– Idem à Direção do Inst. de Ciências Naturales, da Argentina, pela remessa de diversas publicações

– Of. cir. Enviado aos Srs. Membros do Instituto, convocando p/ a reunião extraordinária para o dia 5/7/77, a fim de serem tratados assuntos referentes ao III Curso de Cultura Goiana.

– Expediente aos jornais “Cinco de Março”, “Popular”, “Folha de Goiaz” e “Opção” solicitando divulgação do III Curso de Cultura Goiana.

– Of. ao Sr. Bráulio do Nascimento enviando notícias de jornais locais referentes à solenidade de sua posse no Instituto e solicitação de material didático para as aulas de Folclore do III Curso de Cultura Goiana.

– Of. ao Sr. Dep. Fed. Siqueira Campos agradecendo sua contribuição de Cr\$ 5.000,00 ao Instituto.

– Nota aos jornais locais solicitando divulgação de congratulações do Instituto Hist. e Geogr. de Goiás com a Comissão Organizadora das solenidades comemorativas do 250.^o aniversário de fundação da Cidade de Goiás.

– Of. à Presidência da Acad. Cristã de Letras solidarizando-se com a sugestão de se oficializar a data de 4 de outubro como o DIA DO POETA.

– Of. ao Sr. Governador de S. Paulo, Dr. Paulo Egydio Matins sugerindo a vinda, como seu representante, o Prof. Bueno de Azevedo Filho para as comemorações do 250.^o aniversário da Cidade De Goiás.

– Of. ao Sr. Diretor Geral da Fundação Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, Prof. Antônio Rubbo Müller, comunicando que cederá uma das salas do Instituto para as reuniões dessa Instituição representada em Goiás.

– Nota enviada aos jornais: “Folha de Goiaz”, “O Popular”, “Opção” e “Cinco de Março” sobre as festividades de inauguração do Departamento de História e Geografia, na Cidade de Goiás.

– Of. ao Sr. Representante da MOVMAQ LTDA., nesta cidade, solicitando alguns móveis para o Departamento de História e Geografia da Cidade de Goiás.

– Of. à Acad. Brasileira de História de Alagoas comunicando que o Inst. Hist. e Geogr. de Goiás está associado às comemorações do Sesquicentenário de Nascimento do Mal. Deodoro da Fonseca.

— Of. ao Sr. Coordenador da 1ª Semana de Inverno de Paraúna, congratulando-se pela iniciativa das comemorações e programação cívico-cultural para aquela ocasião.

— Of. ao Sr. Acadêmico Jayme Câmara via do qual o Sr. Pres. do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva, agradece as congratulações enviadas por ocasião das comemorações do 250.º aniversário da Cidade de Goiás, quando foi agraciado com a Medalha Bartolomeu Bueno. Ao mesmo tempo, congratula-se com o Sr. Jayme Câmara por ter, O Popular, recebido a mesma medalha, em prata.

— Expediente a todos os Senadores e Deputados Federais do Estado de Goiás, solicitando auxílio financeiro para o Instituto.

— Idem ao Sr. Pres. da Ordem Nacional dos Bandeirantes, Prof. Tito Lívio Ferreira, agradecendo a mensagem enviada à cidade de GOYAZ quando das comemorações d seu 250.º aniversário.

— Idem ao Sr. Pres. da Comissão dos Festejos Comemorativos, Prefeito Municipal da Cidade de Goiás, Sr. Djalma de Paiva, congratulando-se com os goianos pelo sucesso alcançado com os festejos do 250.º aniversário daquela cidade.

— Idem ao Sr. Coordenador Geral da Comissão dos Festejos Comemorativos, Tte. Romenil Dias de Alcântara congratulando-se pelo perfeito planejamento e coordenação das festividades do 250.º aniversário da Cidade de Goiás.

— Idem ao Sr. Coordenador Administrativo da Comissão dos Festejos Comemorativos das solenidades do 250.º aniversário da Cidade de Goiás, pela sua eficiente relevante colaboração como Coordenador da Comissão.

— Idem ao Sr. Pres. da União Brasileira de Escritores de S. Paulo, escritor Raimundo de Menezes, agradecendo a mensagem enviada por ocasião das solenidades comemorativas do 250.º aniversário da Cidade de Goiás.

— Of. cir. aos Srs. Membros do Instituto convocando-os para reunião relativa à realização do III Curso de Cultura Goiana.

— Of. à Coordenadora Geral da Semana da Arte no CEM, Profa. Dilva R. Brom, congratulando-se pela iniciativa do Colégio Estadual Manoel Vilaverde, da cidade de Inhumas, em promover o concurso artístico que incluiu Música, Literatura, Oratória e Artes.

— Of. ao Sr. Governador do Estado, Prof. Irapuan da Costa Júnior transmitindo votos de júbilo pela realização da Semana do Folclore, congratulando-se, ainda, com a restauração do Teatro Goiânia, antigo Cine Teatro Goiânia.

— Of. ao Sr. Pres. do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo, Prof. Ernesto Leme, agradecendo mensagem enviada por ocasião das comemorações do 250.º aniversário de fundação da Cidade de Goiás.

— Of. ao Sr. Secretário da Prefeitura de Goiânia, Sr. Paulo Gomide Leite, congratulando-se pela sua investidura nas funções de Secretário do Sr. Prefeito.

— Of. cir. aos Srs. Membros do Instituto dando conta da distribuição

das áreas serem lecionadas no III Curso de Cultura Goiana, incluindo participação de professores não pertencentes ao Quadro de Sócios do Instituto.

– ,Expediente aos jornais da cidade solicitando a divulgação do programa já deliberado do III Curso de Cultura Goiana.

– Of. ao Sr. Diretor—Presidente do SANEAGO, Eng.^o Rubens Vieira Guerra, solicitando uma transferência de ligação de água no prédio do Instituto.

– ,Of. ao Sr. Pres. da Associação Médica de Goiás, Dr. Ubiratan Gonçalves de Araújo, congratulando-se com a classe médica pela sua investidura no importante cargo de seu Presidente.

– Of. ao Sr. Diretor Responsável de “História & Fatos” — Informativo da Acad. Brasileira de História, de S. Paulo, Prof. Dr. Dante de Laytano, regozijando-se com a criação desse veículo informativo da associação.

– Expediente dirigido a várias entidades públicas e particulares de Goiânia, solicitando auxílio de bolsas para o III Curso de Cultura Goiana.

– Of. cir. aos Srs. Membros do Instituto solicitando o envio das apostilas que constituirão as aulas.

– Of. ao Sr. Secretário de Educação, Dep. José de Assis, colocando à disposição daquela Secretaria bolsas para o III Curso de Cultura Goiana.

– Of. ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Cel. Eny de Oliveira Castro, informando que o seu antecessor, Dr. Hugo Goldfeld, concedeu, ao Instituto 7 bolsas para o III Curso de Cultura Goiana, as quais se encontram à disposição daquela Secretaria.

– Of. ao Sr. Prefeito Municipal de Goiânia, Dep. Francisco de Freitas Castro, oferecendo vagas a funcionários da Prefeitura.

– Of. ao Sr. Prof. Bráulio do Nascimento, Diretor—Executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, solicitando auxílio financeiro da Campanha para o III Curso de Cultura Goiana.

– Of. ao Sr. Pres. da Secional da OAB, Dr. Otaviano de Miranda, oferecendo vagas para os funcionários daquela entidade.

– Nota enviada aos jornais “O Popular” e “Folha de Goiaz” solicitando divulgação do início do III Curso de Cultura Goiana, com aula inaugural do Prof. José Lopes Rodrigues.

– Expediente ao Sr. Prof. Bráulio do Nascimento enviando cópias do Convênio estabelecido entre o Instituto e a Secretaria da Educação, enfatizando o propósito de o Instituto dar mais ênfase ao estudo e pesquisas no campo do folclore.

– Of. à Sra. Diretora da Fac. de Educação da UFGO., Profa. Nancy R. de A. e Silva, enviando relação das obras do Pres. do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva.

– Of. ao Sr. Prefeito Municipal de Caçu, Sr. Abel Barbosa Guimarães, congratulando-se com a população de Caçu pelo 60.^o aniversário daquele município.

– Of. ao Sr. Superintendente dos Diários Associados em Goiás, jor-

nalista Edílson Cid. Varela, congratulando-se com todos os dirigentes dos Diários pela sua mudança para a nova sede.

– Of. ao Sr. 1.º Secret. do Inst. Hist. e Geogr. Paraibano, Cônego Eurivaldo Caldas Tavares, agradecendo a comunicação da posse da nova Diretoria daquele Silogeu.

– Of. ao Sr. jornalista Modesto Gomes, agradecendo as palavras de incentivo que teve para o Instituto em sua seção no jornal Opção.

– Of. ao Sr. Pres. da Acad. Bras. de História, de S. Paulo, Acadêmico Prof. Dante Laytano, acusando o recebimento de expediente no qual é comunicado ao Instituto que os Presidentes dos Institutos Históricos dos Estados passam a integrar os seus quadros, enviando, a pedido do destinatário, a relação dos nomes e endereços dos Srs. Membros componentes da Diretoria do Instituto Hist. e Geogr. de Goiás.

– Of. ao Sr. Empresário Manuel da Cunha Rego Madruga, proprietário da Empresa “Tecidos Tita Ltda.”, agradecendo a doação que fez ao III Curso de Cultura Goiana de cinco bolsas, no valor total de Cr\$ 2.500,00.

– Of. à Profa. Belkiss S. C. de Mendonça, Diretora do Inst. de Artes da UFGO. agradecendo o convite para o VI Festival de Música e Artes Plásticas do Estado de Goiás e regozijando-se com o Instituto de Artes e com a FUNARTE pelo oportuno programa.

– Of. ao Sr. jornalista Alírio Afonso de Oliveira, Pres. da Associação Goiana de Imprensa, acusando seu ofício via do qual propõe ao Instituto seja criado e passe a integrar o acervo do mesmo, O Museu da Imprensa.

– Of. ao Sr. Pres. da Comissão Executiva do Seminário “Arquivos & História”, Prof. Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, agradecendo o convite feito para o referido Seminário.

– Of. ao Sr. Pres. do Centro de Estudos Geográficos, Prof. Carlos Augusto Storer, acusando o recebimento da comunicação da posse da sua nova Diretoria.

– Of. ao Sr. Diretor Cartulário da Acad. Bras. de história, de S. Paulo, Acadêmico Jaime Marconde Rocha Santos, agradecendo o convite para a posse, naquela Academia, de vários historiadores do Nordeste.

– Of. à Sra. escritora Rosarita Fleury, Pres. da AFLAG, agradecendo o convite para a sessão solene comemorativa do 8.º aniversário da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

– Of. à Srta. Profa. Marina de Avellar Sena, Pres. do Inst. de História e Artes de M. Gerais, congratulando-se pela iniciativa de realizar o Primeiro Congresso de História de Minas, agradecendo o convite feito ao Instituto para participar daquele Encontro.

– Expediente ao Sr. Carlos José Gueiros acusando recebimento da circular acompanhada de formulários a serem preenchidos para o efeito de reconhecimento de utilidade pública federal, do Instituto.

– Of. ao Sr. jornalista Lourival Batista Pereira, do jornal Folha de Goiaz, congratulando-se pelo 24.º aniversário de sua seção jornalística.

– Of. ao Sr. Governador do Estado, Prof. Irapuan da Costa Júnior,

convidando-o para a conferência comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento do Mal. Deodoro da Fonseca, a ser proferido pela Profa. M. da Glória Scartezini de A. Coutinho.

– Idem ao Sr. Secretario da Educação do Estado, Dep. José de Assis.
– Idem ao Sr. Prof. Aldair Aires da Silveira, Superintendente p/Assuntos Culturais da SEC.

– Idem ao Sr. Pres. da Liga da Defesa Nacional, em Goiás, Prof. Quintiliano Avelar Blumenschein.

– Idem ao Sr. Acadêmico Jayme Câmara, Dir.-Presid. da Organização "J. Câmara & Irmãos".

– Expediente a diversos jornais locais solicitando a divulgação da conferência sobre o Mal. Deodoro da Fonseca, patrocinada pelo Instituto.

– Of. ao Sr. Dep. Wílton Cerqueira solicitando seu parecer sobre a criação ou não do Estado do Tocantins.

– Of. ao Sr. Prof. Luiz de Faria, solicitando que se pronuncie, em parecer fundamentado, sobre a criação do Estado do Tocantins.

– Idem ao Sr. Prof. José Lopes Rodrigues.

– Idem ao Sr. escritor Eli Brasiliense.

– Idem à Sra. Ana Machado Gontijo.

– Idem ao Sr. Joaquim de Lima Quinta, Pres. da AGM.

– Idem ao Sr. Dep. Antônio Pereira da Silva.

– Expediente aos Srs. Senadores e Deputados Federais por Goiás, solicitando ajuda financeira para o Instituto.

– Of. ao Sr. Pres. do Inst. Hist. e Geogr. de S. Catarina, Prof. Víctor Antônio Peluso Júnior, acusando o recebimento de seu expediente, via do qual comunica a eleição e posse de sua nova Diretoria para o biênio 1977/1979.

– Of. ao Sr. Dep. Fed. Hélio Levy da Rocha solicitando seu auxílio através de gestões junto ao SR. Presidente da República, no sentido de conseguir a declaração de utilidade pública federal para o Instituto.

– Of. ao Sr. Pres. do Inst. Hist. e Geogr. de Alagoas, enviando cópia da conferência sobre a vida do Mal. Deodoro da Fonseca, proferida pela Profa. M. da Glória S de A. Coutinho.

– Idem ao Sr. Pres. do Inst. Hist. e Geogr. de Minas Gerais, Prof. José Geraldo de Faria.

– Idem ao Sr. Delegado ao Diretório Regional da Liga de Defesa Nacional, Prof. Néelson de Figueiredo.

– Of. ao Sr. Dr. José Cruciano de Araújo, Magnífico Reitor da UFGO. congratulando-se pela escolha de seu nome para reger os destinos da Univ. Fed. de Goiás.

– Expediente enviado a todos os Professores que colaboraram com o III Curso de Cultura Goiana, agradecendo seu inestimável trabalho: Belkiss S. C. de Mendonça, Pe. Luiz Palacin, Basileu Toledo França, José Mendonça Telles, A.G. Ramos Jubé, Aidenor Aires, Taylor Oriente, Maria França, José

Lopes Rodrigues, Luiz Gonzaga de Faria, Ático Vilas Boas da Motta, M. da Glória Scartezini de A. Coutinho e Dalísia E. Martins Doles.

— Of. cir. enviado aos Srs. membros do Instituto, convidando para a conferência de encerramento do III Curso de Cultura Goiana, proferida pelo Pres. do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva, sobre o tema: "A Redivisão Territorial e Política Demográfica do Brasil".

— Convite a professores, autoridades civis e militares e demais pessoas para assistir a conferência do Prof. Colemar Natal e Silva.

— Of. ao Sr. Arédio Rezende de Souza, Dir. Geral do Agrobanco, pela concessão de cinco bolsas para o III Curso da Cultura Goiana, no valor total de Cr\$ 2.500,00.

— Of. cir. aos Srs. Membros do Instituto, solicitando o seu maior comparecimento à associação.

— Of. ao Sr. Dr. Élder Camargo de Passos, Pres. do Gabinete Literário Goyano, pela sua investidura naquele cargo.

— 1978:

— Of. circ. aos Srs. Membros do Instituto comunicando que o Instituto recebeu convite para participar do Primeiro Congresso de História de Minas, a se realizar em Belo Horizonte, em dias de janeiro, anexando programa.

— Expediente ao Sr. Gelmires Reis, comunicando-lhe que o Instituto vem arquivando suas publicações nos jornais de Goiânia.

— Of. ao Sr. Conselheiro José Sebba, do Tribunal de Contas, regozijando-se pela sua investidura na Presidência daquele Egrégio Conselho.

— Of. à Srta. Profa. Marina de Avellar Sena, Pres. do Inst. de Hist. e Artes de M. Gerais, apresentando a Profa. M. da Glória S. de A. Coutinho que irá representar o Instituto no Primeiro Congresso de História de Minas.

— Of. ao Sr. Prof. José Bueno de Azevedo Filho, Pres. da Soc. Brasileira de Educação e Integração comunicando que a Presidência do Instituto fará entrega das medalhas por ele enviadas, durante as comemorações do 250.^o aniversário da Cidade de Goiás.

— Expediente ao Sr. Dep. José de Assis, Secretário da Educação, solicitando que sejam mantidas à disposição do Instituto suas funcionárias — Isabel Pimenta Ribeiro e M. da Glória Scartezini de A. Coutinho.

— Of. ao Sr. Conselheiro José Sebba, Pres. do Trib. de Contas do Estado, enviando a demonstração contábil da verba de Cr\$ 25.000,00 recebida pelo Instituto, do Governo Estadual.

— Of. ao Sr. Juiz João Alves, Diretor do Forum da Comarca de Goiânia, solicitando autenticação do relatório de atividades do Instituto durante o ano de 1977.

— Of. ao Sr. Dep. José de Assis, Secretário da Educação, agradecendo a honrosa visita que fez ao Instituto.

— Of. ao Sr. Prof. Manuel Diégues Júnior solicitando-lhe que marque a data de sua posse neste Instituto, como Sócio Correspondente.

— Of. ao Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. José Luiz Bittencourt,

agradecendo remessa de cópia do expediente do Superintendente da SUDECO sugerindo e reivindicando a reedição de obras históricas sobre Goiás.

— Of. ao Sr. Governador do Estado, Prof. Irapuan da Costa Júnior, congratulando-se pela inauguração do Teatro Goiânia.

— Of. ao Sr. Gelmires Reis, membro do Instituto, agradecendo a remessa de 2 vols. da obra de seu irmão — Baltasar dos Reis — “Poeira da Minha Estrada”.

— Of. ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Renê Pompêo de Pina, enviando cópia do expediente que o Tribunal de Contas do Estado enviou ao Instituto, julgando legal a prestação de contas da aplicação feita dos Cr\$ 25.000,00 concedidos pelo Estado.

— Of. ao Sr. Prof. José Cruciano de Araújo, Magnífico Reitor da UFGO., acusando o recebimento e agradecendo o convite feito ao Instituto para o Encontro de Política Científica das Universidades do Norte e do Centro-Oeste, designando, para representar o Instituto, os Srs. Profs. Belkiss S. C. de Mendonça, Ático V. Boas da Motta, Pe. Luiz Palacin, Marivone Matos Chain e Dalísia E. Martins Doles.

— Of. à Sra. Profa. Nancy R. de A. e Silva, Diretora da Faculd. de Educação da UFGO., designando-a para representar o Instituto no Encontro Regional de Reitores, do qual é Coordenadora.

— Representação ao Sr. Governador do Estado, Prof. Irapuan da Costa Júnior, assinada pelos Srs.: Colemar Natal e Silva, Presidente do Instituto; Basileu Toledo França, 1.º Vice-Presidente; 2.º Vice-Presidente, José Lopes Rodrigues; Orador Oficial, Altamiro de Moura Pacheco; Tesoureiro, Augusto da P. Fleury Curado e Secretário-Geral Luiz Gonzaga de Faria, relativamente ao financiamento do novo prédio do Instituto, a ser financiado pela Caixa Econômica Estadual.

— Expediente ao Acadêmico Jayme Câmara, Diretor-Presidente da Organização “J. Câmara & Irmãos” congratulando-se pelo 40.º aniversário de “O Popular”.

— Of. à Srta. Acadêmica Regina Lacerda, manifestando apoio e solidariedade à sua iniciativa de, perante o Conselho Estadual de Cultura, reivindicar a defesa do patrimônio histórico de nosso Estado.

— Of. à Sra. Profa. Hozana Elza Barbosa Coelho, Coord. do Núcleo de Planej. da Superint. de Assuntos Educacionais, comunicando a cessão, pelo Instituto, de uma de suas salas para o Curso de Implantação de Seção Técnica de Ensino.

— Of. de pêsames à Sra. Profa. M. Augusta Santana de Moraes, pelo passamento de seu esposo, Dr. Rubens Ferreira de Moraes.

— Of. de pêsames à Sra. Profa. Marivone Matos Chain, pelo falecimento de seu esposo, Dr. Eduardo Chain.

— Edital de Convocação, publicado 3 dias consecutivos no jornal “O Popular”, para a Assembléia Geral para tratar dos seguintes assuntos: Aprovação do projeto de financiamento para a construção da sede própria; Aprovação de propostas de novos Sócios; outros assuntos de interesse geral.

- Agradecimento a todos os veículos de divulgação enviados ao Instituto durante o ano de 1977.
- Of. à Sra. Profa. Nancy R. de A. e Silva, Diretora da Fac. de Educação da UFGO., agradecendo o n.º da Revista Inter-Ação, enviado ao Instituto e rementendo, à biblioteca daquela Faculdade, números da Revista do IHGG.
- Edital de Convocação, publicado 3 dias consecutivos no jornal "O Popular", para a Assembléia Geral que tratará do seguinte assunto: Inclusão, no Estatuto, da cláusula que vede remuneração dos cargos da Diretoria.
- Expediente aos jornais de Goiânia, solicitando sejam enviados, diariamente, para o Instituto, 2 volumes de sua edição.
- Of. ao Sr. Prof. Acary Passos de Oliveira, Diretor do Museu Antropológico da UFGO., agradecendo a remessa de sua última obra – RONCADOR–XINGU – Roteiro de uma Expedição – Barra do Garças, Rio das Mortes, Aragarças e Xavantina.
- Of. ao Sr. Prof. Víctor Antônio Peluso Júnior, Pres. do Inst. Hist. e Geogr. de S. Catarina, agradecendo a remessa do Boletim daquela Associação.
- Of. ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Renê Pompêo de Pina, renovando comunicação de que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado aprovou a demonstração contábil feita pelo Instituto da verba de Cr\$ 25.000,00 recebida do Estado, requerendo novamente a liberação da verba relativa ao exercício de 1978.
- Of. ao Sr. Frei Simão Dorvi O.P., Diretor do Dept.º de Hist. e Geografia da Cidade de Goiás, solicitando seja enviado relatório das atividades daquele Departamento a fim de que seja o mesmo remetido à Presidência da República para, com outros documentos, instruir o pedido de reconhecimento de utilidade pública federal do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- Of. à Profa. escritora Janaína Amado, congratulando-se pelo lançamento de seu livro "Conflito Social no Brasil – A Revolta dos Mucker".
- Idem ao Sr. escritor Brasigóis Felício, pelo lançamento de sua obra – "Os Navegantes (Goiás/dez anos de poesias).
- Of. à Sra. Profa. Marilda Godói de Carvalho, Diretora do Arquivo histórico de Goiás, remetendo 1 coleção das revistas do Instituto.
- Of. ao Sr. Dr. João Alves da Costa, Diretor Geral do Forum de Goiânia, solicitando atestado de funcionamento do Instituto nos 3 últimos anos, bem como o competente atestado sobre a moralidade dos membros de sua Diretoria.
- Of. de congratulações ao Sr. Prof. Carlos Leopoldo Dayrell, pela sua investidura no cargo de Auditor Geral da Prefeitura de Goiânia.
- Idem ao Sr. Dr. Reginaldo Lamartine da Silva Júnior pela escolha de seu nome para o cargo de Secretário Extraordinário da Municipalidade.
- Idem ao Sr. Dr. Paulo de Tarso Daher pela sua investidura no cargo de Presidente da PAVICAP.
- Idem ao Sr. Dr. Jacy Fernandes pela sua designação para o cargo de Secretário de Ação Urbana da Prefeitura.

—, Idem ao Sr. Dr. Amaury Jácomo, pela sua posse no cargo de Procurador Geral da Prefeitura.

— Idem ao Sr. Dr. Antônio Lisboa Machado, pela sua posse no cargo de Secretário do Governo Municipal.

— Mensalmente foram enviados, à Secretaria da Educação e Cultura, atestados de frequência dos funcionários daquela Pasta colocados à disposição do Instituto.

6. — PUBLICAÇÃO:

— Foi publicada a Revista n.º 6 do Instituto, enviada a todas as associações congêneres do País, às Prefeituras Municipais do Estado, às autoridades civis e militares, professores, escritores, bibliotecas públicas e escolares, etc.

7. REPRESENTAÇÃO

— O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás se fez representar, em janeiro de 1978, no Primeiro Congresso de História de Minas Gerais.

8. CONVÊNIO:

Foi renovado o Convênio que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás mantém com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

9. MUSEU DA IMPRENSA:

Foi aprovada a criação do Museu da Imprensa que integrará o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.



Gráfica O Popular



Gráfica O Popular